

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS

Valdirécia de Rezende Taveira

**CONHECENDO O DISCURSO DA UNE NOS DIAS ATUAIS: O
ÉTHOS EM FOCO**

Belo Horizonte
2013

Valdirécia de Rezende Taveira

**CONHECENDO O DISCURSO DA UNE NOS DIAS ATUAIS: O
ÉTHOS EM FOCO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de pesquisa: Análise do Discurso

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gláucia Muniz Proença Lara

Belo Horizonte

Faculdade de Letras

2013

T232c

Taveira, Valdirécia de Rezende.

Conhecendo o discurso da UNE nos dias atuais [manuscrito]; o *éthos* em foco / Valdirécia de Rezende Taveira. – 2013.

113 f., enç. : il., color., p&b.

Orientadora: Gláucia Muniz Proença Lara.

Area de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 99-102.

Apêndices: f. 103-114.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Movimentos estudantis – Brasil – Teses. 3. Retórica – Teses. 4. Discurso político – Teses. 5. União Nacional dos Estudantes (Brasil) - Teses. I. Lara, Gláucia Muniz Proença. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD.: 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



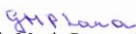
FOLHA DE APROVAÇÃO


Conhecendo o discurso da UNE nos dias atuais: o éthos em foco

VALDIRECIA DE REZENDE TAVEIRA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 10 de dezembro de 2013, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Gláucia Muniz Proença Lara - Orientador
UFMG


Prof(a). Roberto Leiser Baronas
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar


Prof(a). Helcira Maria Rodrigues de Lima
UFMG

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2013.

Àqueles que permitiram que eu me tornasse o que sou
Meus Pais

Àquele que ilumina os meus dias
Clebson

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Capes, pela bolsa de pesquisa.

Agradeço especialmente à professora Glaucia Muniz por ter aceitado o desafio de desenvolvermos juntas este trabalho.

À minha família pelo apoio nos momentos em que achei que não seria possível prosseguir nesta caminhada.

À minha mãe por estar sempre presente, com seu amor e vontade de viver.

Ao meu irmão, Valber, pelo companheirismo, por me ouvir pacientemente, mesmo sem entender do assunto ou ter interesse pelo tema estudado.

À minha irmã, Veluciata, por estar sempre pronta para me dizer: “Você vai conseguir!”

E ao meu marido, Clebson, pelo amor incondicional, pela paciência, pelo carinho e pelas interlocuções que ajudaram a constituir um “plano” global de persistência e vontade de continuar. Por me fazer acreditar que era possível.

Enfim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Sem vocês nada seria possível.

RESUMO

Dada a importância do movimento estudantil na história do Brasil, sobretudo no período da ditadura militar, buscamos, neste trabalho, fazer uma reflexão acerca desse movimento na atualidade, tendo como principal objetivo, apreender, por meio de uma análise linguístico-discursiva, o *éthos* daquele que enuncia como União Nacional dos Estudantes (UNE), tomado aqui como representante maior do movimento estudantil brasileiro. Procuramos ainda encontrar as formações discursivas, sobretudo a FD dominante, no discurso da UNE (e a formação ideológica subjacente), bem como identificar suas principais reivindicações, questões que, a nosso ver, relacionam-se, de forma privilegiada, com a construção do *éthos*. Para isso, selecionamos dez textos publicados no site da UNE, durante os anos de 2011 e 2012, textos esses que, pertencentes a gêneros predominantemente argumentativos, apresentam, de forma mais evidente, uma imagem discursiva da entidade. Inserida no domínio da Análise do Discurso francesa, esta pesquisa constitui seu quadro teórico principalmente a partir dos postulados de Maingueneau (1984, 1987, 1993) acerca da noção aristotélica de *éthos*, valendo-se ainda das contribuições de outros autores que também abordam tal noção em seus trabalhos, como é o caso de Amossy (2005) e de Fiorin (2007). Para a análise do *corpus*, partimos da *Semântica Global*, proposta por Maingueneau (2008a), privilegiando os seguintes planos: temas, vocabulário, estatuto do enunciador e do destinatário, dêixis enunciativa e modo de enunciação. Os resultados obtidos revelaram um discurso próprio de uma formação discursiva (ideológica) de esquerda, no qual se veem basicamente dois *éthe*: um *éthos* que denominamos “cidadão”, entendido como a imagem discursiva daquele que busca o bem comum e o respeito às leis; e outro, mais proeminente, que chamamos “revolucionário”, tomado como a imagem daquele que almeja mudanças profundas na estrutura da sociedade ou, em outros termos, uma revolução. Entre as principais reivindicações da UNE atualmente, encontram-se mais investimentos na educação, sobretudo para a promoção de um ensino público superior de qualidade, capaz de contribuir para a eliminação das históricas desigualdades sociais e garantir um futuro melhor para o país como um todo.

ABSTRACT

Given the importance of the so-called “student movement” in the history of Brazil, especially in the period of the military dictatorship, we aim in this paper at examining this movement nowadays. Our main goal is to grasp, through a linguistic and discursive analysis, the *éthos* of the one that enunciates as the National Union of Students (UNE, in Portuguese), taken here as the major representative of the Brazilian student movement. We also seek to find the discursive formations, mainly the dominant FD, (and the underlying ideological formation) in the discourse of UNE, as well as to identify its main demands, issues that, in our opinion, are related to the *éthos* construction in a privileged way. In order to do that, we selected ten texts published on the website of UNE, during the years 2011 and 2012, which, belonging predominantly to the argumentative genre, present more clearly a discursive image of the entity. Inserted in the field of French Discourse Analysis, this research, from the theoretical viewpoint, is based mainly on Maingueneau’s work (1984 , 1987 , 1993) about the Aristotelian notion of *éthos*, as well as on the contributions of other authors that also deal with such a notion, such as Amossy (2005) and Fiorin (2007). For the analysis of the *corpus*, we started with Maingueneau’s concept of Global Semantics (2008a), focusing on the following plans: themes, vocabulary, status of enunciator and receiver, enunciation deixis and mode of enunciation. The results revealed a discourse based on a left-wing discursive (ideological) formation, in which we can find basically two *éthe*: an *éthos* that we call “citizen” *éthos*, understood as the discursive image of the someone (an institution) that looks for common goodness and law respect, and the other one, more prominent, which we call “revolutionary” *éthos*, taken as the discursive image of the one that seeks for profound changes in the structure of society or, in other terms, a revolution. Among the main demands of UNE, are currently more investments in education, especially for the promotion of a good public college education, which is able not only to help eliminate historical inequalities, but also ensure a better future for the country as a whole.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: (RE)CONHECENDO O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO	14
1.1 As primeiras movimentações estudantis.....	15
1.2 O surgimento da UNE e sua atuação.....	15
1.3 O movimento estudantil atual.....	21
CAPÍTULO 2: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	25
2.1 Constituição do <i>corpus</i> : do DCE/UFMG à UNE.....	26
2.2 Referencial teórico e metodológico.....	28
2.2.1 Conceituando <i>éthos</i>	29
2.2.1.1 O <i>éthos</i> na Retórica Aristotélica.....	29
2.2.1.2 O <i>éthos</i> na perspectiva da Análise do Discurso.....	32
2.2.2 Perspectivas de análises.....	36
2.2.2.1 <i>Éthos</i> e formação discursiva.....	37
2.2.2.2 <i>Éthos</i> e semântica global.....	38
CAPÍTULO 3: O <i>ÉTHOS</i> EM TEXTOS ATUAIS DA UNE	41
3.1. Análise dos textos.....	42
3.1.1. A UNE e o apoio às greves.....	42
3.1.2. Repúdio à tropa de choque.....	47
3.1.3. Vamos ocupar Brasília.....	51
3.1.4. Repúdio à autoridade e Autoridades.....	55
3.1.5 A educação brasileira.....	59
3.1.6. A UNE e o jornal <i>O Globo</i>	64
3.1.7. Estudantes <i>versus</i> PM: confrontos na UNIFESP.....	69
3.1.8. A produção agrária brasileira: agrotóxicos nunca mais.....	73
3.1.9. O golpe no Paraguai.....	77
3.1.10. Política de cotas e assistência estudantil: bandeiras da UNE.....	80
3.2. Discussão dos resultados.....	84

CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	98
ANEXOS	102

INTRODUÇÃO



Marcha em Brasília

Fonte: <http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=27824>

Acesso em: 31/08/2012

*”Ecoa mais forte na América Latina o canto da transformação e das mudanças.
Nosso continente aparece hoje para o mundo como um espaço de amplo diálogo
e de novas experiências progressistas.”*
(União Nacional dos Estudantes – 15/10/2012)

Muito se ouve falar acerca do movimento estudantil com considerações tanto positivas quanto negativas. Durante a graduação na Faculdade de Letras/UFMG, tivemos a oportunidade de participar de reuniões do DCE e do Congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE-MG), mas acabamos nos afastando delas, devido ao pouco tempo de que dispúnhamos na época. Apesar disso, sempre tivemos interesse em conhecer melhor o movimento estudantil, devido à notoriedade que ele teve no passado e às opiniões divergentes sobre ele na atualidade. Tendo em vista esse interesse, decidimos, no presente trabalho, investigar mais a fundo o movimento estudantil, a partir de uma perspectiva discursiva.

Nosso interesse se volta para o movimento estudantil brasileiro, principalmente pela sua participação no contexto político e social do país. Como veremos no Capítulo 1, durante o regime militar (1964-1985) instalado no país, a atuação do movimento estudantil foi determinante especialmente na luta pela liberdade de expressão. Nesse sentido, Araújo (2007, p.15) pontua que:

Ao longo da história os estudantes têm tido, em diferentes sociedades e em diferentes épocas, papel político relevante. Não é possível pensar nenhum tipo de insurreição, de resistência, de confronto político sem eles. Às vezes mais pacíficos, às vezes nem tanto, outras vezes de uma combatividade ostensiva. [...] De todo jeito, é impossível pensar cenários políticos de ruptura e transição sem a presença e atuação estudantis.

Diante de tais considerações, acreditamos que se torna relevante voltar nosso olhar para esse movimento, devido ao papel que desempenhou – e ainda desempenha – na sociedade brasileira. Sabemos que os movimentos sociais estão entre os temas relevantes da história de um país, relacionando-se à cultura, à arte, aos esportes e à mídia. É por meio deles que determinados segmentos agem tanto para se legitimar quanto para alcançar seus objetivos. No entanto, não há, no campo da Sociologia, uma explicação abrangente e satisfatória acerca do que seja um movimento social.

Nesse sentido, Pasquino (2010) afirma que, para compreender os movimentos sociais, há que se ter em mente que há elementos comuns que os caracterizam. São eles, no seu entender, “a existência de tensões na sociedade, a identificação de uma mudança, a comprovação da passagem de um estágio de integração a outro por meio de transformações de algum modo induzidas pelos comportamentos coletivos” (PASQUINO, 2010, p. 787). Diante disso, por movimento social entendemos a ação de um grupo de indivíduos que, em determinada sociedade, busca promover mudanças, de acordo com seus valores e ideologias¹,

¹ Tomamos aqui o termo “ideologia” em sentido amplo, entendendo-o como a “visão de mundo” de cada

em contextos específicos. Os movimentos sociais constituem organizações que atuam de forma sistemática para alcançar seus objetivos, ou seja, possuem características de organizações permanentes em constante luta (RIBEIRO, s/d).

Inúmeros movimentos sociais ocorridos na história do Brasil e do mundo tiveram como seus principais articuladores os jovens. Segundo Brandão & Duarte (1997, p. 6), essa histórica presença de jovens em movimentos sociais deu-se não necessariamente pelo “seu poder de mobilização – que não foi nada pequeno –, mas principalmente pela natureza das ideias que colocaram em circulação, pelo modo como as veicularam e pelo espaço de intervenção crítica que abriram”. Mesquita (2006), por sua vez, destaca que os pesquisadores têm voltado seu olhar especialmente para os movimentos juvenis, devido à força e à visibilidade que esses movimentos conseguiram (e ainda conseguem) ao longo da história.

Os jovens estão ainda ligados a um movimento social específico: o movimento estudantil. Diretamente atrelado à juventude, como afirma Machado (2007), esse movimento – assim como os demais movimentos de cunho social – modifica-se de acordo com as transformações da sociedade. A própria juventude sofre essas transformações, já que “não é um estado, mas uma construção sociocultural que ocorre num tempo histórico determinado”, (MACHADO, 2007 p.181). Para o autor, quando nos referimos aos jovens da atualidade enquanto sujeitos sociais, projetamos nesses sujeitos a capacidade de transformação social e a responsabilidade por isso. Essa projeção se deve, sem dúvida, à atuação dos movimentos sociais da década de 1960 e 1970, quando o movimento estudantil ganhou grande destaque, entrando definitivamente para a história do país.

A partir dessa referência, formou-se “um modelo ideal de juventude e de participação do jovem na sociedade [...]” (MACHADO, 2007, p.177), o que leva a uma percepção equivocada da atuação do jovem no presente. Como hoje o engajamento dos jovens em movimentos sociais parece não ter muita visibilidade, é comum que se pense que há uma certa apatia da juventude² em relação a assuntos/movimentos políticos e sociais. Essa mudança de comportamento deve-se, porém, às transformações ocorridas em nossa sociedade, como foi dito. Segundo Machado (2007, p.179):

[...] o jovem – estudante, trabalhador, militante político, protagonista cultural – aparece como num processo de metamorfoses, que não podem ser encontradas em

classe ou grupo social (cf. FIORIN, 2007).

² Ressaltamos que esta pesquisa foi iniciada antes das manifestações ocorridas em várias cidades brasileiras, em junho de 2013, durante a realização da Copa das Confederações, manifestações essas que, por serem muito recentes, escapam a qualquer possibilidade de reflexão no âmbito deste trabalho.

identificações fixas, como um modelo, onde suas intervenções sociais se orientam por uma variedade de cenários e novos sofrimentos modernos.

O jovem de hoje busca novas formas de se organizar para reivindicar mudanças, seja em grupos musicais, seja participando de ONGs ou de entidades religiosas. Assim, tende a assumir hoje pautas mais individualizadas, afastando-se cada vez mais das organizações tradicionais e, portanto, dos ideais revolucionários do passado. No entanto, como ressalta Machado (2007), a individualização dos estudantes não significa que não se interessem pelas causas coletivas ou que não ingressem nelas. No seu entender, “esvaziaram-se os discursos, mas cresceu a atração pelo visual, pelo cultural, pelo diferente, pelo cotidiano e por causas que incitam o seu estilo individual” (MACHADO, 2007, p.180).

Entretanto, vale mencionar que não somente os jovens mudam conforme a sociedade, mas também os movimentos sociais surgem e se modificam conforme se modificam as relações sociais, pois, como pontua Touraine (1974, p.50), “os movimentos sociais acionam as relações de classes”. Veja-se que os movimentos sociais empenham-se em realizar mudanças. Para Giddens (2005, p. 571), “os movimentos sociais normalmente existem nas relações de conflito com organizações a cujos objetivos e visões eles normalmente se opõem”.

Percebe-se, na história do Brasil, uma considerável participação dos jovens em movimentos sociais, especialmente no movimento estudantil. Podemos dizer que a participação dos estudantes na sociedade brasileira trouxe, através de seus movimentos, diversos assuntos para debate no cenário nacional, desde assuntos de ordem econômica e política, como a luta pela nacionalização do petróleo (1958) e aquela contra a ditadura militar (1964-1985), a assuntos de cunho social e mais ligados à educação, como os recentes debates sobre o REUNI – plano do Governo para expansão e reestruturação das universidades federais – e o PROUNI – plano do governo de apoio a estudantes de baixa renda em universidades privadas.

Trata-se, assim, de uma participação que resulta das tensões existentes na sociedade em determinado momento. Assim, podemos dizer que os movimentos sociais cumprem um papel fundamental na sociedade, e com o movimento estudantil não é diferente: na luta contra a ditadura, principalmente, os estudantes desempenharam um papel importante para o restabelecimento da democracia no país. Liderados pela União Nacional dos Estudantes, a UNE, eles se organizaram, atuando mesmo que na clandestinidade, como veremos no Capítulo 1, e lutaram contra a repressão que assolava o país.

Dada a importância histórica do movimento estudantil, sobretudo da UNE, e as transformações pelas quais este, a nosso ver, passou e tem passado, em função das mudanças

da própria sociedade, ele se torna aqui objeto de nosso interesse, aqui pelo viés da Análise do Discurso francesa.

Como já foi mencionado, o movimento estudantil atual parece apresentar contornos diferentes daquele do passado, o que chama, de imediato, nossa atenção para ele. Nessa perspectiva, acreditamos que o movimento estudantil tem hoje mais de um objetivo, com evidentes repercussões no discurso que constrói: por um lado, procura investir numa maior participação dos estudantes; por outro, busca manter um diálogo com a sociedade, em relação a assuntos de seu interesse, como melhorias no ensino superior e assuntos relacionados ao meio ambiente.

Diante desses diferentes enfoques, julgamos relevante uma pesquisa que se debruce sobre as condições atuais desse movimento, que já foi de grande importância para nosso país, buscando conhecê-lo e compreendê-lo por meio do seu discurso. Afinal, o que distingue (ou aproxima) a UNE do passado, especialmente a dos anos 1960-1970, da UNE atual? E como esses aspectos se manifestam do ponto de vista discursivo?

O presente estudo se mostra ainda relevante na medida em que, até onde sabemos, há poucos trabalhos de cunho linguístico-discursivo acerca do movimento estudantil atual. Além disso, como há divergência de opiniões sobre como esse movimento age na sociedade de hoje (como vimos nos autores convocados até aqui), acreditamos que nosso estudo, além de suscitar novas discussões a seu respeito, pode contribuir para uma melhor compreensão desse “objeto”.

No entanto, considerando os limites de tempo e espaço de uma dissertação de mestrado, é preciso delimitar o que nos propomos fazer. Nesse sentido, tendo em vista que o discurso do movimento estudantil veicula várias imagens de atores sociais (a dos estudantes, a da sociedade, a do próprio movimento), pretendemos investigar, principalmente, o *éthos*³ (tomado aqui em sentido amplo) do movimento estudantil, tal como ele é construído em textos publicados pela UNE, sem perder de vista questões mais abrangentes relacionadas a essa noção, como se verá no Capítulo 2.

Propomos, então, com este trabalho, conhecer o discurso da UNE nos dias atuais, buscando apreender o *éthos* presente em seus textos. Para isso, reunimos como *corpus* 10 (dez) textos publicados no site da UNE durante os anos de 2011 e 2012⁴, buscando,

³ *Éthos, grosso modo*, significa a imagem de si que o enunciador constrói em seu discurso. Essa noção será discutida, mais detalhadamente, no Capítulo 2.

⁴ Como explicaremos melhor na metodologia, a escolha de textos desse período se justifica, uma vez que o site da UNE só foi ao ar em junho de 2011.

principalmente, apreender como a UNE, enquanto entidade representativa dos estudantes, se projeta como enunciador nesse discurso.

Do ponto de vista teórico, buscaremos apoio na Análise do Discurso francesa (AD), sobretudo nos trabalhos de Maingueneau (1987, 2002, 2008a)⁵, sem perder de vista outros pesquisadores/aportes teóricos que dialogam com ela, como é o caso, por exemplo, de Amossy (2005) e de Fiorin (2007). Lembrando ainda o caráter interdisciplinar da AD, convocaremos autores de áreas afins, como a Sociologia e a História, para definir e contextualizar o movimento estudantil, explicitando, assim, as condições de produção do discurso que circula nessa instância (a relação texto/contexto).

Em suma: é nosso objetivo, no presente trabalho, fazer uma análise linguístico-discursiva, sob a ótica da AD (e de autores/estudos que com ela dialogam), acerca da construção do *éthos* daquele que enuncia como União Nacional dos Estudantes (UNE), tomado aqui como representante maior do atual movimento estudantil brasileiro, a partir de textos publicados no site dessa entidade, durante os anos de 2011 e 2012.

A esse objetivo maior juntam-se outros mais específicos, quais sejam: (i) apreender, no discurso atual da UNE, a recorrência de categorias (temas, vocabulário etc) que possam desvelar a(s) formação(ões) discursiva(s) em jogo; e (ii) identificar as atuais propostas, reivindicações e interesses do movimento estudantil, de modo a resgatar a(s) formação(ões) ideológica(s) em que o discurso atual da UNE se inscreve.

Para atingir tais objetivos, dividimos o presente trabalho em três capítulos. No primeiro, faremos uma breve descrição histórica do movimento estudantil no Brasil, sobretudo, da UNE, enfatizando suas principais ações no cenário brasileiro e delineando a importância desse movimento para o país. Buscaremos ainda justificar a importância de voltarmos nosso olhar para o discurso da UNE tal como ele se mostra na atualidade. No segundo capítulo, discorreremos sobre o referencial teórico e os passos metodológicos adotados. Por fim, no terceiro capítulo, apresentaremos a análise dos textos que compõem o *corpus* deste trabalho e, em seguida, discutiremos os resultados encontrados.

⁵ Publicações originais: *Gênese do discurso* (1984); *Novas tendências em análise do discurso* (1987); e *Análise de textos de comunicação* (1993).

CAPÍTULO 1: (RE)CONHECENDO O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO



Manifesto #ocupebrasil

Foto: Vitor Vogel

Fonte: <http://www.une.org.br/2011/12/manifesto-ocupebrasil/>

Acesso em: 25/07/2012

Hino da União Nacional dos Estudantes

(Vinícius de Moraes)

*União Nacional dos Estudantes
Mocidade brasileira
Nosso hino é nossa bandeira*

*De pé a jovem guarda
A classe estudantil
Sempre na vanguarda
Trabalha pelo Brasil*

*A nossa mensagem de coragem
É que traz um canto de esperança
Num Brasil em paz*

*A UNE reúne futuro e tradição
A UNE, a UNE, a UNE é união
A UNE, a UNE, a UNE somos nós
A UNE, a UNE, a UNE é nossa voz*

O movimento estudantil no Brasil cumpriu e cumpre um importante papel na sociedade. Em momentos importantes da nossa história, os estudantes tiveram participação determinante, contribuindo para transformações na vida político-social do país. Neste capítulo, apresentamos uma breve contextualização histórica do surgimento do movimento estudantil no país, o que acreditamos ser relevante para que se possa compreender esse movimento – sobretudo no que diz respeito à UNE, nosso objeto de estudo – em seu aspecto atual.

1.1 As primeiras movimentações estudantis

Apesar de o auge do movimento estudantil ter sido no final da década de 1960, especificamente em 1968, quando ocorreram manifestações dos estudantes em protesto contra as ações repressivas do governo ditatorial militar, antes disso já se registrava a participação de estudantes em momentos importantes da história do país.

Desde a época do Brasil Colônia, os estudantes já se manifestavam em defesa de seus ideais, como ocorreu no século XVIII, em que muitos deles desempenharam um papel importante na Inconfidência Mineira (1789), tendo inclusive fundado secretamente um clube para lutar pela independência do país (1786). A participação estudantil seguiu-se também pelos anos do Império, especialmente durante a Guerra de Canudos (1896-1897), quando estudantes de Direito da Faculdade da Bahia denunciaram as barbaridades que eram praticadas contra os sertanejos. Em 1901 foi criada a Fundação dos Estudantes Brasileiros, que, porém, não se manteve ativa devido a conflitos pessoais e políticos entre os fundadores. Entre 1901 e 1910 o movimento estudantil praticamente não existiu. Em 1910 foi realizado, em São Paulo, o I Congresso Nacional de Estudantes, que apresentou como um de seus objetivos a criação de uma União Nacional dos Estudantes, o que somente viria a acontecer em 1937. Em 1934⁶ foram criados vários grupos representativos dos estudantes como a Juventude Comunista, a Juventude Integralista, a Federação Vermelha dos Estudantes e a União Democrática Estudantil.

1.2 O surgimento da UNE e sua atuação

⁶ Entre 1910 e 1934 não encontramos registros de ações/mobilizações de estudantes no Brasil.

A partir da Revolução de 1930⁷, a politização do ambiente nacional levou os estudantes a atuarem firmemente em organizações sociais como a Juventude Comunista e a Juventude Integralista, que foram algumas das primeiras organizações juvenis no Brasil. A diversidade de opiniões e propostas crescia, assim como a necessidade de uma instituição forte representativa dos estudantes. Segundo Mesquita (2006, p.66),

No Brasil, a luta contra o Estado Novo se fortalecia no interior da sociedade e o movimento estudantil refletia e respondia através de manifestações. Criava-se, assim, uma elite estudantil que acabava por representar não somente a categoria dos estudantes, mas também grande segmento da população que tinha anseio por mudanças.

Para Poerner (1979, p.130), faltava uma entidade representativa que unificasse a atuação do movimento estudantil. Essa questão viria a ser resolvida com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), o que ocorreu, em 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, durante uma reunião do Conselho Nacional dos Estudantes⁸. Desde então, a UNE começou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade. Inicialmente, o movimento estudantil buscava uma reforma universitária e mais verbas para a educação; posteriormente os estudantes acabaram se envolvendo em questões políticas e econômicas.

Os anos seguintes à criação da UNE foram marcados pela eclosão de um dos maiores conflitos humanos da história: a Segunda Guerra Mundial. Os estudantes brasileiros, recém-organizados, tiveram ação política fundamental no Brasil durante esse processo, opondo-se desde o início ao nazi-fascismo de Hitler. Em 1938, um ano após sua instituição, durante o II Congresso de Estudantes, a UNE emitiu uma mensagem à sociedade contra o nazi-fascismo, sendo esta sua primeira manifestação política. Em 1942, a UNE organizou e promoveu a primeira passeata com participação dos estudantes, exigindo que o governo declarasse guerra contra a Alemanha e a Itália. Para Araújo (2007, p.35), essa passeata foi um marco para o movimento estudantil da época.

⁷ A Revolução de 1930 foi um golpe que, liderado pelos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, depôs o Presidente da República Washington Luiz, impediu a posse do Presidente eleito Júlio Prestes e colocou no poder Getúlio Vargas, pondo fim à política do café com leite que vigorou durante o período histórico denominado República Velha. Nesse período, havia uma “aliança” de alternância no governo federal entre mineiros e paulistas.

⁸ Há divergências entre historiadores e sociólogos acerca da data de criação da entidade. Para alguns, a UNE foi oficialmente criada em 1937 no I Conselho Nacional de Estudantes; para outros, a entidade estudantil foi criada em 1938 durante o II Congresso Nacional dos estudantes (cf. ARAÚJO, 2007, p.23). Consideramos, porém, o ano de 1937 como o de criação da UNE, por ser esta a informação que consta no próprio site da entidade.

O movimento estudantil no Brasil começou a ganhar força, de fato, em 1940, com a mobilização pela nacionalização do petróleo. Segundo Mesquita (2006, p. 68), os estudantes, juntamente com outros setores da sociedade, passaram a reivindicar o petróleo como patrimônio nacional, como algo essencial para o desenvolvimento econômico e social do país. Esse movimento, intitulado “O Petróleo é nosso”, tinha dois objetivos primordiais: a monopolização estatal do petróleo e a criação da Petrobrás. Percebemos, assim, uma participação dos estudantes em assuntos políticos e econômicos, o que continuaria ocorrendo nos anos vindouros.

Em janeiro de 1961, tomou posse o presidente Jânio Quadros, que, em agosto do mesmo ano, renunciou sem dar à população explicações sobre o motivo da renúncia. Houve uma turbulência na sociedade brasileira, sobretudo pela ação de setores conservadores, como os militares, na tentativa de impedir que o vice-presidente João Goulart assumisse a Presidência da República, sob a alegação de que Jango, como era mais conhecido, era comunista e que isso representava uma ameaça à segurança nacional (FREIRE, 2010, p.16). Mesmo empossado, Jango não exerceu efetivamente as funções de Presidente da República, uma vez que, temendo seu governo, o Legislativo passou a forma de governo de presidencialista para parlamentarista⁹.

Nesse período, a União Nacional dos Estudantes e outras grandes instituições brasileiras formaram a Frente de Mobilização Popular¹⁰, que atuou pressionando o governo para que este realizasse as reformas de base (agrária, urbana, tributária, bancária e constitucional). A UNE defendia mudanças sociais profundas, dentre elas a reforma universitária no contexto das reformas de base propostas pelo governo.

Assim, diante da efervescência política do período, surgiram mobilizações de diversos grupos e houve um crescimento dos movimentos sociais. Foi nesse período que surgiram as ligas camponesas, que lutavam contra as más condições de trabalho no campo e contra a expulsão dos camponeses de suas terras; a Juventude Universitária Católica (JUC), que exerceu grande influência sobre a UNE; a Associação Católica, que tinha como objetivo difundir a igreja no meio universitário; e a Ação Popular (AP), movimento político surgido a partir da atuação dos militantes da JUC (FREIRE, 2010, p.16).

⁹ Cabe esclarecer que, no Regime de Governo Parlamentarista, o Presidente da República é o chefe de Estado apenas, ou seja, representa o país nas relações internacionais, mas quem governa, de fato, é o poder legislativo, o que quer dizer que o chefe do Governo é o chefe do parlamento.

¹⁰ A Frente de Mobilização Popular (FMP) foi criada em 1962 sob a liderança do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizzola, e contou com a adesão de organizações sindicais, estudantis, femininas, camponesas, de subalternos das Forças Armadas, de grupos marxistas-leninistas e de alguns integrantes do Congresso Nacional, políticos nacionalistas, e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi fechada pelos militares em 1964, e seus integrantes tiveram os direitos políticos suspensos.

Vale ressaltar que, a partir da influência não só da JUC, mas também de outros movimentos sociais surgidos naquela época, a UNE passou a se envolver em diversos movimentos não necessariamente relacionados às questões estudantis. Segundo Araújo (2007, p.96), “no final dos anos 50 começou a se desenvolver, no interior da Juventude Universitária Católica, uma corrente de esquerda muito forte, muito politizada. Essa corrente passou a atuar no movimento estudantil nacional, com grande influência nas articulações e decisões da UNE”. Já de acordo com Lemos (1996, p.81), a UNE foi atuante no movimento das ligas camponesas, pois eram os estudantes que mobilizavam grandes massas em apoio aos trabalhadores rurais.

Além da participação nas discussões sobre a economia e a política nacionais, o movimento estudantil foi marcado também pelo desenvolvimento intelectual, especialmente durante o governo (parlamentarista) do Presidente João Goulart (1961-1964). “Acompanhando a radicalização política do governo de João Goulart, a UNE viveu um período de intensa atividade artística, cultural e política” (ARAÚJO, 2007, p.90). É nesse período que a UNE cria o CPC – Centro Popular de Cultura –, do qual participaram estudantes que viriam a ser respeitados profissionais das artes e da cultura brasileira, como Oduvaldo Viana Filho, Arnaldo Jabor, Carlos Lira e Ferreira Goulart. A criação do CPC objetivava principalmente a produção de uma arte que servisse de avaliação da sociedade brasileira. A ideia era a de dispor de uma instituição de arte e cultura que servisse de instrumento de revolução para transformações sociais.

A temática cultural sempre esteve presente na trajetória do movimento estudantil brasileiro, seja de modo mais visível e organizado, seja de modo mais latente. De toda forma, ela vem se constituindo, desde os anos 60, como um espaço comunicacional e simbólico entre os estudantes que, de diferentes maneiras, vêm se apropriando desta dimensão para levantar suas bandeiras, questionar a sociedade (e a própria cultura), dialogar com o mundo universitário e com os outros movimentos da sociedade civil (MESQUITA, 2006, p.24).

Em 1964, com a tomada do Governo Federal pelos militares, o movimento estudantil atingiu o apogeu de sua organização e participação na história do país. Essa articulação foi duramente combatida pelo governo militar, sobretudo após a publicação do Decreto-Lei n.º 477, de fevereiro de 1969, que proibia toda e qualquer manifestação política ou protesto no interior dos estabelecimentos de ensino públicos ou particulares. Isso significou a extinção oficial da UNE pelo governo. Entretanto, essa condição não impediu que, durante todo o período da ditadura militar (1964-1985), houvesse mobilização dos estudantes, principalmente sob a coordenação da UNE, com a realização de congressos secretos e a participação de

líderes estudantis em grupos de luta armada na tentativa de derrubar o regime. Ou seja, ainda que na clandestinidade, os estudantes não deixaram de se mobilizar em prol dos ideais que defendiam. O movimento estudantil teve uma grande importância naquela época pelas manifestações contra a repressão e a favor da liberdade de expressão, sendo essa última uma de suas principais bandeiras.

O ano de 1968, por sua vez, foi um dos mais violentos, sendo também um ano de intensa mobilização estudantil. Em março daquele ano, na tentativa de dissolver uma manifestação dos jovens da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço, um restaurante mantido pelo Ministério da Educação (MEC) no centro do Rio de Janeiro, a polícia matou o estudante secundarista Edson Luís Souto, cujo enterro foi acompanhado por 50 mil pessoas. Para Araújo (2007, p.176), “a morte de Edson Luís marcou o início de um processo de radicalização política e de confrontos violentos entre a polícia e os estudantes”.

O mês seguinte à morte do estudante foi marcado por manifestações por parte dos estudantes e por muita violência e repressão policial por parte do governo. Em várias faculdades e universidades do país os estudantes se mobilizavam para reivindicar melhorias no ensino e questionar a relação professor-aluno. A ênfase maior dos estudantes, no entanto, era o pedido de diálogo entre eles, as autoridades universitárias e o MEC. Nesse contexto, várias manifestações, como ocupações e passeatas, foram realizadas pelos estudantes sob o comando da UNE, sendo sempre reprimidas violentamente pela polícia (PAES, 1997, p. 67).

Como reação a toda essa violência, os estudantes, mesmo sendo perseguidos pelo governo, conseguiram se organizar e realizar, em junho de 1968, uma passeata contra o regime dos militares que ficou conhecida como a “passeata dos cem mil”. Marcada pelos gritos de “Abaixo a ditadura”, teve, além da participação dos estudantes, a de artistas e intelectuais brasileiros, parlamentares, padres e setores da classe média. Ao contrário das manifestações anteriores, esta foi pacífica e não teve repressão policial. A partir daí, foi constituída uma comissão para negociar com as autoridades, sendo esse acontecimento considerado o auge da mobilização estudantil liderada pela UNE (ARAÚJO, 2007, p.180).

Barbosa (2002, p. 5), citando Pellicciotta (1997), afirma que a década de 1970 foi marcada inicialmente por movimentos de resistência e posteriormente de rearticulação do movimento estudantil. No final dessa década, apesar de continuarem sendo duramente perseguidos, os estudantes conseguiram se reorganizar e voltaram a promover encontros na tentativa de derrubar os militares. O movimento estudantil voltou a se articular devagar, primeiro surgindo os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) em cada universidade e depois as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs). Por fim, em 1979, a UNE conseguiu se

reestabelecer. O movimento estudantil tomou as ruas do país promovendo de várias passeatas, sendo os ideais políticos o motivo maior das manifestações (SOBRINHO, 2008). Nesse período, a principal bandeira dos movimentos sociais no Brasil foi a luta pela anistia, tendo os estudantes participado dessa luta e atuado no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA)¹¹.

Entretanto, para Barbosa (2002, p. 06), quando a UNE se rearticulou no final dos anos 1970, o movimento estudantil já começava a apresentar sinais de enfraquecimento. As bandeiras do movimento já não eram claras e faltava um sentido coletivo para a entidade. Segundo a autora,

Não era mais possível manter a concepção política dos anos 60 pois, apesar de tudo, a esquerda experimentava, de certa forma, uma atuação coletiva mais democrática em contraposição aos anos anteriores. Com isso, não cabia mais tentar fazer a adaptação de velhas condutas políticas a essa nova realidade (BARBOSA, 2002, p. 7).

Na década de 1980, o movimento estudantil buscou aliar suas bandeiras às de outros movimentos sociais, sobretudo às bandeiras dos trabalhadores oprimidos, que surgiam forte na figura do Partido dos Trabalhadores (PT). O que se percebeu foi uma partidarização da UNE. Para Barbosa (2002, p. 7-8), “não se tratou de uma posição particular de alguns dirigentes do movimento estudantil [...], tratou-se do posicionamento mais geral da entidade [...]”.

No início dos anos 1980, a UNE participou ativamente da campanha intitulada *Diretas Já*. Depois da redemocratização do país em 1985, os estudantes tiveram uma participação menos visível no cenário nacional. Já nos anos 1990, o movimento estudantil ganhou novamente destaque, em âmbito político, com o movimento dos caras-pintadas, que tomou as ruas do país, pedindo o *Impeachment* do então Presidente Fernando Collor de Mello. Os estudantes protestavam contra a corrupção e a falta de ética na vida pública. Entretanto, esse movimento já se apresentava diferente daquele do passado. Nas décadas de 1960 e 1970, os estudantes encontraram forte repressão às suas manifestações, ao passo que, nos protestos de 1990, o cenário era de aceitação. Para Barbosa, (2002, p. 9), o episódio dos caras-pintadas fez parecer que os estudantes voltariam a se articular e que se daria um renascimento político do movimento estudantil no Brasil. Entretanto isso não ocorreu. Sousa (1999), citado por Barbosa (2002, p. 9), afirma que

¹¹ O CBA foi criado em 1968 e reuniu esforços de diversas entidades sociais na luta contra as leis repressivas, as perseguições políticas, a tortura e as prisões imotivadas.

[...] os estudantes, assim como a juventude no geral, não pareciam querer se envolver mais efetivamente com questões políticas e sociais, estavam muito influenciados pelo espírito individualista da sociedade, não vendo espaço para esse tipo de participação, pois agora seus interesses pareciam ser outros, como a carreira profissional e sua inserção no mercado.

Depois do evento em prol do impeachment de Fernando Collor, o movimento estudantil diminuiu a intensidade de sua atuação na sociedade brasileira, participando, com maior visibilidade, somente de algumas manifestações contra as privatizações de estatais entre 1994 e 1998, durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

1.3 O movimento estudantil atual

No início do século XXI, a participação do movimento estudantil nas questões políticas e sociais do Brasil tem sido bem discreta. Entretanto, em 2007 os estudantes voltaram a ser destaque no cenário nacional, ainda que momentaneamente. Em maio daquele ano, os estudantes da USP invadiram o prédio central da Reitoria e ali ficaram por 51 dias, reivindicando não apenas participação nas decisões administrativas da Universidade como também melhorias na assistência estudantil. Além dos alunos, muitos funcionários e professores também aderiram à manifestação.

Já em abril de 2008, foi a vez de os estudantes da UnB acamparem no prédio da Reitoria, fazendo várias reivindicações, entre elas o afastamento do então Reitor, Timothy Martin Mulholland, acusado de gastos ilegais com itens de luxo para o seu apartamento funcional.

Segundo Machado (2008, p. 189), “o movimento estudantil ressurgiu em momentos não programados”. Tal assertiva pode ser corroborada pelos dois acontecimentos anteriormente mencionados. Vale ressaltar que esses dois eventos não contaram com a participação efetiva da UNE, que apenas se manifestou sobre eles. Ainda de acordo com o autor,

Com a ocupação da reitoria da USP (e em universidades paulistas) e de diversas reitorias do Brasil, a partir de 2007, o movimento estudantil voltou ao cenário nacional com muita força. Sobretudo com ocupações de reitorias de universidades federais exigindo o debate público sobre o REUNI, o movimento estudantil foi fortalecido no interior das universidades [...] MACHADO (2008, p.189).

De acordo com matéria de Wanderley Sobrinho, publicada em 30/04/2008, no *Jornal Folha de S. Paulo* online, que buscou a opinião do historiador Antonio Villa, o movimento estudantil ressurgiu após os acontecimentos nas universidades paulistas, sendo que esse reaparecimento somente ocorreu porque o movimento estudantil nas universidades mudou o discurso e se afastou da UNE, que nos últimos anos se partidarizou e se articulou com o governo. Ainda segundo a referida matéria, os movimentos ocorridos na USP e na UnB só foram favoráveis aos estudantes, pois estes entraram com reivindicações relacionadas àquilo que lhes interessava de forma direta, deixando de lado discursos, por exemplo, em defesa da reforma agrária ou contra o capitalismo, temas mais amplos (de cunho mais social) que não os atingem de forma direta. Segundo Villa, a UNE se enfraqueceu depois de se ligar ao PCdoB, e os movimentos ocorridos nas universidades paulistas e na UnB se deram sem a ação direta da UNE, o que sinaliza uma clara diferença entre os movimentos estudantis atuais e o movimento estudantil do passado, que teve na UNE sua principal articuladora. Nesse ponto, vale lembrar que, nas eleições presidenciais de 2002, a UNE apoiou publicamente o então candidato – e agora ex-Presidente da República – Luís Inácio Lula da Silva e, em 2010, declarou seu apoio à então candidata e atual Presidente Dilma Rousseff.

Abdala (2009), por sua vez, acredita que o movimento estudantil, nos últimos anos, caminhou para o lado oposto do desenvolvimento social, afastando os estudantes desse tipo de manifestação. Para o autor, o movimento estudantil enrijeceu-se, sendo pautado cada vez mais por ideais radicais e fazendo reivindicações sem possibilidade de negociação no contexto social atual. Enquanto isso, a sociedade caminhou em direção a um mundo mais técnico e individualista, o que é incompatível com o movimento estudantil tal como ele foi no passado. Além disso, o autor afirma que não somente os estudantes se afastaram do movimento estudantil, mas também as reitorias se afastaram dos estudantes, na medida em que passaram a ser símbolo de ostentação de poder e riqueza, haja vista o ocorrido na UnB, em 2008, quando o reitor foi acusado de corrupção no uso de verbas de pesquisa (Finatec) para decorar de forma luxuosa seu apartamento funcional, como já foi mencionado.

Em 2011, foram registradas várias ocorrências nas universidades paulistas, como a USP e a UNIFESP, de enfrentamento entre os estudantes e a polícia, trazendo novamente os estudantes para o noticiário brasileiro, mas em uma conjuntura diferente daquela da época da ditadura.

Diante desse quadro, o que podemos perceber é que, atualmente, mesmo a manutenção de entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs), os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), os

Diretórios Acadêmicos e Centros Acadêmicos (DAs e CAs), não tem garantido um movimento influente e de atuação reconhecida. Essa mudança parece ser fruto do cenário nacional, em que a educação deixou de ser um direito (pelo menos em tese) e tornou-se algo que se compra. Nesse contexto, como foi dito, cada um se preocupa mais com a sua individualidade, não com a coletividade, como aconteceu no passado. Para Barbosa (2002, p.7), o estudante está somente de passagem pela universidade e não se identifica mais como uma categoria social e sim como um futuro profissional de uma área específica. Para a autora, essa mudança no movimento estudantil está diretamente relacionada com as mudanças ocorridas no interior das universidades, caracterizadas “como um agrupamento de escolas voltadas a objetivos diferentes dentro de um mesmo campus, onde a formação técnica e a humanista eram antagônicas [...]” (BARBOSA, 2002, p.7).

Isso, ao que tudo indica, nos remete, atualmente, a um movimento com interesses diferentes daqueles do passado. Se antes as reivindicações tinham características gerais e mais amplas (de interesse de toda a sociedade), hoje, de acordo com o ponto de vista de Barbosa (2002), parece que os participantes do movimento estudantil apresentam interesses mais pontuais, localizados e específicos, interesses esses que dizem respeito àquilo que afeta o estudante mais diretamente. Segundo Mesquita (2006, p.23),

Se no passado os estudantes tiveram uma atuação mais homogênea, hoje esta é pautada por sua pluralidade. Os movimentos estudantis atuais têm trazido à tona diversas realidades e demandas que anteriormente eram menos visíveis ou inexistentes em seu interior.

Retomando, pois, as opiniões apresentadas nesta seção, notamos que há divergências entre os pesquisadores acerca da atual posição do movimento estudantil brasileiro e da participação dos jovens em movimentos sociais, o que, aliás, já tínhamos apontado na Introdução. Há quem acredite tratar-se de um movimento de brigas partidárias em que os militantes estão em busca de posições de destaque dentro de partidos políticos (NASCIMENTO, 2007); e há autores que entendem que o movimento estudantil está ressurgindo e se refortalecendo no cenário político-social do país, trazendo diferentes temas para debate, como educação, segurança e meio ambiente (MACHADO, 2008).

A partir daí, é possível destacar a relevância de se estudar o movimento estudantil, um movimento social que vem se modificando ao longo do tempo. Como podemos perceber, o movimento estudantil, sobretudo aquele liderado pela UNE, é importante para a história do Brasil, uma vez que, atuante, sobretudo no período da ditadura militar, lutou por mudanças ocorridas em nossa sociedade.

E hoje, qual é o papel da UNE em nosso país? Como esse papel tem sido construído discursivamente a partir da imagem (*éthos*) que a UNE produz de si mesma ao outro/sociedade? É na tentativa de buscar respostas para essas perguntas que nos debruçaremos sobre o discurso atual da UNE. Antes, porém, é preciso apresentar os pressupostos teóricos e metodológicos que norteiam esta pesquisa, o que faremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS



Fonte:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=665375246823270&set=a.242056769155122.77484.241149405912525&tyoe=1&theater>

Acesso em: 10/03/2013

“Como não nos intimidamos no passado, não nos intimidaremos agora.”
(União Nacional dos Estudantes – 10/06/2013)

2.1 Constituição do *corpus*: do DCE/UFMG à UNE

Como pretendíamos investigar o movimento estudantil em nosso país, pensamos, inicialmente, em examinar publicações (impressas) do Diretório Central dos Estudantes da UFMG (DCE) e buscar conhecer esse movimento no espaço da nossa universidade. Entretanto, com o uso cada vez mais intenso da internet e de seus recursos, como sites institucionais e redes sociais, encontramos muito pouco material impresso do DCE. Procurando, então, nas redes sociais os perfis das últimas gestões da entidade estudantil na UFMG, verificamos que não havia ali um material relevante de análise, visto que as publicações se limitavam a dar informações bem restritas: a respeito da carteirinha do diretório, de horário de seu funcionamento e de campeonato de futebol, promovido todos os anos pela entidade. Além disso, o DCE/UFMG não possui um site em que pudéssemos pesquisar.

Diante da dificuldade de coletar material do movimento estudantil no âmbito de nossa universidade, fosse ele impresso ou não, decidimos trabalhar com publicações do site da União Nacional dos Estudantes, não apenas em função da sua relevante história de lutas e conquistas no cenário nacional, mas também devido à maior facilidade de se encontrarem, na página dessa entidade, materiais (textos) para análise.

Escolhemos trabalhar com textos do site da instituição mais representativa dos estudantes no Brasil – e não mais com materiais impressos, como era nossa intenção inicial – devido ao fato de que a Internet tem sido amplamente utilizada por diversos segmentos da sociedade, inclusive pelos movimentos sociais. Para Giddens (2005, p.359), a tecnologia da informação e os movimentos sociais constituem influentes forças da sociedade moderna. Com o desenvolvimento da tecnologia da informação, os movimentos sociais têm criado verdadeiras redes eletrônicas que lhes permitem não apenas reagir quase que imediatamente a acontecimentos, mas também acessar e difundir informações e pressionar governos e organizações em relação a questões das quais discordem. Esse cenário provocou mudanças nos movimentos sociais. Segundo o autor:

Nesta era da informação em que vivemos, os movimentos sociais espalhados pelo globo conseguem se unir em imensas redes regionais e internacionais que abrangem organizações não governamentais, grupos religiosos e humanitários, associações que lutam pelos direitos humanos, defensores dos direitos de proteção ao consumidor, ativistas ambientais e outros que agem em defesa do interesse público (GIDDENS, 2005, p.359).

Nesse contexto encontra-se a UNE, que, como muitos movimentos sociais espalhados pelo globo, tem-se utilizado da Internet para difundir suas ideias e divulgar suas ações. Portanto, o *corpus* da presente pesquisa compõe-se de textos veiculados no site da UNE – www.une.org.br – publicados na seção *notícias*, nos anos de 2011 e 2012, visto que nosso objetivo, como foi dito, é trabalhar com textos mais recentes que nos permitam conhecer o discurso¹² da UNE nos dias atuais. Lembramos que o site da UNE foi ao ar em junho de 2011, razão por que trabalharemos com mais textos de 2012 do que de 2011.

A seção *notícias* do site da UNE é dividida nas seguintes subseções:

1. Movimento estudantil
2. Educação
3. Política
4. Movimento social
5. Diversidade
6. Cultura e esporte
7. Geral
8. Últimas notícias.

Apesar do nome que recebe, tal seção não é usada apenas para a publicação de notícias propriamente ditas, mas também para veicular outros gêneros, como o manifesto, a carta de apoio, a nota oficial, a nota de repúdio, entre outros. Diante dessa variedade, selecionamos 10 textos para análise (vide quadro 1), sem levar em consideração a subseção em que o texto foi publicado. Optamos por gêneros argumentativos, como a nota de apoio, a nota oficial e o manifesto, pois, no nosso entender, eles apresentam, de forma mais evidente, uma imagem discursiva do enunciador, em detrimento de gêneros como a notícia, por exemplo, que tendem a ser mais informativos. Acreditamos ainda que os gêneros escolhidos apresentam, de forma mais evidente, o posicionamento ideológico do enunciador/UNE. Assim, o *corpus* desta pesquisa será assim constituído:

¹² Nesse sentido, o analista parte do texto para chegar ao discurso. O texto é, pois, a materialização na/pela linguagem do discurso que lhe é subjacente.

Quadro 1 – Constituição do *corpus*

Título	Data de publicação
Nota da UNE em apoio à greve das classes trabalhadoras	06/10/2011
Nota da UNE e UEE em repúdio à ação da tropa de choque na USP	08/11/2011
Manifesto: #ocupebrasil	06/12/2011
Nota de repúdio à agressão e abuso de autoridade na USP	10/01/2012
Nota da UNE em defesa da educação e da universidade brasileira	31/05/2012
Nota oficial da UNE sobre a matéria do jornal <i>O Globo</i> do dia 08 de junho de 2012	10/06/2012
Liberdade imediata aos estudantes da UNIFESP, abaixo a PM de São Paulo	15/06/2012
Moção de apoio contra o uso de agrotóxicos	17/06/2012
Nota oficial da UNE contra o golpe no Paraguai	22/06/2012
Nota oficial da UNE em defesa da política de cotas e por sua implementação com qualidade e assistência estudantil	22/10/2012

Apresentaremos, a seguir, o aporte teórico escolhido para esta pesquisa e o dispositivo de análise que dele decorre. Nesse sentido, concordamos com Orlandi (2012, p. 27) quando ela afirma que a AD não tem uma metodologia pronta e acabada, mas princípios teóricos que permitem a cada analista construir o seu dispositivo de análise, a partir da(s) questão(ões) formulada(s), da natureza do material pesquisado e da finalidade da análise. Isso significa que o dispositivo analítico é de responsabilidade do pesquisador, cabendo-lhe, pois, mobilizar os conceitos que julga pertinentes para examinar seu objeto.

2.2 Referencial teórico e metodológico

Nesta seção, como foi dito acima, apresentaremos os pressupostos teóricos que norteiam esta pesquisa e forneceremos seu dispositivo de análise. Inicialmente, apresentaremos o conceito de *éthos*, partindo de suas primeiras definições em Aristóteles para, em seguida, conceituá-lo na linha de pesquisa adotada: a Análise do Discurso francesa, sobretudo aquela que se esteia nos trabalhos de Dominique Maingueneau (1984, 1987, 1993).

Depois disso, discorreremos sobre as categorias empregadas nas análises, ou seja, aquelas de que nos valem para a construção do dispositivo analítico desta pesquisa, tais como as noções/categorias propostas por Maingueneau (2008a) em sua *Semântica Global*.

2.2.1 Conceituando *éthos*

Para começar nossa discussão acerca da noção de *éthos*, recorreremos ao dicionário. Segundo o *Dicionário Aurélio*, *éthos* é uma palavra de origem grega que, além de significar costume, característica ou uso, tem também as seguintes definições:

1. Modo de ser, temperamento ou disposição interior, de natureza emocional ou moral.
2. O espírito que anima uma coletividade, instituição, etc.
3. Sociol. Antrop. Aquilo que é característico e predominante nas atitudes e sentimentos dos indivíduos de um povo, grupo ou comunidade, e que marca suas realizações ou manifestações culturais (FERREIRA, 1999).

Essa diversidade de definições mostra que, apesar da aparente simplicidade, o emprego do termo *éthos* pode acarretar dificuldades. Some-se a isso o fato de que seu estudo tem ganhado atenção em diferentes disciplinas, que vão da linguística à sociologia. Assim, em cada disciplina que o emprega, teremos acepções diferentes.

Maingueneau (2008b, p.12) pontua que, para trabalhar com o *éthos*, é preciso, antes, que o analista delimite a concepção em que está tomando esse termo, ou seja, ele deve privilegiar esta ou aquela noção em função dos objetivos e do *corpus* da sua pesquisa. Desse modo, o autor afirma que “o importante, quando somos confrontados com essa noção, é definir por qual disciplina ela é mobilizada, no interior de que rede conceitual e com que olhar” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 16).

Neste trabalho, vamos nos limitar a discutir a noção/conceito de *éthos* ligado às Ciências da Linguagem, sobretudo à Análise do Discurso francesa, perspectiva teórico-metodológica adotada aqui. Porém, como se trata de uma noção fundada na Antiguidade Clássica, começaremos por abordá-la, rapidamente, nesse período para, então, passar à discussão de como os autores contemporâneos que nos servem de base a releram e a incorporaram em seus estudos.

2.2.1.1 O *éthos* na Retórica Aristotélica

Como foi dito, as primeiras considerações sobre o *éthos* vêm da antiguidade, sendo Aristóteles um dos principais estudiosos a tratar do assunto. Entretanto, para muitos autores,

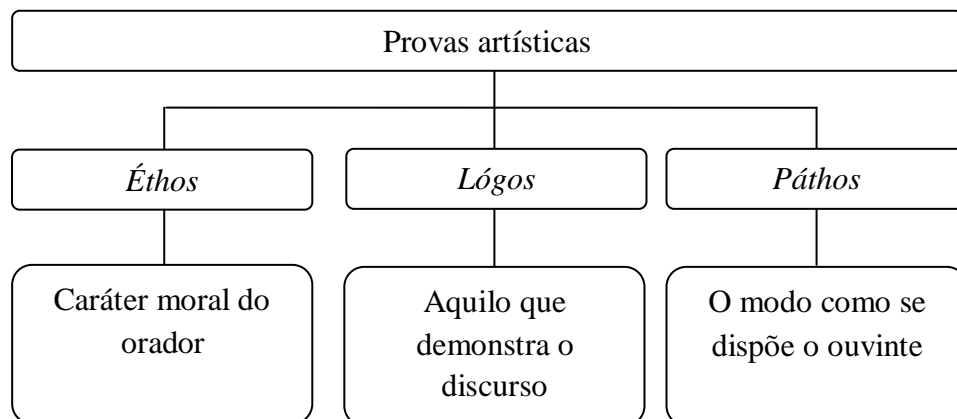
foi Isócrates o primeiro a usar a noção de *éthos*, “entendido como a reputação deste [do orador] perante seu grupo social” (CRUZ, 2009, p. 36). Já para Aristóteles, o *éthos* encontra-se no discurso do orador. Talvez por isso, no âmbito das Ciências da Linguagem, não vemos muitas referências às propostas de Isócrates. Como se vê, a noção de *éthos* para Isócrates e para Aristóteles tomam caminhos distintos: na visão do primeiro, o *éthos* não é “construído pelo discurso, mas pela vida em sociedade” (CRUZ, 2009, p.36); já para o segundo, o *éthos* é, antes de tudo, uma construção discursiva.

O *éthos* em Aristóteles, portanto, é o que nos interessa em especial aqui, pelo fato de ser tomado como uma imagem do orador construída no/pelo seu discurso. Em Aristóteles, temos as primeiras considerações que se aproximam daquelas usadas, ainda hoje, no âmbito da Análise do Discurso francesa. Trata-se de uma noção que está inserida no quadro da retórica, definida como a arte que busca descobrir os meios de persuasão. Aristóteles distingue dois tipos de provas: inartísticas e artísticas. Essa distinção serve para diferenciar as provas que são próprias da retórica das que não o são:

Chamo provas inartísticas a todas as que não são produzidas por nós, antes já existem: provas como testemunhos, confissões sob tortura, documentos escritos e outras semelhantes; e provas artísticas, todas as que se podem preparar pelo método e por nós próprios (ARISTÓTELES, 2005, p. 96).

Dentre as provas artísticas, aquelas que são próprias da retórica, Aristóteles (2005, p. 96) aponta três providas pelo discurso: o caráter moral do orador (*éthos*), o modo como se dispõe o ouvinte (*páthos*) e o que demonstra ou parece demonstrar o discurso (*lógos*). Representamos esquematicamente na Figura 1 as provas artísticas propostas por Aristóteles, ou, em outras palavras, provas do discurso ou meios de persuasão:

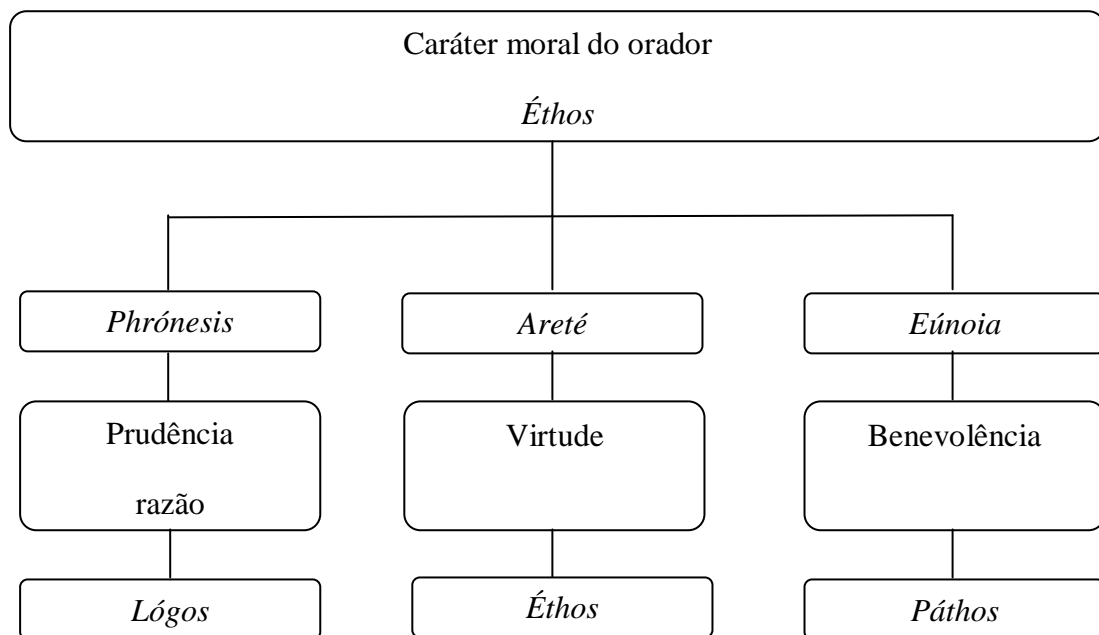
Figura 1 – Representação esquemática das provas do discurso



Elaborada pela autora

De acordo com Aristóteles, o orador, para construir uma imagem positiva de si (*éthos*) quando enuncia, pode valer-se de três qualidades que inspiram confiança e são consideradas importantes fatores de persuasão, ou seja, o *éthos* pode apresentar três qualidades: a *phrónesis* (prudência), a *areté* (virtude) e a *eúnoia* (benevolência). Segundo Eggs (2005, p.32), “os oradores inspiram confiança (a) se seus argumentos e conselhos são sábios e razoáveis; (b) se argumentam honesta e sinceramente; e (c) se são sábios e amáveis com seus ouvintes.” Diante disso, pode-se dizer que a *phrónesis* está ligada à razão; a *areté*, ao caráter individual do orador e à sua honestidade; a *eúnoia*, enfim, às emoções. Essas três instâncias são, no entender do autor, três espécies de *éthe* que podem ser depreendidos do/no discurso. Nesse contexto, Eggs (2005, p.33) afirma que o *éthos*, enquanto prova de persuasão, apresenta qualidades que estariam relacionadas às demais provas do discurso: a *phrónesis* faz parte do *lógos*; a *areté* tem a ver com o *éthos*, enquanto a *eúnoia* pertence ao *páthos*¹³. Nessa perspectiva, poderíamos assim resumir as características do *éthos*:

Figura 2 – Representação esquemática do *éthos* aristotélico



Elaborada pela autora

¹³ Já Maingueneau (1989, p. 45) relê da seguinte maneira essas três qualidades propostas por Aristóteles: *areté* implicaria assumir a atitude de um homem de fala franca, que diz a verdade crua; *phrónesis*, ter o aspecto de pessoa ponderada; e *eúnoia*, oferecer uma imagem agradável de si mesmo.

2.2.1.2 O *éthos* na perspectiva da Análise do Discurso

A noção de *éthos* tem ganhado, mais recentemente, destaque na área dos estudos de linguagem. Sobre a origem do termo, pontua Amossy (2008, p. 220-221), no *Dicionário de Análise do Discurso*:

Termo emprestado da retórica antiga, o *éthos* (em grego ηθος, personagem) designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso, em que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal.

À primeira vista, a definição parece simples: trata-se da imagem de si que o locutor constrói no/pelo discurso, visando obter a adesão do seu destinatário. Nessa perspectiva, todo discurso necessariamente carrega consigo uma imagem do locutor, já que é no discurso que estão as marcas que caracterizam um dado *éthos* e permitem que ele seja apreendido.

A noção de *éthos* passa a integrar os trabalhos de Maingueneau na década de 1980. Nesse sentido, o autor afirma que, para que a Análise do Discurso trabalhe com a noção de *éthos*, é preciso propor dois deslocamentos em relação ao termo. Primeiro: deve-se afastar a questão subjetiva do *éthos*. Enquanto na retórica os efeitos são impostos pelo sujeito, enquanto ser social (e psicológico), para a AD, os efeitos que constituem um determinado *éthos* são impostos pela formação discursiva (FD)¹⁴. Segundo: deve-se “recorrer a uma concepção do *éthos* que seja transversal à oposição entre oral e escrito. [...] Embora o texto seja escrito, ele é sustentado por uma voz específica. Uma voz associada ao discurso” (MAINGUENEAU, 1989, p.46).

Maingueneau (2008b) se propõe a descrever as características que conformam a noção de *éthos* e a apontar as dificuldades que essa noção suscita, para, em seguida, apresentar sua própria concepção. Como primeira problemática que envolve o *éthos*, o autor postula, como já foi dito, a necessidade de se definir a área no interior da qual se trabalha com essa noção. Segundo ele, entender o *éthos* como uma representação de si que o locutor ativa em seus destinatários quando enuncia, embora pareça algo simples, já faz surgir dificuldades, pois essa noção, trabalhada no âmbito da AD, não será a mesma empregada no contexto, por exemplo, da teoria da conversação. Assim, para o autor, quando se trabalha com a noção de

¹⁴ Uma formação discursiva, *grasso modo*, determina o que pode e deve ser dito em determinada situação (PÉCHEUX & FUCHS, 1990, p.166). Essa noção, bem como sua relação com o conceito de *éthos*, será discutida na seção 2.2.3, mais adiante.

éthos é preciso deixar claro com que olhar esta noção está sendo trabalhada e no interior de que disciplina ela se insere (MAINGUENEAU, 2008b).

Retomando a visão aristotélica, Maingueneau (2008b) destaca que, nesse caso, o *éthos* está relacionado à persuasão pelo discurso. Assim, para persuadir pelo *éthos*, o locutor deve ser capaz de causar boa impressão através do seu discurso, construindo, então, uma imagem positiva de si, uma imagem consistente que lhe permita ganhar a confiança do auditório e convencê-lo do seu (do locutor) ponto de vista. Citando Barthes, o autor afirma que o *éthos* traduz traços não do locutor enquanto ser social, pessoa de carne e osso no mundo, mas de um sujeito que é construído no ato de enunciação. Também a esse respeito, Maingueneau (2008b, p.13) cita Ducrot (1987), que, em sua teoria da enunciação, faz uma distinção entre o locutor L, responsável pela enunciação, e o locutor λ (lambda), o locutor enquanto ser do mundo, estando o *éthos* ligado ao locutor L (não ao locutor lambda).

Logo, numa primeira definição, o *éthos* é uma representação que o destinatário constrói do locutor no momento em que este enuncia. Entretanto, como ressalta Maingueneau (2008c, p. 57), não se trata de uma imagem estática, mas de uma imagem dinâmica que é construída à medida que a enunciação se desenvolve.

Maingueneau (2008c, p. 60) apresenta outros problemas suscitados pela noção de *éthos*. Um deles repousa no fato de que, em certos atos de comunicação, o destinatário já dispõe de informações acerca do locutor (de outros discursos ou situações), antes mesmo que este “abra a boca”. Para o autor, faz-se necessário, então, estabelecer uma distinção entre *éthos* discursivo e *éthos* pré-discursivo.

Nesse sentido, a imagem do locutor que o destinatário tem em mente, de forma antecipada, anterior à construção da imagem discursiva, corresponde ao *éthos* pré-discursivo. A proposta de Maingueneau é interessante por colocar a figura do destinatário de maneira mais evidente na discussão sobre a construção do *éthos*. Assim, tendo em vista o *éthos* pré-discursivo de “responsabilidade” do destinatário, o locutor atuará de modo a confirmar (ou não) a imagem que dele se faz, a modificá-la ou a combatê-la por meio da construção do *éthos* no/pelo discurso (*éthos* discursivo). Entretanto, vale lembrar que nem sempre o destinatário dispõe de representações prévias do *éthos* do locutor, como ocorre quando está diante de um anúncio publicitário, por exemplo (MAINGUENEAU, 2006, p. 269).

Outro problema levantado pelo autor está no fato de que, na elaboração do *éthos*, há a interação de diversos fenômenos, que perpassam desde o registro da língua até a

organização do texto¹⁵. Assim, o *éthos* é elaborado “por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente.” (MAINGUENEAU, 2008b, p.16).

É preciso considerar ainda outras questões que entram em jogo na construção do *éthos*, ou outros problemas acerca dessa noção. Se o *éthos* é um comportamento discursivo, apenas o texto verbal conta ou devem-se levar em consideração todos os meios semióticos disponíveis, como a roupa do locutor e seus gestos, por exemplo? Outro problema relaciona-se ao ponto de vista: o *éthos* deve ser considerado do ponto de vista do locutor (*éthos* visado) ou do destinatário (*éthos* produzido)? O locutor pode, por exemplo, pretender passar uma dada imagem, e o destinatário depreender outra. Percebemos, assim, que a concepção de *éthos* é passível de receber impressões, modificações ou adquirir qualidades variadas dependendo, inclusive, da tradução atribuída à palavra (costume, caráter, imagem, tom).

Apesar da problemática em torno da definição de *éthos*, Maingueneau (2001) discorre sobre a forma como ele compreende essa noção: trata-se de uma instância discursiva que “atua” como uma voz relacionada a um corpo enunciante. O autor atribui ao *éthos*, além de um tom (que existe inclusive no texto escrito), um caráter e uma corporalidade, que correspondem respectivamente a traços psicológicos e físicos do enunciador. Para o autor:

O texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito (MAINGUENEAU, 2001, p. 98).

A corporalidade está associada a uma maneira de se portar no espaço social. É possível identificá-la “apoiando-se num conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar” (MAINGUENEAU, 2008b, p.18).

Dessa forma, para Maingueneau (2006, p. 271), a noção de *éthos* permite associar a noção de corpo à de discurso, uma vez que o sujeito, que se manifesta através do discurso, coloca-se não apenas como estatuto, mas como uma voz que se associa à representação de um “corpo” especificado historicamente.

O *éthos*, além de ser produzido no e pelo discurso, constrói-se *para* o discurso, já que atua a serviço deste e de sua capacidade de persuasão. A imagem discursiva do locutor não é

¹⁵ Essa questão está relacionada aos planos da *Semântica Global* (cf. MAINGUENEAU, 2008a) que será discutida na seção 2.2.2.1.

um mero acessório, mas algo que atua em prol do discurso, na medida em que funciona como seu fiador, emprestando-lhe (e ao próprio locutor) a credibilidade e a confiança necessárias à sua aceitação pelo outro. Assim, a construção do *éthos* é estratégica, pois, como visa a garantir a adesão e/ou “simpatia” da “plateia”, faz com que o locutor se ajuste ao que imagine serem os anseios, os valores etc. dos destinatários, de modo que o discurso veiculado seja aceito.

Dessa forma, o *éthos* não corresponde a apenas um fator de construção/compreensão/depreensão, mas resulta da junção de diversos fatores que desembocam em duas grandes vertentes: o *éthos* pré-discursivo e o *éthos* discursivo. O *éthos* discursivo pode ainda ser decomposto em dito e mostrado. O primeiro incide sobre o enunciado (as informações que o locutor dá de si mesmo: eu sou isto, eu não sou aquilo); o segundo mostra como ele é através de sua enunciação (do “tom” que assume: caloroso, severo; das palavras que escolhe etc.).

Nesse ponto, Maingueneau (2008c, p.71) ressalta a dificuldade em diferenciar o *éthos* dito do mostrado. Como ambos estão inscritos nos extremos de uma linha contínua, nem sempre é possível distinguir um do outro¹⁶. A figura abaixo, retirada de Maingueneau (2008c, p.71), sintetiza a discussão empreendida pelo autor e permite visualizar sua concepção atual de *éthos*:

Figura 3: A constituição do *éthos*



Adaptada de Maingueneau (2008c, p.71)

Se, para Maingueneau, o *éthos* compreende a interação das diferentes dimensões vistas acima, para outros autores a noção diz respeito essencialmente a como se diz, e não ao que se diz. Amossy (2005, p. 9), por exemplo, explica que “a maneira de dizer induz a uma

¹⁶ Concordando com essa ponderação do autor, não nos esforçaremos, ao longo das análises, para distinguir *éthos* dito de *éthos* mostrado, até porque, como se verá, a UNE fala mais do outro do que de si mesma, dificultando, assim, a apreensão do *éthos* dito. A distinção dito/mostrado será feita apenas naqueles textos em que seja possível apreender essas duas instâncias de forma nítida e quando isso se mostrar relevante para a análise.

imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa realização do projeto.” Já Machado (2011, p. 62) pontua que “parece haver, por parte do ser humano um desejo de parecer ser isto ou aquilo, de se mostrar pela fala, pelo discurso”, ou seja, o *éthos* está ligado ao parecer ser (e não ao que se é, de fato).

Charaudeau (2006), por sua vez, defende que o *éthos* tem a ver com aquilo que o sujeito falante dá a ver e a entender enquanto fala, isto é, trata-se de impressões ou efeitos de discurso gerados por meio de diversos recursos deixados pelo locutor como pistas para que o destinatário possa “acessar” a sua (do locutor) imagem. Para o autor, “o *éthos* é bem o resultado de uma encenação sociolinguageira que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem” (CHARAUDEAU, 2006 p.118).

Como se vê, qualquer que seja a postulação acerca do *éthos*, o que percebemos é que tudo finda no discurso, pois é nele que se constrói, em grande medida, a imagem do enunciador: o *éthos*, que corresponde inclusive a aspirações do destinatário e a um “diálogo” com imagens prévias que ele tenha acerca do locutor. É, pois, no discurso que estão as marcas deixadas por aquele que enuncia: suas escolhas linguístico-discursivas que, para os fins que nos interessam aqui, estão na base da construção do *éthos*.

Diante desse quadro, reafirmamos que nosso objetivo é estudar o discurso atual da UNE, buscando, no conjunto de textos selecionados, a imagem de si que o orador (tomado coletivamente como UNE) constrói, isto é, seu *éthos*, por meio das pistas/sinais que remetem a essa instância discursiva. Passaremos então a explicitar o dispositivo de análise adotado neste trabalho.

2.2.2 Perspectivas de análises

Como vimos, a Análise do Discurso francesa não apresenta uma metodologia pronta e “engessada”, cabendo ao pesquisador, com base no arcabouço conceitual escolhido, construir seu próprio dispositivo de análise. Assim, decidimos recorrer a diferentes categorias linguístico-discursivas que possam desvelar tanto as possíveis estratégias do locutor na construção de um *éthos* que favoreça o seu discurso, quanto a(s) formação(ões) discursiva(s) – e a(s) formação(ões) ideológica(s) – em jogo.

Especificamente no que tange ao *éthos*, questão central do presente trabalho, diz Cruz (2009, p. 14):

A preferência por determinadas estratégias discursivas indica não apenas a competência do enunciador, mas também o gosto pela discussão de determinados valores e por certa figurativização. Trata-se de escolhas que não são neutras, mas reveladoras da ideologia da instância de enunciação, de seus valores, e, conseqüentemente, do seu *éthos* (CRUZ, 2009, p. 114).

Nessa mesma direção, Fiorin (2004, p.125) afirma que, para encontrar as materialidades discursivas que permitam a construção do *éthos*, deve-se procurar “recorrências em qualquer elemento composicional do discurso ou do texto: na escolha do assunto, na construção das personagens, nos gêneros escolhidos, no nível de linguagem usado, no ritmo, na figurativização, na escolha dos temas, nas isotopias, etc.”.

Assim, para chegar ao *éthos* ou aos *éthe* manifestado(s) no conjunto de textos do *corpus*, é preciso apreender as estratégias linguístico-discursivas que permitem caracterizá-lo(s), como propõem Cruz (2009) e Fiorin (2004). Nesse sentido, em consonância com a linha teórica adotada: a AD francesa, buscaremos apoio na *Semântica Global* de Maingueneau (2008a), que propõe a apreensão dos vários “planos” que compõem o discurso de forma integrada, como se verá na seção 2.2.2.2. mais adiante.

2.2.2.1 *Éthos* e formação discursiva

Segundo Pêcheux & Fuchs (1990, p. 166), uma formação ideológica (FI) é considerada “como um conjunto de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos a posições de classes em conflito umas com as outras” (grifo dos autores), sendo que esse conjunto de representações é materializado no discurso por uma ou mais formações discursivas.

Uma formação discursiva (FD), na visão de Maingueneau (1989, p.68), pode ser entendida, *grosso modo*, como um “posicionamento”, numa dada sociedade e em determinado momento, que deriva de uma formação ideológica. Maingueneau (1989, p. 68)¹⁷, citando Pêcheux, afirma que “as formações ideológicas incluem uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (grifo do autor). Fiorin (2007, p. 32) lembra que, numa sociedade, existem

¹⁷ Esclarecemos que, em trabalhos mais recentes (vide, por exemplo, MAINGUENEAU, 2006), o autor, acentuando o caráter mal definido da noção de formação discursiva (FD) e o fato de que ela passou por um declínio a partir dos anos 1980, faz uma distinção entre unidades tópicas e unidades não tópicas (aquelas que são construídas pelo pesquisador e especificadas historicamente, o que as distingue das unidades tópicas), reservando apenas para essas últimas a designação de FD. Não vamos aqui entrar no mérito dessa discussão. Por isso, manteremos a noção de FD tal como ela foi definida por Pêcheux e redefinida por outros autores no âmbito da AD, até porque, problemática ou não, tal noção ainda é muito utilizada na AD praticada no Brasil.

formações discursivas proporcionalmente às formações ideológicas, pois, no seu entender, se “uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer” (FIORIN, 2007, p. 32). Isso significa que as FIs materializam-se linguisticamente em FDs, sendo o discurso delimitado pelo “lugar” de onde se enuncia.

Nessa perspectiva teórica, o *éthos* é concebido então como “uma das dimensões da formação discursiva” (MAINGUENEAU, 1989, p.46). Em outras palavras, o *éthos* do enunciador é construído não pela livre escolha que este faz quando enuncia, mas pelas escolhas que lhe são permitidas a partir de um determinado universo semântico, predominante em dada formação discursiva, pois, conforme diz Foucault (2009, p. 9): “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”.

Assim, para apreender o *éthos* do enunciador, é preciso observar em que formação(ões) discursiva(s) ele se inscreve e, portanto, que valores, que ideias, que (pre)conceitos, que visão de mundo (ou formação ideológica), enfim, ele assume ao construir o seu discurso. Lembramos que o *éthos* é um dos saberes que constitui uma FD.

2.2.2.2 *Éthos* e semântica global

Como foi dito em 2.2.2., para apreender as marcas linguístico-discursivas que contribuem para a construção do *éthos* da UNE em textos atuais, mobilizaremos a *Semântica Global* (MAINGUENEAU, 2008a), por meio da qual se busca integrar, num único modelo, as diversas dimensões ou planos do discurso. Entre os planos citados pelo autor, encontram-se a intertextualidade, o vocabulário, os temas, o estatuto do enunciador¹⁸ e do destinatário, a dêixis enunciativa, o modo de enunciação e o modo de coesão. Optamos por trabalhar aqui com o vocabulário, os temas, a dêixis enunciativa, o estatuto do enunciador e do destinatário e o modo de enunciação, porque consideramos esses planos mais relevantes para a apreensão do *éthos* no *corpus* investigado.

Discorreremos, a seguir, de forma sucinta, sobre os planos selecionados para o exame da *Semântica Global* dos textos da UNE. Antes, porém, esclarecemos que não

¹⁸ Lembramos que, no referido trabalho (publicado originalmente em 1984), o autor usa os termos *locutor* e *enunciador* como equivalentes, mas, em trabalhos posteriores, usará, preferencialmente (mas não exclusivamente), o termo *locutor*; ao que parece, para evitar uma possível confusão com a distinção feita por Ducrot (1987) entre *locutor* e *enunciador*; distinção essa de que ele se vale em alguns momentos, como, por exemplo, na abordagem da heterogeneidade discursiva (ver MAINGUENEAU, 1989). Nesse sentido, como se verá, optamos por manter o termo convocado por Maingueneau em cada trabalho.

examinaremos todos esses planos com igual profundidade nos textos do *corpus*, detendo-nos, de forma mais pormenorizada, naquele(s) que se mostrar(em) mais saliente(s) em cada texto para a apreensão do *éthos* do enunciador/UNE, conforme o objetivo maior que norteia este trabalho.

Para Maingueneau, o vocabulário constitui um item importante de análise, na medida em que permite observar as restrições impostas por determinada FD. Segundo o autor, além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento. Entre vários termos *a priori* equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 85). Assim, além de permitir observar as restrições impostas pela FD, o vocabulário adquire significado particular no contexto em que é usado.

Nessa mesma direção, Koch (2011, p.151) afirma ser a seleção lexical um importante recurso argumentativo. Nas palavras da autora, “é através dela [da seleção lexical] que se estabelecem *as oposições, os jogos de palavras, as metáforas, o paralelismo rítmico, etc.*” (KOCH, 2011, p.151; grifos da autora).

Assim, buscaremos examinar as escolhas lexicais empreendidas nos textos em análise, de modo a desvelar como essas escolhas podem contribuir não apenas para a significação do texto como um todo, mas também – e especialmente – para a construção do *éthos* do enunciador. Além disso, tendo em vista que, como explica Maingueneau (1989), as escolhas não são livres, mas impostas pela formação discursiva na qual o texto se insere, procuraremos, no exame do vocabulário, depreender os traços que revelam o posicionamento ideológico do enunciador.

Em relação ao tema, Maingueneau (2008a, p. 81) o define como “aquilo de que o discurso trata”. O autor afirma que não há um grande interesse em hierarquizar os temas; o importante, no seu entender, é verificar o tratamento que lhes é dado em cada discurso. Há temas que são impostos pelo campo discursivo (o tratamento diferencia os posicionamentos, nesse caso) e outros que são específicos a um dado discurso. Assim, buscaremos delinear os temas presentes no discurso da UNE, inclusive considerando a formação discursiva na qual se inserem e tentando relacioná-los às bandeiras da entidade na nossa investigação do seu *éthos* discursivo.

A dêixis enunciativa, por sua vez, refere-se à instauração de uma instância espaço-temporal construída pelo discurso, em função do seu próprio universo. Não se trata de data e local de aparecimento dos enunciados efetivos, mas da constituição de “uma instância de enunciação legítima”, “a *cena* e a *cronologia* que o discurso constrói para autorizar sua

enunciação” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 89, grifos do autor). É nesse sentido que Maingueneau (2008a, p. 89) diz que “a dêixis a partir da qual o enunciador jansenista profere não é a França do século XVII [local e data de surgimentos dos enunciados produzidos], mas a Igreja primitiva”. É preciso ver desse modo, no exame do discurso estudantil por nós proposto, a instância espaço-temporal que legitima a enunciação e o que ela nos informa sobre o *éthos* do enunciador.

É preciso considerar ainda que “cada discurso define o *estatuto* que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir ao seu destinatário para legitimar o seu dizer” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 87; grifo do autor). Isso significa dizer que enunciador e destinatário dispõem de um lugar no discurso. Trata-se da forma como o enunciador institucionalmente se apresenta para legitimar o seu dizer e a forma como ele inscreve o destinatário em seu discurso, o que não deixa de ter relação com o *éthos*. “A essa dimensão ‘institucional’ se acrescenta certa relação do enunciador e do destinatário com as diversas fontes do saber; o que nos leva à dimensão intertextual” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 87).

Finalmente, quanto ao modo de enunciação, plano mais ligado à noção de *éthos*, Maingueneau assume que mesmo o texto escrito tem uma “voz” ou uma “maneira de dizer” que remete a uma “maneira de ser” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 90-94). Como já foi explicado anteriormente (vide seção 2.2.1.2), Maingueneau, com a noção de *éthos* promove uma articulação entre corpo e discurso. Para ele, o *tom* do discurso leva não somente aos traços psicológicos do enunciador (o seu *caráter*), mas também aos seus traços físicos (*corporalidade*) (MAINGUENEAU, 2006, p. 272). Trata-se, obviamente, não de uma corporalidade do locutor extradiscursivo, mas de representações ou formas mais ou menos estereotipadas de se vestir e de se mover no espaço social, que podem, por isso, ser reconhecidas e avaliadas pelo destinatário.

Para Maingueneau (2008c, p. 64) são esses dois elementos evocados pelo tom do discurso – um caráter e uma corporalidade – que conferem ao *éthos* a sua função persuasiva de “fiador”, atestando o que se diz. É por isso que, no contexto da *Semântica Global* proposta pelo autor, o modo de enunciação nos interessa de forma especial em nossa investigação.

Cabe ressaltar, finalmente, que, se os planos descritos acima revelam as “escolhas” do enunciador (contribuindo, pois, para desvelar o seu *éthos*), essas “escolhas” são condicionadas pela sua inscrição em dada formação discursiva. Ou seja, o enunciador não diz o que quer, como quer; diz aquilo que pode e deve ser dito a partir da formação discursiva em que enuncia. Essa é a razão pela qual procuraremos relacionar em nosso trabalho *éthos* e formação discursiva, como temos apontado desde o início.

CAPÍTULO 3: O ÉTHOS EM TEXTOS ATUAIS DA UNE



Fonte:

<http://portalctb.org.br/site/juventude-trabalhadora/18603-juventude-da-inicio-aos-preparativos-para-jornada-de-lutas-2013>

Acesso em: 21 jul 2013

“Onde há gente existem sonhos, onde há jovens há pólen puro e generoso, pronto para multiplicar as flores.”
(*União Nacional dos Estudantes – 06/12/2011*)

Passaremos agora às análises dos textos que compõem o *corpus*. Inicialmente, antes de cada análise, apresentaremos uma breve contextualização histórica das condições de produção de cada texto. Em seguida, comentaremos cada um dos textos (que podem ser consultados integralmente nos Anexos), enfatizando os aspectos mais importantes na construção do *éthos*. Quando necessário, reproduziremos trechos dos textos em análise, destacando neles, pelo uso do negrito, aspectos considerados relevantes para o que está sendo discutido. Em seguida faremos uma comparação dos textos entre si, destacando diferenças e semelhanças entre eles, o que nos permitirá chegar ao *éthos* ou aos *éthe* global(is) da UNE no conjunto dos textos estudados e, ao mesmo tempo, determinar a(s) FD(s) e FI(s) dominantes que os atravessam.

Lembramos que, por *éthos*, tomamos aqui a imagem que a UNE, na sua condição de enunciador, produz de si mesma ao outro (destinatário/sociedade brasileira) em textos publicados em seu site. Nesse sentido, não é um “eu” que fala, mas um “ele” (a UNE) ou um “nós” (nós da UNE; nós, estudantes), o que não impede que se possa recuperar as “marcas” desse sujeito no texto-enunciado. Além disso, há textos assinados apenas pela UNE e outros que são divididos com enunciadores diversos (como, por exemplo, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e a Associação Nacional de Pós-Graduandos, além de outras no nível estadual, como a União Estadual dos Estudantes de São Paulo). No entanto, como a UNE se coloca como a principal entidade de representação dos estudantes no Brasil, consideramos que ela engloba ou subsume as demais associações, que acabam, pois, sendo “diluídas” nessa entidade maior.

3.1. Análise dos textos

3.1.1. A UNE e o apoio às greves

O texto intitulado “*Nota da UNE em apoio à greve das classes trabalhadoras*” (Anexo A), que comentaremos nesta seção, refere-se à greve de várias classes trabalhadoras ocorrida em 2011, ano marcado por esse tipo de movimento. Segundo Borges (2011), uma pesquisa do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (Dieese) indica que houve vários movimentos grevistas em 2011, tanto no setor público quanto no privado, movimentos esses que foram caracterizados pela longa duração, o que não ocorria desde a década de 1990. A referida nota, portanto, apresenta o apoio oficial da entidade

representativa dos estudantes às categorias em greve, basicamente funcionários dos Correios, bancários e professores de alguns Estados.

O texto em questão apresenta várias “pistas” que nos permitem depreender, de forma geral, o *éthos* do enunciador/UNE. Primeiramente, vamos ater-nos aos temas, um dos planos propostos por Maingueneau (2008a) em sua *Semântica Global*, conforme já foi explicado no capítulo 2. O tema maior é a greve de algumas classes trabalhadoras, o qual, por sua vez, traz outros temas de alguma forma a ele relacionados: o tema do exercício da cidadania, o do desenvolvimento nacional e o da justiça social. Essa tematização nos permite apreender vários *éthe*: perspicaz, racional, engajado e cidadão, entre outros, que comentaremos, a seguir, relacionando-os aos temas citados.

O tema da greve é tratado pelo enunciador a partir de uma visão mais ampla, o que mostra um *éthos* perspicaz. Nesse ponto, reafirmamos com Maingueneau (2008a, p.81) que o importante não é o tema em si, mas a forma como este é tratado no texto. Assim, o enunciador, em seu apoio às classes trabalhadoras grevistas, ressalta que esses segmentos integram setores estratégicos para uma nação, ou seja, não se trata de greves sem importância, mas de greves que merecem a atenção e o respeito de toda a sociedade pelos efeitos positivos que elas podem trazer a todos, como podemos ver no seguinte trecho:

Os movimentos de greve, garantidos por lei e merecedores do respeito e apoio de toda a população, tem reivindicado melhorias e investimentos em **áreas sensíveis e estratégicas para o país**, como o serviço postal, a educação pública e o sistema bancário de uma nação continental que **precisa e deseja desenvolver-se**. (ANEXO A)

Veja-se que o enunciador afirma que o movimento grevista merece o respeito e apoio de toda a população. Nesse sentido, ele busca desconstruir a imagem negativa que normalmente as greves podem assumir para a sociedade quando vistas sobretudo a partir dos inconvenientes imediatos que causam. A greve em questão é mostrada como algo positivo para o próprio desenvolvimento nacional. Os grevistas são retratados no texto não como seres individualistas, que estão em busca do atendimento de interesses pessoais ou de classes/categorias (como benesses e salários), mas de melhorias na qualidade do serviço que podem prestar à sociedade em setores estratégicos (na visão do enunciador) para o próprio desenvolvimento da nação.

Na verdade, o que o enunciador procura mostrar é uma oposição entre individualidade e coletividade. No seu entender, os interesses da greve não são classistas ou corporativistas; pelo contrário, buscam uma melhoria para a população como um todo. Nesse

sentido, ao invés de pensar a greve nos seus pontos negativos, quando normalmente os grevistas são vistos como inconsequentes e negligentes por deixarem a população sem determinados serviços, a UNE trata as greves dos diversos setores como uma oportunidade de crescimento para o país, com melhorias na prestação dos serviços: “Representam, portanto, muito mais do que a luta por benefícios específicos a essas categorias, e sim o compromisso com a luta por um Brasil mais justo e soberano”.

Em outros trechos, o enunciador diz também que os grevistas “demonstram seu grande e louvável comprometimento com o futuro do Brasil”. Ou seja, a greve é uma questão maior, uma questão social que tem importância para o futuro do país, o que tem a ver com o tema do desenvolvimento nacional. A ideia é a de que greve está nas ruas hoje, para construir o Brasil de amanhã.

Outros elementos do texto em questão expressam outros *éthe* de certa forma ligados ao anterior (o *éthos* que chamamos de perspicaz). Veja-se que a associação da greve ao comprometimento dos grevistas com um país mais justo e com o futuro do país pressupõe que o Brasil é um país não desenvolvido – ou pouco desenvolvido –, o que fica implícito no final do parágrafo destacado anteriormente: “precisa e deseja desenvolver-se”. Nesse ponto, percebemos também o tema da necessidade de desenvolvimento nacional, haja vista o uso das expressões “futuro do Brasil”, “construir, nos dias de hoje, o Brasil de amanhã”, “nação continental que precisa e deseja desenvolver-se”.

Assim, o enunciador busca apresentar argumentos para justificar seu apoio aos grevistas, o que nos permite aliar ao *éthos* perspicaz – o de alguém capaz de ver a greve além do que ela parece à primeira vista, analisando-a numa perspectiva mais ampla – um *éthos* ponderado (no sentido da retórica, ligado ao *lógos*). A maneira como o tema da greve é tratado no texto em análise e relacionado com outros temas é o que nos permite fazer essas considerações. A greve é um meio cujo fim é o desenvolvimento nacional e justiça social, o que reforça o duplo *éthos* perspicaz/racional.

Além disso, ao construir a ideia de greve a partir de uma visão mais ampla, o enunciador procura igualmente mostrar o lado positivo e necessário da greve: a busca de um Brasil mais justo e desenvolvido. Nesse ponto, emerge o *éthos* de alguém engajado e benevolente, que se mostra preocupado, sobretudo, com o social, nos revelando o tema da justiça social, que, como veremos, é recorrente no discurso da UNE.

Destacamos, ainda no âmbito do exame dos temas, o tema do exercício da cidadania que aparece em dois momentos: primeiro pela afirmação de que os grevistas estão “exercendo seus direitos” e, segundo, pela explicação de que os movimentos de greve são garantidos por

lei. Assim, exercer direitos é ser cidadão, havendo, dessa forma, razões para se apoiar a greve, o que colabora para a construção do *éthos* indicado.

Observados os temas mobilizados no texto em análise, podemos analisar algo relativo a outro componente da *Semântica Global* na nossa investigação do *éthos*. Trata-se do estatuto do enunciador e do destinatário, que, como já foi explicado, pode ser observado pelos saberes que o enunciador evoca em seu discurso como forma de legitimar o seu dizer e de relacioná-lo ao seu destinatário (MAINGUENEAU, 2008a, p. 87). Os dados observados até aqui na nota da UNE de apoio às classes em greve apontam para um discurso crítico de brasilidade, que toma o país como marcado historicamente por mazelas sociais. O enunciador retrata o Brasil como um país atrasado e injusto do ponto de vista social. Dessa forma, o estatuto de enunciador aponta para um *éthos* crítico em relação à realidade brasileira, pressupondo igualmente um destinatário capaz de concordar com essa visão. Mais à frente, na análise dos demais textos, veremos de forma recorrente esse estatuto na constituição de um *éthos* que aqui apenas se insinua: o de um enunciador ansioso por transformações sociais radicais.

Cumpramos examinar agora o vocabulário empregado no texto, outro componente da semântica global, utilizado, de forma privilegiada, em nossa investigação. As escolhas lexicais nos permitem perceber um sutil combate da UNE a um *éthos* prévio negativo. Ao falar da ação grevista, são utilizadas palavras como “comprometimento” e “compromisso”, que fazem da greve uma forma de engajamento não por interesses classistas, mas por um país melhor, como vimos. Esse compromisso/comprometimento é, por meio de um recurso de identificação, assumido no discurso pela própria UNE, provavelmente como forma de combater um possível *éthos* prévio negativo, muitas vezes associado aos movimentos estudantis, como mostra o seguinte trecho:

A UNE solidariza-se com os grevistas em suas bandeiras e **acredita na mobilização** da sociedade civil, em todos os seus setores, como o **verdadeiro estopim para as mudanças** que, historicamente, tanto queremos. Recebam, portanto, toda a simpatia do movimento estudantil brasileiro. (ANEXO A)

Note-se que o apoio da UNE aos setores em greve é “irrestrito”, ou seja, é pleno. Além disso, a UNE simpatiza e se solidariza com os grevistas. Por meio dessas escolhas lexicais, “apoio irrestrito”, “solidariza-se”, percebemos uma identificação da entidade representativa dos estudantes com os movimentos grevistas. Se a UNE procura mostrar a greve como algo positivo para o desenvolvimento nacional, como algo que se desenvolve de

forma organizada (pois “a sociedade é organizada”), podemos dizer que está subentendido que o movimento estudantil também possui essas características, o que se oporia à imagem de um movimento liderado por gente “à-toa”, por baderneiros (*éthos* prévio, que circula em alguns setores da sociedade).

Além disso, essa identificação da UNE com os movimentos grevistas mostra que não somente estes estão comprometidos com o futuro do Brasil, mas também que a própria UNE está. Isso a associa, de forma inequívoca, aos *éthe* de benevolência, de comprometimento etc, já apontados, mas também a um *éthos* progressista, desenvolvimentista. Vale ressaltar que não se trata de um desenvolvimento necessariamente tecnológico, uma vez que, na visão do enunciador, o desenvolvimento e o progresso são entendidos como melhorias para todos e justiça social.

Assim, percebemos que o enunciador, de modo geral, se mostra racional e perspicaz em suas colocações, mas também comprometido com o futuro do país e crítico em relação à nossa realidade histórica. A imagem de racionalidade, associada ao *éthos* progressista e desenvolvimentista, constrói o que poderíamos chamar de *éthos* cidadão. Consideramos neste trabalho o conceito de cidadania em sentido amplo¹⁹, que é a possibilidade de os indivíduos, habitantes de um país, alcançarem seu desenvolvimento por meio da promoção de uma dignidade social e econômica para todos, mobilizando, portanto, os temas da justiça social e do desenvolvimento nacional.

É, em linhas gerais, a imagem discursiva de cidadão que percebemos ser criada no texto analisado: a UNE, ao apoiar as greves dos trabalhadores, justifica seu apoio criando para si a imagem de um sujeito (ou no caso de uma entidade) comprometida com a busca de desenvolvimento nacional, mas com dignidade social, com melhores condições de trabalho para os servidores e serviços mais eficientes para a população.

O modo de enunciação, que, em trabalhos posteriores, Maingueneau associará, mais claramente, ao *éthos* (ver, por exemplo, MAINGUENEAU, 1989; 2001) revela, assim, um tom moderado e sóbrio que perpassa os vários *éthe* construídos pelo enunciador.

Assim, percebemos no texto em análise a construção de um *éthos* perspicaz, ponderado, racional e, sobretudo, cidadão. O enunciador constrói em seu discurso a imagem de um cidadão que se (pre)ocupa das/com as mazelas sociais do país, vendo, de forma mais

¹⁹ Em direito, o conceito de cidadania é tomado tanto em sentido amplo como em sentido estrito. Em sentido amplo, como explicamos, a cidadania é um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Já em sentido estrito, refere-se à possibilidade de exercer direitos políticos, como o direito de votar e de ser votado (cf. AMORIM, 2001).

ampla numa questão que pontualmente poderia trazer prejuízos à população, como a greve, algo positivo e benéfico para todos, ainda que seja mais a longo prazo.

3.1.2. Repúdio à tropa de choque

Em 2011, a reitoria da Universidade de São Paulo (USP) firmou convênio com a Polícia Militar (PM) para fazer o policiamento dentro do *campus* da universidade. Em 27 de outubro de 2011, a PM deteve três alunos, acusados de uso de maconha. Em consequência disso, em 02 de novembro do mesmo ano, os estudantes decidiram permanecer no prédio da reitoria da USP, solicitando a saída da PM do *campus* universitário. No dia 08 de novembro, às 5h da manhã, a PM deu início à reintegração de posse determinada pela Justiça de São Paulo, episódio em que 68 estudantes foram presos²⁰. Nesse contexto, a UNE publicou a nota que passamos a analisar: “*Nota da UNE e UEE em repúdio à ação da tropa de choque na USP*” (Anexo B). Trata-se, assim, especificamente, de uma nota referente à ação da Polícia Militar de São Paulo durante a reintegração de posse do prédio da universidade.

Vamos começar, como fizemos na análise anterior, pelo “plano discursivo” dos temas. Observamos, assim, o tema maior da repressão policial. Esse tema vai, de alguma forma, se relacionar aos temas “segurança no *campus* da USP e violência na USP”. Esses temas são acionados no texto com o objetivo de deslegitimar a ação realizada pela PM no *campus* da Universidade de São Paulo.

O tema da repressão policial é sustentado pelo enunciador a partir de uma referência ao tema da autonomia universitária, que é usado na argumentação para condenar a presença da PM no *campus*, como ilustra o seguinte trecho:

A ação da Polícia Militar fere o **princípio da autonomia universitária** e compromete a liberdade histórica garantida aos estudantes para se organizarem e defenderem seus princípios na busca por uma educação mais igualitária e pela justiça social em nosso país. (ANEXO B)

Como se vê, para o enunciador, a presença da PM retira dos estudantes uma liberdade que lhes foi conferida historicamente, além de ferir, a seu ver, o princípio da autonomia universitária. Trata-se, pois, de uma das estratégias argumentativas do enunciador na busca de deslegitimar a operação da PM. Dessa forma, percebemos que o modo como o tema da

²⁰ Informações disponíveis em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/11/entenda-ocupacao-feita-por-alunos-em-predios-da-usp.html>. Acesso em: 10/03/2013.

autonomia universitária é tratado no texto – de forma a pôr em xeque o tema da repressão policial – aponta para um *éthos* legalista, pelo menos em tese calcado na lei referente à “autonomia universitária²¹”.

A estratégia da UNE de desqualificar a ação policial pode ser percebida também no vocabulário, plano que passamos a destacar agora. Em relação às escolhas lexicais, observamos inicialmente que, nas palavras do texto, os estudantes “se encontravam” no prédio da reitoria da Universidade de São Paulo, quando a PM “invadiu” o local para reintegração de posse, atuação que é vista pelo enunciador como “injustificável”. É importante ressaltar a escolha do vocabulário: enquanto os estudantes, que deveriam deixar o prédio por decisão judicial, apenas “se encontravam” nas dependências da reitoria, a polícia, que cumpria ordem judicial, “invadiu” o local. Segundo o *Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*, “invadir” significa “entrar à força ou hostilmente em; ocupar à força; conquistar” (FERREIRA, 1999).

A partir dessas escolhas, podemos dizer que o enunciador busca legitimar a ação dos estudantes e deslegitimar a ação da PM e da reitoria, esta por ter firmado acordo com a PM e solicitado ao Judiciário a reintegração de posse do prédio da universidade. Essa estratégia vai construindo para a UNE um *éthos* de coragem: o de uma entidade disposta a enfrentar o autoritarismo e a repressão, o que é reforçado por um “tom” mais enérgico do que o do texto anteriormente examinado.

Essa questão do tom do discurso chama nossa atenção para outro plano da *Semântica Global*, o modo de enunciação, que passamos a destacar. O enunciador apresenta um tom de denúncia do autoritarismo e da violência ocorridos no interior do *campus* da USP, como se vê no trecho a seguir:

O uso da força e da truculência não é a melhor forma de agir frente ao debate que se criou com a decisão **autoritária** e **imediatista** da atual gestão da USP, que firmou convênio equivocado com a PM para **supostamente** aumentar a segurança no campus. (ANEXO B)

²¹ Cabe explicar que o enunciador toma a autonomia universitária num sentido mais amplo; não no sentido legal que lhe é atribuído. A Constituição Federal prescreve, em seu artigo 207, que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Percebe-se que o citado artigo não confere às universidades autonomia em relação às leis nem liberdade para que se faça, nesse espaço, o que se quer, mas significa autonomia para o desenvolvimento do ensino, da extensão e da pesquisa. Nesse sentido, Schwartzman (1988) destaca que a autonomia universitária mencionada na Constituição Federal tem como objetivo atender aos fins aos quais as universidades se destinam, não implicando que a comunidade acadêmica possa fazer, no interior das instituições, o que lhe aprouver.

Esse tom mais enérgico pode ser percebido nas escolhas lexicais, como “repudia”, para posicionar-se quanto à ação da PM; “autoritária” e “imediatista”, para qualificar a decisão da reitoria de firmar o convênio USP/PM; “equivocado”, para qualificar o convênio em questão; e “supostamente”, para mostrar a descrença em relação a uma possível eficácia da medida quanto a aumentar a segurança no *campus*. Essas escolhas imprimem, assim, ao discurso, um tom de denúncia, colocando em dúvida as reais intenções da administração da universidade ao firmar o convênio com a polícia militar. Tal posicionamento confere ao enunciador sinceridade e coragem. Seu discurso, ao questionar a eficácia da medida adotada pela reitoria e apontar o autoritarismo que a gerou, permite a construção de um *éthos* de franqueza e coragem. Além disso, ao observar escolhas lexicais, como “falacioso”, constrói-se um *éthos* não somente de coragem, mas, sobretudo, de contestação.

Embora seja esse tom enérgico de denúncia que predomina no texto em foco, há também um outro tom – mais moderado ou comedido – que pode ser percebido em alguns momentos. Veja-se, por exemplo, que o enunciador busca apresentar argumentos para justificar seu posicionamento, discutir a segurança no *campus* universitário, legitimar a ação dos estudantes e deslegitimar a ação da PM, como podemos observar no trecho seguinte:

A ação da Polícia Militar **ferre o princípio da autonomia universitária** e compromete a liberdade histórica garantida aos estudantes para se organizarem e defenderem seus princípios na busca por uma educação mais igualitária e pela justiça social em nosso país. **O uso da força e da truculência não é a melhor forma de agir** frente ao debate que se criou com a decisão autoritária e imediatista da atual gestão da USP, que firmou **convênio equivocado com a PM** para **supostamente** aumentar a segurança no campus. (ANEXO B)

Desse trecho, podemos apontar alguns argumentos mobilizados pelo enunciador: 1) a presença da PM no *campus* não necessariamente traria segurança à comunidade universitária haja vista o uso do advérbio “supostamente”; 2) para o enunciador, os estudantes têm liberdade para estar na reitoria, pois a eles foi conferida “a liberdade histórica garantida aos estudantes para se organizarem e defenderem seus princípios”. Esses argumentos conferem ao discurso um tom moderado, sóbrio que nos remete a um *éthos* racional que busca, por meio da razão e do debate a respeito da segurança, deslegitimar a ação dos policiais.

Outra questão que percebemos é que a UNE, para defender a não presença de policiais no *campus*, faz referência a fatos do passado para ancorar seu discurso. Isso nos remete a outro plano do discurso que compõe a *Semântica Global* de Maingueneau (2008): a dêixis enunciativa. Lembramos que, de acordo com Maingueneau (2008a, p. 89), o discurso constrói coordenadas espaço-temporais que autorizam e legitimam sua enunciação.

O aqui-agora (a dêixis enunciativa) do discurso da UNE apoia-se, pois, em larga medida, num espaço-tempo anteriores (um lá-então), como podemos perceber no seguinte trecho: “No caso da USP, a questão também envolve outros fatores bem mais importantes, como a formação urbanística no *campus*, **desenhado durante a ditadura militar** e que ainda apresenta um **modelo indevidamente superado**” (ANEXO B). O final do trecho transcrito mostra uma universidade situada num contexto – ou constrói uma dêixis enunciativa – de ausência de liberdades individuais e de restrição de direitos, contexto esse análogo ao da ditadura militar. Nesse sentido, o enunciador denuncia um amplo histórico de autoritarismo, que passa não apenas por aspectos normativos (e políticos), como o regimento interno da USP, mas também pela própria estrutura física da instituição. Essa dêixis enunciativa mostra, pela denúncia de abusos/de autoritarismo e pelo apoio aos estudantes contra as forças opressoras, um *éthos* corajoso e engajado, mas, ao mesmo tempo, humanista.

Isso fica mais evidente neste outro trecho, em que o enunciador associa o regimento interno da USP ao AI-5, ato institucional decretado durante o regime de exceção e considerado o mais autoritário e abusivo entre os decretos dos militares:

No entanto, **sombras da ditadura permanecem vigentes na USP**. Exemplo é o estatuto utilizado para a perseguição e expulsão dos estudantes envolvidos na ocupação da reitoria de 2007 – promulgado durante a gestão do reitor Gama e Silva, redator do texto do AI-5. (ANEXO B)

Essa referência, em termos de *éthos*, mostra, como já explicamos, a coragem do enunciador em denunciar o autoritarismo, a seu ver, vigente na universidade e em demonstrar resistência a isso. Aliás, a coragem e a franqueza podem ser percebidas em vários outros momentos. No trecho a seguir, por exemplo, o enunciador busca mostrar que a presença da PM por si só não garante a segurança universitária. Mais que isso, ele critica a forma de agir da PM, rotulando a corporação de “atrasada”:

É **falacioso** afirmar que, dentro ou fora da universidade, a simples presença da Polícia Militar seja sinônimo absoluto de segurança para os cidadãos. Sofremos com uma PM **atrasada**. Defendemos que a USP se debruce em um amplo debate com toda a sociedade para fomentar políticas alternativas à PM no **combate à insegurança** vivenciada na Universidade. Esse projeto deve passar por uma USP mais aberta à sociedade, com mais iluminação, ocupação criativa dos espaços e transporte acessível. (ANEXO B)

Se os trechos citados até aqui permitem a construção desse *éthos* corajoso e franco (associado a *areté*)²², o final do excerto acima deixa entrever, ao contrário, um *éthos* negociador, ou na visão aristotélica, um *éthos* com a qualidade da *phrónesis*, isto é, de alguém ponderado, disposto a negociar, discutir e encontrar soluções para os conflitos. Isso porque, apesar de todas as denúncias feitas ao longo do texto, há, no final, uma chamada para o diálogo, para a apresentação de alternativas de combate à violência no *campus*, ao mesmo tempo em que se solicita a liberação dos estudantes detidos. Em outras palavras: apesar de se indignar com a ação ocorrida na universidade, o enunciador apela (ao menos em alguns momentos), para o seu lado racional, ao propor o diálogo como forma de solução dos problemas (e não medidas mais radicais, como o enfrentamento, por exemplo).

Percebemos, em suma, no texto analisado, uma tentativa de deslegitimar a ação da PM durante a reintegração de posse, e legitimar a ação dos estudantes que lá “estavam”. Isso leva, de um lado, à construção de uma imagem ligada ao engajamento e à coragem, sobretudo pela denúncia do autoritarismo existente na universidade, o que remete, ainda, a um *éthos* de contestação; por outro, cria a imagem de um movimento atento aos anseios da comunidade universitária e também ao sistema administrativo da USP, na medida em que condenando situações que vão de encontro ao sistema democrático vigente no país.

3.1.3. Vamos ocupar Brasília

A União Nacional dos Estudantes organizou, em dezembro de 2011, um acampamento em frente à Esplanada dos Ministérios em Brasília para reivindicar mais investimentos na educação. Inspirada em movimentos internacionais como o Ocupe Wall Street²³, os quais protestaram contra os impactos da crise financeira, o movimento organizado pela UNE teve como principal objetivo incluir, no Plano Nacional de Educação (PNE) – que estava para ser votado pelo Congresso Nacional –, a meta de investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação para os próximos dez anos. No intuito de organizar o movimento e alcançar adeptos, foi publicado o texto que passamos a analisar agora, cujo título é “*Manifesto: #ocupebrasil*” (Anexo C).

²² Lembramos que Maingueneau (1989, p. 45), retomando os *éthe* propostos por Aristóteles, distingue: *areté* (assumir a atitude de um homem de fala franca, que diz a verdade crua); *phrónesis* (ter o aspecto de pessoa ponderada) e *eúnoia* (oferecer uma imagem agradável de si mesmo).

²³ O movimento Ocupe Wall Street (em inglês, Occupy Wall Street) foi um movimento que surgiu em setembro de 2011 em Nova York em protesto contra a desigualdade econômica e a crise financeira mundial. Wall Street representa o centro econômico de Nova York, por isso foi escolhido como “palco” pelos manifestantes. Depois desse, vários movimentos similares surgiram pelo mundo todo. (Fonte: Wikipédia - http://pt.wikipedia.org/wiki/Occupy_Wall_Street).

Inicialmente, o manifesto parece apresentar um tom poético, que poderia nos levar a um *éthos* romântico. Entretanto, percebemos, predominantemente, um *éthos* ligado às virtudes da coragem e da justiça. Articulando isso à proposta da UNE e às razões expostas no manifesto, podemos observar, em última análise, a construção do poderíamos chamar de *éthos* revolucionário (como explicaremos mais adiante). O próprio gênero escolhido – manifesto – propicia essa interpretação.

Para comprovar essas afirmações, vamos nos ater num primeiro momento a elementos do plano do vocabulário. A estes acrescentaremos pontualmente dados de dois planos da semântica discursiva: o modo de enunciação e a dêixis enunciativa, os quais parecem ser iluminados pelo próprio exame do vocabulário.

Em relação a esse plano, observamos que há, no texto, escolhas lexicais – praça, gramado e monumento – que remetem a espaços públicos como locais ideais para movimentos e reivindicações. Isso cria, portanto, uma atmosfera de revolução, o que é, de certa maneira, reforçado por um modo de enunciação específico, em que períodos curtos se articulam, no primeiro parágrafo do texto, para simular o movimento ou o dinamismo próprio das revoluções:

Onde há uma praça, um gramado ou um monumento, há também um convite. O chamado retumba dentro de todos aqueles que sabem do que querem se ocupar. Ocupam-se em mudar. Onde há gente, existem sonhos, onde há jovens há pólen puro e generoso, pronto para multiplicar as flores. (ANEXO C)

O que chama a atenção, de forma mais imediata, nesse fragmento é o tom poético, que, como foi dito, poderia apontar para um *éthos* romântico. Porém, esse modo de enunciação, ao que tudo indica, está mais relacionado a um *éthos* idealista, o de quem crê numa mudança da sociedade por meio da revolução, sobretudo pela atuação da juventude. Veja-se que as escolhas lexicais permitem-nos perceber esse “jogo” de tons, pois, o chamado “retumba” nos corações, mostrando o quanto as manifestações e o desejo de mudança têm apelo para a juventude. Há ainda o emprego da expressão “pólen puro e generoso”, que, sinônimo de fertilização, refere-se à juventude que ajuda a espalhar, disseminar os ideais revolucionários, isto é, a “multiplicar as flores”.

Em outros trechos percebemos igualmente importantes escolhas lexicais. Expressões como “tirania esclarecida”, “falsos sorrisos” e “notas de dinheiro” são empregadas para indicar que se trata, em linhas gerais, de um manifesto contra o capitalismo. Esse sistema econômico e sua crise são, de forma expressiva, referidos como “algo velho e corrompido” que “declina”, que podemos associar à FD na qual se insere o discurso da UNE, uma FD de

esquerda. Temos ainda a escolha da palavra “insurgência”, que, nesse contexto, nos leva a um *éthos* de coragem e inconformismo, mas, ao mesmo tempo, idealismo, integridade, características próprias de quem não se deixa corromper pela lógica do dinheiro, o que é corroborado pelo tom poético com o que o texto se inicia.

Os dados relativos às escolhas lexicais levantados até aqui, os quais configuram um *éthos* revolucionário, também remetem à dêixis enunciativa que legitima o discurso em análise. Esses dados nos permitem observar como contexto da enunciação um tempo e um espaço de pré-revolução, um momento propício para que a revolução aconteça. Ao falar em espaços públicos (praças, monumentos) que convidam, em “pólen” que está “pronto para multiplicar as flores”, em “algo velho e corrompido que declina”, como apontamos acima, o discurso constrói um tempo e um espaço de revolução iminente, da qual se é convidado a participar.

Essa revolução iminente é construída ainda pela referência a movimentos ou manifestações de contestação ocorridos pelo mundo. No texto, há referências à crise do autoritarismo nos países árabes (Cairo); aos movimentos resultantes da crise capitalista, observados em Barcelona, Nova York e Grécia; e ao conflito entre estudantes e o governo, ocorrido no Chile. Com isso, o enunciador apresenta a juventude como protagonista do novo e, portanto, como capaz de promover mudanças, além de se mostrar bem informado acerca do que ocorre ao seu redor e pelo mundo. Tudo isso revela uma fonte de saberes partilhados que apontam para um desejo conjunto de democracia e igualdade, instituindo, portanto, o que, na *Semântica Global* de Maingueneau (2008a), refere-se ao estatuto que deve ser atribuído ao enunciador e, na outra ponta, ao destinatário.

A manifestação proposta pelo enunciador/UNE relaciona-se aos acontecimentos evocados, visto que pode provocar mudanças em diversas áreas, o que nos remete aos temas explorados no texto. É esse plano da *Semântica Global* que passamos a destacar nesta análise.

O tema maior da contestação popular se relaciona aqui ao tema da desigualdade social, apresentado no contexto de políticas públicas, mais especificamente, no que concerne à educação pública no Brasil. Para o enunciador, a aprovação do PNE, mais do que apenas alterações no sistema educacional brasileiro, implica mudanças nas áreas política, econômica e social. Significa, entre outras coisas, “mexer” na própria estrutura da sociedade (uma forma de revolução), com a consequente diminuição da desigualdade social, o que reforça uma posição anticapitalista, como comprova o seguinte trecho:

O Brasil pode, nas próximas décadas, dar ao mundo um exemplo único de crescimento econômico, democracia, solidariedade e participação popular. Chegou a hora de inverter prioridades. [...] **Basta de gerar conhecimento para ganhar mais dinheiro**, a nova ordem deverá ser investir mais dinheiro para **ampliar e democratizar o conhecimento da qualidade a todos**. (ANEXO C)

Isso cria a imagem de um enunciador preocupado e comprometido com a justiça social, com uma sociedade que ofereça oportunidades acessíveis a todos, ou seja, um *éthos* cidadão, no sentido que temos empregado. Neste ponto, faz-se importante ressaltar o modo de enunciação. No início de nossa análise, mostramos que o discurso apresenta inicialmente um tom poético que se relaciona a um *éthos* idealista e, em última análise, ao *éthos* revolucionário há pouco explicado (o ideal do enunciador passa por uma revolução).

No momento em que o *éthos* cidadão se apresenta, observamos uma mudança nesse tom. O modo de enunciação agora se apresenta mais objetivo e assertivo, perdendo os efeitos iniciais de poeticidade. Isso pode ser percebido, em algumas passagens, como no trecho anteriormente transcrito: ao falar em “dar exemplo”, o enunciador aponta claramente em que esferas esse exemplo deve ser dado: econômica, política (democracia) e social (participação popular, solidariedade). Além disso, o *éthos* indicado se mostra pela forma como o enunciador projeta o movimento estudantil: como um movimento preocupado com políticas públicas (de transporte para alunos, de cultura, de saúde, de esporte e de comunicação), como se vê a seguir:

Da mesma forma, vamos ocupar a Conferência Nacional de Juventude com ideias e organização política, para garantir os avanços neste setor como a **meia-entrada para os estudantes, o meio-passe no transporte público das grandes cidades, políticas públicas de saúde, comunicação, esporte e cultura** para esse público, além da consolidação do Estatuto da Juventude e do Sistema Nacional de Juventude. (ANEXO C)

O enunciador cria uma imagem de comprometimento com o desenvolvimento do país e com o acesso da população a serviços e direitos, entre eles, de forma privilegiada, à educação. Como observado em análise anterior, não se trata, então, de um desenvolvimento necessariamente tecnológico, uma vez que, na visão do enunciador, o desenvolvimento e o progresso são entendidos como melhorias para todos e justiça social.

Em suma, o texto analisado apresenta um *éthos* predominantemente revolucionário, que chama o povo (sobretudo a juventude) às ruas para se manifestar, para reivindicar, projetando com isso a imagem de um movimento estudantil vivo e atuante. Além disso, o enunciador, ao se referir às diferentes manifestações por mudança que se espalham pelo mundo, especialmente aquelas relacionadas a revoluções, a manifestações populares, cria uma

dêixis enunciativa que remete a um momento oportuno para que mudanças (a revolução) aconteçam, reforçando, assim, esse *éthos* revolucionário. Isso se concretiza como manifestações de pressão popular sobre as autoridades por melhores políticas públicas, o que nos remete ainda ao *éthos* cidadão, ainda que menos evidente. A revolução proposta nesse sentido é uma participação ativa dentro da lógica democrática, o que explica os *éthe* construídos.

3.1.4. Repúdio à autoridade e Autoridades

A UNE, em resposta a vários confrontos entre estudantes e a Polícia Militar nos *campi* universitários em São Paulo, publicou o texto “*Nota de repúdio à agressão e abuso de autoridade na USP*” (Anexo D), que passamos a analisar. O texto refere-se a diversos casos de enfrentamentos entre estudantes e a polícia militar e de tensões entre eles e a reitoria da universidade.

Começaremos nossa análise pelo modo de enunciação, dimensão da *Semântica Global* que está mais diretamente ligada ao *éthos*. Percebemos que o texto apresenta um tom agressivo, associado a uma denúncia em que o enunciador qualifica as ações da PM como “violentas” e “injustificáveis”. Some-se a isso o fato de que o enunciador critica medidas tomadas pela reitoria da universidade. Esse modo de enunciação ou esse “tom” que o texto assume constrói um *éthos* de coragem e engajamento que guarda relação com o que poderíamos chamar de *éthos* de contestação.

Esse *éthos* pode ser apreendido ainda em outros planos da *Semântica Global*, como o vocabulário, que passamos a examinar. A maneira como são descritas as ações dos personagens em questão – “injustificáveis episódios”, “vergonhoso acontecimento”, “ações desmedidas, arbitrarias e truculentas”, para ficarmos apenas em alguns exemplos – permitem-nos depreender o tom de denúncia apontado acima e com ele o duplo *éthos* de coragem/contestação.

Nesse ponto, podemos dizer que o vocabulário, assim como o modo de enunciação, remetem ao que Maingueneau (2008b) chama de corporalidade, uma das dimensões do *éthos*. O tom forte e vigoroso da denúncia feita pelo enunciador pressupõe um corpo jovem, de um “soldado”, de um militante revolucionário que se coloca, de forma corajosa, contra autoritarismos instituídos. Isso parece ter a ver como uma característica que pode ser

observada até aqui no discurso da UNE: a tentativa de construir um *éthos* de movimento estudantil ativo e atuante, até para, possivelmente, reverter uma imagem (*éthos* prévio) de estudantes baderneiros e irresponsáveis que circula em alguns setores na atualidade (como se verá, por exemplo, no texto analisado em 3.1.6.), principalmente quando se pensa, por contraste, na força do movimento estudantil durante a ditadura militar. Não é à toa que a UNE, com frequência, resgata essa última imagem para legitimar a si e ao seu discurso, como veremos, mais detidamente, no comentário sobre a dêixis enunciativa mais adiante.

Ainda examinando o plano do vocabulário, cumpre destacar a estratégia de legitimação da ação dos estudantes no conflito com a reitoria e a polícia, algo já observado em texto anterior. Essa estratégia é parte importante na legitimação do próprio discurso da UNE, que repudia a ação da PM nos *campi* paulistas.

Nas palavras da nota em análise, os estudantes realizaram a “ocupação” de um espaço da universidade, alegando ser esse espaço pertencente ao DCE (Diretório Central dos Estudantes). Já dissemos anteriormente que, segundo Ferreira (1999), *ocupar* significa, entre outras coisas: 1) estar ou ficar na posse de; exercer; 2) tomar posse de; conquistar o direito de. *Invadir*, por outro lado, significa “entrar à força ou hostilmente em; ocupar à força; conquistar”. Percebemos, então, que o uso de “ocupar”, para se referir à ação dos estudantes, tem preferência sobre “invadir”, porque, no contexto dos movimentos sociais, “invadir” transmite a ideia de não pertencimento, de uso da força ou de prática de um ato ilegítimo. Já “ocupar” significa pertencimento, sendo, pois, algo considerado legal, enquanto “invadir” seria um ato ilegal e mesmo imoral. Nesse sentido, Lopes (2004, p.42) assim discutem os dois vocábulos:

[...] toda invasão pressupõe uma ocupação, mas a recíproca não é verdadeira. Entre elas, há uma acentuação de força ou de legalidade – a invasão evoca a ilegalidade [...] A invasão é um aspecto pontual em termos de prolongamento temporal, enquanto a ocupação pode ser permanente.

Assim, percebemos que a escolha de “ocupação” em detrimento de “invasão” já é determinada pela ideia subjacente ao movimento social: um discurso que pode ser caracterizado como de esquerda²⁴ pela diminuição da desigualdade social, pelo espaço público

²⁴ Trabalharemos, mais adiante, com a noção de discurso de esquerda, tomando-o aqui como aquele que tem, entre suas características, posicionar-se contra a desigualdade social e a hierarquização da sociedade, bem como preocupar-se com o exercício da cidadania em igualdade de condições entre os indivíduos. Conforme afirma Bobbio (1995), o ideal de igualdade é o critério mais usado para distinguir direita de esquerda. Não nos alongaremos nas discussões acerca dessa questão, uma vez que ela extrapola os objetivos mais imediatos deste trabalho.

como bem de todos. Além disso, “ocupar” passa a impressão de algo positivo enquanto “invadir”, de algo negativo. Nessa perspectiva, o termo selecionado vai no sentido de legitimar, via discurso, as ações dos estudantes reprimidas pela PM, como foi explicado.

Outras escolhas lexicais atuam da mesma maneira, como a do próprio adjetivo “legítimo”, que busca reforçar que tais ações estavam de acordo com a lei. O uso das palavras “justo” e “pacífico”, para caracterizar as manifestações estudantis, é também parte da tentativa do enunciador de legitimar as ações dos estudantes, conforme podemos verificar no seguinte trecho: “Registrado em vídeo e denunciado por meio das redes sociais, o vergonhoso acontecimento de violência contra um estudante e ameaça à sua vida com uso de uma arma de fogo – pelo simples fato de realizar um protesto **justo** e **pacífico**...” (ANEXO D).

Por outro lado, se as ações dos estudantes no caso em questão são “legítimas”, “pacíficas” e “um exercício de direito”, as ações relativas à reintegração de posse executada pela polícia e requerida judicialmente pela Reitoria só podem ser tidas, nesse discurso, como “desmedidas, arbitrárias e truculentas”. Trata-se de escolhas que ajudam a caracterizar como autoritárias e decorrentes de abuso de autoridade as ações da polícia repudiadas pela UNE. É possível apreender a imagem do enunciador como um sujeito (uma instância) que conhece e respeita as leis, que se coloca contra atentados ao direito de manifestação e que é capaz de se indignar com ações que afrontam a liberdade no meio universitário. Podemos falar, assim, sobretudo aqui num *éthos* legalista. Nesse ponto, podemos dizer que há uma insinuação do *éthos* cidadão, pois, como veremos na discussão dos resultados (seção 3.2), o *éthos* legalista é uma das instâncias, ou uma das formas do *éthos* que temos chamado de cidadão.

Associado a isso podemos observar ainda algumas escolhas lexicais que caracterizam as ações policiais de forma extremamente negativa. É possível observar inclusive uma alusão ao contexto da ditadura militar, período em que os estudantes lutavam por mais democracia e desafiavam o poder repressor, sendo, por isso, punidos (com a prisão, com a tortura, com a morte). Fala-se, na nota em análise, de um “cenário de guerra”, “ditatorial”; de movimentos estudantis que são “atacados” e “lutam” por democracia etc.

Essa caracterização das ações policiais nos remete a outro plano da *Semântica Global*: a dêixis enunciativa. Podemos observar aqui uma enunciação que se alimenta de um passado, da qual tira a sua legitimidade: trata-se de um aqui/agora que nos remete a um lá/então: o período da ditadura militar, no qual o movimento estudantil lutou contra a repressão e o autoritarismo, como ilustra o trecho que segue:

[...] o vergonhoso acontecimento de violência contra um estudante e ameaça à sua vida com uso de uma arma de fogo – pelo simples fato de realizar um protesto justo e pacífico – trazem à UNE e à UEE-SP as piores lembranças e preocupações **remontadas a um período que antecede o atual estado democrático do país.** (ANEXO D)

Assim, o tom firme de denúncia e a construção de uma dêixis enunciativa que alude à ditadura reforçam a construção do *éthos* de coragem e engajamento já destacado. Por essa via, o enunciador se coloca como militante contra um regime autoritário e antidemocrático que impede os estudantes de manifestarem suas opiniões, uma vez que eles correm o risco de ser punidos pela universidade, permitindo-nos, assim, depreender, mais uma vez, o *éthos* de contestação.

A imagem de coragem é também construída a partir da denúncia que a UNE faz explicitamente: a de um autoritarismo usado como ferramenta de “limpeza ideológica” da universidade. O que o enunciador pretende mostrar é que os estudantes estão sendo “atacados” em função de seu posicionamento dentro da universidade, pois os espaços por eles utilizados para debates diversos estão sendo extintos pela Reitoria, como comprova o seguinte fragmento:

A UNE e a UEE-SP alertam o conjunto da sociedade de que a onda de autoritarismo atinge espaços dentro da USP voltados para a reflexão sobre a democratização do conhecimento, liberdade para realizar atividades **políticas, manifestações culturais, artísticas** e de **integração.** (ANEXO D)

O enunciador, para legitimar o seu dizer e a ação dos estudantes, apresenta fatos que teriam ocorrido na universidade, como a desocupação do Núcleo de Consciência Negra e a expulsão de alunos que protestavam contra os critérios de assistência social e contra o convênio firmado entre a USP e a PM. A menção a esses vários acontecimentos para justificar a ação dos estudantes lhes confere uma imagem de contestação e resistência, pois mostra que, mesmo perseguidos e marginalizados, eles se articulam, se organizam para buscar seu espaço na universidade, imagem essa que é compartilhada com sua entidade maior – a UNE.

Esse tom forte, que predomina no texto e que pode ser associado à *areté*, suaviza-se, mais para o final da nota, quando o enunciador aponta medidas alternativas para sanar os problemas de segurança no *campus* da USP (mais iluminação, ciclovias e câmeras, revitalização de espaços etc.), recorrendo, inclusive a um argumento de autoridade – a opinião da professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Raquel Rolnik –, e diz acreditar “no trabalho honesto e competente da parte da PM”. O último parágrafo, no entanto, se encarrega

de recuperar o tom anterior, quando nele se afirma, por exemplo, que a UNE e a UEE-SP “não **toleram** essa inversão da lógica”.

Cumpra falar ainda dos temas observados no texto em análise e, sobretudo, como eles são tratados, o que colabora para a já observada denúncia de autoritarismo. Os temas mais proeminentes no texto são a utilização de espaços públicos pelos estudantes e a ação das forças de segurança/do corpo administrativo da universidade face a esse uso, sobretudo dentro dos *campi*.

Nesse sentido, a ideia que os estudantes fazem da universidade é a de um lugar de liberdade, um espaço protegido pela autonomia universitária, como se vê no seguinte trecho:

Acreditamos, sim, no trabalho honesto e competente de parte da PM, mas é notório que não é necessária a sua presença ostensiva no interior de uma instituição que é **declarada território livre dos estudantes**, protegida pelo **princípio da autonomia universitária** e que já sofreu em outros tempos com perseguições e mortes de estudantes pelo autoritarismo de uma ditadura militar. (ANEXO D)

Como já foi explicado na seção 3.1.2 (ver nota 20), o enunciador toma autonomia universitária num sentido mais amplo, não necessariamente no sentido legal do termo. A UNE apresenta os *campi* como um “território livre” para os estudantes. Essa ideia deixa subentendido que, para o enunciador, dentro dos *campi* quem determina a lei são os alunos, ou que, nos *campi* universitários, é outro estatuto legal que vigora. O enunciador busca legitimar a ação dos estudantes, mostrando ser o *campus* universitário, em última análise, um lugar legítimo para as manifestações estudantis.

Percebemos, portanto, que todo o texto se constrói de modo a inverter uma situação: busca-se legitimar a ação dos estudantes e, ao contrário, deslegitimar a ação policial solicitada pela reitoria. Para fazer isso, a nota da UNE coloca os estudantes como manifestantes legítimos contra um autoritarismo que remonta à ditadura militar. A ação da polícia, por outro lado, é parte de uma série de ações que visam enfraquecer a diversidade, a liberdade e a democratização no espaço universitário. Neste sentido, depreendemos, como buscamos explicar ao longo da análise, um *éthos* de coragem, de engajamento e de contestação.

3.1.5 A educação brasileira

O texto “*Nota da UNE em defesa da educação e da universidade brasileira*” (Anexo E) apresenta informações acerca da educação brasileira e o posicionamento da entidade representativa dos estudantes frente a essa situação. Esse texto esclarece o

destinatário/sociedade sobre algumas dificuldades vivenciadas pelos profissionais da educação e discute o orçamento destinado pelo governo para essa área, além de apoiar a greve do corpo docente e administrativo das instituições federais, ocorrida em 2012.

É perceptível, já de saída, um tom mais ameno (ou menos agressivo), sobretudo quando se compara este texto com o anterior. Iniciaremos nossa análise observando o plano que se refere ao estatuto do enunciador e destinatário, que nos mostra algo já entrevisto nas análises anteriores. No discurso em questão, o enunciador fala a partir de um lugar ou de uma instituição preocupada em fazer, dentro de uma ordem democrática, justiça social, valendo-se de saberes partilhados com o destinatário para legitimar seu dizer. Isso porque o enunciador dialoga com um discurso crítico de brasilidade que expõe as mazelas sociais, cujo combate deve passar pela universidade e pela formação profissional nela desenvolvida, como ilustra o trecho a seguir:

[...] uma universidade pública que forme profissionais em condições de excelência e produza conhecimento voltado para a solução dos grandes problemas nacionais, **como combate à miséria, erradicação do analfabetismo, melhores condições de trabalho e tantos outros.** (ANEXO E)

Com isso, o enunciador cria duas imagens discursivas de si, ou dois *éthe*: o primeiro e mais proeminente é o *éthos* reivindicativo – e, diríamos mesmo, revolucionário –, na medida em que busca uma universidade mais democrática e capaz de formar profissionais que atuem em prol de soluções para problemas sociais históricos; o segundo, um *éthos* negociador e ao mesmo tempo racional, pois o enunciador vê nas discussões sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) uma possibilidade de dialogar com as instâncias governamentais acerca de um projeto de universidade para o Brasil, além de apresentar um histórico de corte de investimentos na educação, procurando fazer acreditar que o atual modelo de investimento somente colabora para a manutenção das desigualdades sociais historicamente existentes no país.

Na construção do *éthos* reivindicativo/revolucionário, percebemos, pois, um enunciador que mostra acreditar na força das mobilizações sociais para alcançar objetivos comuns, fazendo uma referência às manifestações ocorridas nas universidades brasileiras em 2012. Ele projeta, então, uma reação dos estudantes, um retorno das mobilizações, como se vê no trecho a seguir, cujo final, principalmente, constrói para o enunciador um *éthos* de sujeito ativo, atuante, de um sujeito preocupado com a justiça social, com o bem comum:

Neste momento de acirramento das lutas na universidade, na qual os estudantes têm empreendido um constante processo de mobilizações, **enxergamos no movimento**

conjunto da comunidade acadêmica a possibilidade de vitórias para os estudantes, para toda a universidade e para todo o Brasil. (ANEXO E)

Já no que diz respeito à construção do *éthos* negociador e ponderado, observamos, além de diversas ocorrências do convite à discussão acerca do projeto de universidade a ser implementado no país, uma busca de legitimação da greve de professores e de técnico-administrativos. Nesse sentido, o enunciador aponta, de forma racional e equilibrada, os efeitos e intenções por trás das reivindicações dos grevistas, como se vê no seguinte trecho: “Consideramos, assim, imprescindível a implementação do novo plano de carreira reivindicado pelos professores e pelos técnico-administrativos, como forma de **afirmar seus direitos** e, ao mesmo tempo, **assegurar a qualidade** do ensino superior público em todo o país” (ANEXO E).

Os dois *éthe* indicados estão relacionados, portanto, ao que parece ser uma tônica do discurso da UNE em termos de estatuto de enunciador e enunciatário: uma entidade que fala de um lugar ligado a uma visão crítica de Brasil (que, em função das desigualdades, direciona-se para a ruptura) e que propõe a transformação radical da sociedade – a revolução, enfim –, mas a partir do respeito à ordem e à legalidade. Trata-se, com efeito, de uma entidade que busca, nas pressões legítimas (e legais) sobre as autoridades instituídas, políticas públicas que possam promover a justiça social e o fim das desigualdades observadas historicamente no país.

Em relação aos temas, observamos que o texto fala primordialmente da educação no Brasil, abordando desde a histórica exclusão das classes menos favorecidas da sociedade em relação ao ensino superior até as condições de trabalho de professores e profissionais de apoio administrativo. Além disso, o texto trata do (sub)tema da assistência estudantil, sobretudo para os alunos com condições financeiras difíceis, “a quem historicamente foi negado o direito de obter um diploma de ensino superior”. Não é difícil perceber, assim, que os temas relacionam-se diretamente com o outro plano da *Semântica Global* já analisado em relação a essa nota: o estatuto do enunciador e do destinatário, sobretudo no que diz respeito ao tema da histórica exclusão de determinadas classes sociais em relação ao ensino superior no Brasil. Em suma: o tema maior da educação brasileira é tratado a partir do problema das desigualdades. Na visão do enunciador, é preciso que este seja combatido por aquela, o que se faz pela democratização do ensino, em especial, o de nível superior.

É nessa relação entre educação e justiça social que outros temas são mobilizados, como o do trabalho e o do direito à greve. O enunciador estabelece uma relação entre as dificuldades de trabalho vivenciadas por professores e funcionários técnico-administrativos

das universidades em greve e problemas na educação de uma forma mais ampla, mostrando que a falta de investimento no setor impede o desenvolvimento da universidade e da sociedade como um todo, já que afirmar os direitos desses trabalhadores significa “assegurar a qualidade do ensino superior público em todo o país”. Nesse sentido, assim como ocorreu no texto 1, analisado na seção 3.1.1, o apoio da UNE à greve dos professores e ao indicativo de greve dos técnico-administrativos, no texto em questão, justifica-se pelo alcance das melhorias reclamadas pelas categorias: as greves não atendem a interesses dessas categorias apenas, mas, antes, representam a melhoria do ensino no país como um todo e uma possibilidade mais ampla de justiça social, como podemos na seguinte passagem:

As dificuldades vividas pelos professores, técnico-administrativos e estudantes da rede federal **trazem prejuízos** não somente ao conjunto da comunidade acadêmica, mas, **num olhar mais amplo, a todo o povo brasileiro**, que não desfruta de uma universidade pública que forme profissionais em condições de excelência e produza conhecimento voltado para a solução dos grandes **problemas nacionais, como combate à miséria, erradicação do analfabetismo, melhores condições de trabalho e tantos outros**.

Isso mostra, além de um *éthos* revolucionário, engajado em manifestações que podem levar à justiça social, um *éthos* perspicaz, já que, como já foi explicado em análise anterior, o enunciador enxerga a greve mais além: não apenas como causadora de inconvenientes mais imediatos para a população, mas como um caminho necessário para que a sociedade receba profissionais mais bem preparados, formados “em condições de excelência”.

Soma-se a estes, enfim, um *éthos* que temos chamado de cidadão. Veja-se que a greve é, nas palavras do texto, uma forma de “afirmar direitos”. O enunciador revela esse *éthos*, principalmente, por se mostrar atento aos assuntos referentes à educação no país, como a iminência da aprovação pelo Congresso Nacional do PNE. A partir das discussões acerca do PNE, o enunciador chama a sociedade a dialogar sobre as reais condições das universidades brasileiras. Sustentando essa imagem de uma instância bem informada, mostra saber da ampliação do acesso ao ensino superior nas universidades públicas; demonstra conhecer e concordar com as reivindicações de professores e técnico-administrativos, como aquelas relativas à falta do plano de carreira; cita, ainda, o corte do orçamento da educação pelo governo federal. Assim, o enunciador se mostra possuidor de um saber consistente – inclusive, calcado em números – acerca de assuntos que podem permitir (ou impedir) que a cidadania seja exercida (ou alcançada) num de seus aspectos: a educação.

Em resumo: assim como apontamos em relação ao estatuto do enunciador e do destinatário, a abordagem dos temas é condizente com a imagem de um enunciador que

concilia, em seu discurso, legalidade / respeito ao estado democrático de direito e busca de transformações sociais mais profundas. A junção dos diferentes *éthe* apontados constrói a imagem maior de um enunciador que procura valorizar as formas legítimas (e legais) de atuação, como é o caso da greve e das manifestações por políticas públicas de qualidade, capazes de pressionar as autoridades em relação ao combate efetivo das mazelas sociais.

Em relação ao vocabulário, plano que passamos a destacar, observamos, tal como vimos na seção 3.1.1., que o enunciador/UNE oferece um apoio “total” e “irrestrito” à greve dos professores e ao indicativo de greve de técnico-administrativos. A escolha dessas palavras indica uma identificação do enunciador com a causa defendida por essas categorias e movimentos. Outra escolha lexical significativa é o adjetivo “legítima” para qualificar a reivindicação dos professores e dos técnico-administrativos, conforme percebemos em: “É **legítima** a reivindicação de que o governo cumpra o acordo firmado com a categoria no ano de 2011” (ANEXO E). Assim, ao legitimar a greve, a UNE busca justificá-la aos olhos da sociedade, enunciando em sintonia com as categorias que dela participam.

O vocabulário também nos remete à dêixis enunciativa de um momento pré-revolução, já que o enunciador não se limita a “convocar” ou a “chamar” a população para discussões e/ou manifestações, mas “conclama” os estudantes. A escolha de “conclamar”, em detrimento de outros verbos, remete ao *éthos* revolucionário, além de conferir ao enunciador um tom de firmeza e autoridade, já observado em outros textos.

Veja-se ainda a escolha de “referendemos”. A conjugação na 1ª pessoa do plural faz com que o enunciador firme um contrato com o destinatário em relação à “agenda de mobilizações” por ele proposta ou, em outras palavras, funciona como estratégia para que o enunciador traga o destinatário para perto de si, fazendo com que ele (destinatário) aceite, ainda que de forma tácita, as mudanças apontadas e mesmo se responsabilize, de alguma forma, por sua implementação.

Como vimos, a dêixis enunciativa remete a um tempo de revolução, ou, pelo menos, de pré-revolução. Isso fica claro pelo uso das expressões: “constante processo de mobilização” (com destaque para o adjetivo *constante*), “possibilidade de vitórias”, “dias decisivos”, “momento de efervescência”, “marca das mudanças”, “nova realidade”, momento de “mobilização e de unidade”. Assim, podemos perceber que a UNE constrói para si um contexto discursivo de momento decisivo, no espaço-tempo da atualidade, para que ocorram mudanças. Isso nos remete ao *éthos* que temos chamado de revolucionário.

Gostaríamos de insistir que a revolução a que esse *éthos* remete, como já explicado anteriormente, não está sendo tomada no sentido corrente de luta armada ou de tomada de

poder, mas no sentido de mudanças profundas, mudanças essas que devem ser conquistadas, sobretudo de forma “democrática”, haja vista a defesa da entidade por uma “reforma universitária **democrática**”.

Nesse sentido, a manifestação do desejo de uma universidade mais democrática e “pintada de todas as cores” revela um *éthos* progressista, voltado para o desenvolvimento do país e preocupado com o seu futuro, mas, sobretudo, um *éthos* de sujeito (coletivo ou uma entidade) comprometido com a justiça social e contra os privilégios da elite. Isso aponta, mais uma vez, para o *éthos* revolucionário que questiona o *status quo* e propõe mudanças que venham a beneficiar a todos. Esse *éthos* pode ser percebido inclusive pelo tom de manifesto que boa parte do texto assume, como ilustra o seguinte trecho:

Assim, **conclamamos** os estudantes de todo o país a se **mobilizarem** por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, com **assembléias, passeatas, aulas públicas, abaixo-assinados** e atos que contribuam para o fortalecimento do debate sobre o projeto de ensino superior que sonhamos. (ANEXO E)

Observamos, então, a construção de pelo menos dois *éthe* principais no texto em foco, os quais subsumem os outros. O primeiro, visto de forma mais pontual, caracteriza-se pela ponderação e pode ser percebido na proposta de diálogo com a sociedade e na estratégia de legitimação da greve como busca de direitos das categorias envolvidas, mas também (e principalmente) como algo benéfico para toda a sociedade. Trata-se, assim, do *éthos* que temos denominado, ao longo das análises, de *éthos* cidadão. O segundo, por sua vez, é construído, ao longo do texto, pela forma como o enunciador se coloca: como alguém interessado em justiça social e atuante na busca de uma transformação mais ampla da sociedade, o que indica uma inscrição numa FD de esquerda, ideia que retomaremos na discussão dos resultados. Trata-se, em suma, dos traços relativos ao *éthos* que chamamos revolucionário.

Ressaltamos, mais uma vez, que, no discurso da UNE, ambos os *éthe* são possíveis pelo fato de que se propõe uma transformação mais profunda da/na sociedade, mas sem que haja uma completa ruptura com a ordem vigente. Isso inclusive é o que legitima as manifestações e pressões dos movimentos sociais (dentre eles, o estudantil) sobre as autoridades instituídas como meio de atingir políticas públicas que promovam a justiça social.

3.1.6. A UNE e o jornal *O Globo*

Em 06 de junho de 2012, o jornal *O Globo* publicou uma matéria, assinada por Demétrio Weber e Regina Alvarez, em que a UNE é acusada, juntamente com a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São Paulo, de apresentar notas falsas na prestação de contas referente a acordos firmados entre essas entidades e os Ministérios da Saúde, da Cultura, do Esporte e do Turismo. De acordo com a reportagem, a UNE e a UMES apresentaram notas referentes à aquisição de bebidas alcoólicas e serviços de limpeza, além da compra de velas, búzios, freezer e celulares para justificar o gasto de cerca de 12 milhões de reais recebidos pelas duas entidades, verba que deveria ser destinada à capacitação de estudantes e à promoção de eventos esportivos e culturais. Em resposta a essa reportagem, a UNE publicou a “*Nota sobre matéria do jornal o Globo*” (Anexo F), que passamos a analisar.

Começaremos pelo modo de enunciação, que nos parece ser o plano da *Semântica Global* mais evidente na nota. O texto se apresenta em um tom de defesa, uma vez que a UNE tenta reverter a imagem de entidade desonesta, criada pela denúncia de desvio de dinheiro público para a compra de itens sem importância, denúncia feita pelo jornal *O Globo*. Nesse sentido, o discurso analisado busca construir uma imagem positiva da UNE: a de uma instituição honesta e austera, no esforço de invalidar o *éthos* prévio (negativo) construído pela mídia.

Além do tom de defesa ou de repúdio às acusações feitas pela mídia, que está relacionado ao *éthos* mostrado e funciona no nível da enunciação, o discurso se apoia intensamente no que Maingueneau (2008c) chama de *éthos* dito, que está relacionado ao nível do enunciado, algo de certa forma necessário em função da denúncia a que o texto responde. São vários os trechos que buscam explicitar traços do caráter da instituição como forma de desconstruir a denúncia do jornal: “a UNE não cometeu irregularidades e não é alvo de investigações de nenhum tribunal de contas”; “a UNE não usou dinheiro público para pagar esses itens [indicados na denúncia]”; ou ainda: “a UNE reafirma seu compromisso de zelo com os recursos públicos”. Constrói-se, assim, uma imagem de lisura e honestidade da UNE que se vale tanto do *éthos* dito quanto do mostrado. O enunciador/UNE faz uso ainda de referências à própria história e ao período de sua existência para transmitir credibilidade: “trajetória de 75 anos de vida”. Essa referência é usada, em mais de um momento, como estratégia de legitimação: trata-se de uma entidade séria e sólida, que já “viveu” muitas lutas e conquistou muitas batalhas.

Em relação aos temas, dimensão que passamos a destacar, podemos observar que o tema principal é o “uso do dinheiro público”. Esse tema é a tônica do texto, norteando tanto a denúncia d’*O Globo* quanto a nota de resposta à matéria, texto que analisamos. É sobre essa

temática que a UNE busca construir seu *éthos* de entidade honesta e legal, afirmando que não está sendo investigada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e que, inclusive, parte das contas apresentadas pela entidade já estariam aprovadas pelo referido órgão.

Articulado a esse tema, aparece um outro: o da legalidade, que é acionado como argumento de defesa. Isso porque, ao trazer esse tema, o enunciador mostra-se conhecedor das leis, dos meios de aquisição de bens e serviços com dinheiro público (pregão e licitação) e afirma que está do lado das leis (adoção de medidas legais), conforme comprova o seguinte fragmento:

Quanto a existência de notas fiscais supostamente irregulares, a UNE esclarece que o processo de contratação foi feito **via pregão eletrônico**, por meio da empresa “Terceiro Pregão”, especializada em licitações para o terceiro setor. A UNE cumpriu a sua parte contratual. Caso tenha ocorrido qualquer irregularidade por parte das empresas contratadas, a UNE apoia a investigação do ocorrido e a adoção de **medidas legais cabíveis**. (ANEXO F)

Observe-se, pois, que o tema da legalidade é um (sub)tema que dá suporte ao tema principal: o uso do dinheiro público, estratégia que, como já comentamos, busca construir, para a UNE, um *éthos* de honestidade e austeridade.

Outro tema elencado pelo enunciador em sua defesa é o da “atuação dos meios de comunicação no Brasil”. Esse tema está relacionado a uma estratégia de desconstrução da denúncia d’*O Globo* distinta daquela que acabamos de examinar. Isso necessariamente vai resultar numa construção de *éthe* diferentes dos destacados até aqui, o que, no entanto, está em sintonia com aqueles vistos em análises anteriores. Isso é o que passamos discutir.

Na tentativa de desconstrução das acusações feitas pelo jornal *O Globo*, a UNE coloca-se como alvo de ataques e retaliações por, no seu discurso, desmascarar a mídia. Os “ataques” (importante escolha lexical, que destacaremos mais à frente em nossa análise) da poderosa mídia decorrem do fato de a instituição estudantil denunciar o monopólio²⁵, a não democratização dos meios de comunicação e a atuação da mídia na defesa de interesses de grupos específicos. Isso é sinalizado já no primeiro parágrafo, como mostra o trecho a seguir, e retomado no final da nota:

A UNE é alvo porque participa da luta democrática para romper o monopólio que meia dúzia de famílias exerce sobre a comunicação no Brasil. A UNE está na mira

²⁵ Repetimos o termo empregado no texto em análise, ressaltando, no entanto, que, na acusação em foco, seria mais apropriado falar em “oligopólio”, já que são grupos de famílias poderosas que detêm o controle sobre os veículos de informação no Brasil. Segundo Ferreira (1999), oligopólio significa “situação de mercado em que a oferta é controlada por um pequeno número de vendedores”, o que vai ao encontro do sentido atribuído a “monopólio” no texto em análise.

porque demonstra a necessidade de imediata regulação das responsabilidades dos meios de comunicação.

Nesse sentido, a defesa da UNE em relação às acusações d’*O Globo* ganha um tom de desmascaramento das reais intenções da mídia, para quem, como diz a nota: “verdade ou não é apenas um detalhe. O que importa, para eles, é a versão, sempre comprometida com os interesses das elites dominantes” (ANEXO F). A UNE procura, desse modo, defender-se, numa espécie de argumento *ad personam*, aquele em que o orador combate a tese alheia pela desqualificação não desta, mas daquele que a enuncia (EMEDIATO, 2004, p. 174).

Busca-se reforçar, desse modo, o já citado *éthos* de austeridade e honestidade pelo fato de a denúncia do jornal ser tratada no texto em foco como uma retaliação contra a atuação firme e correta da UNE. Ao mesmo tempo, a tematização da atuação da mídia nos permite depreender um *éthos* de coragem. Isso porque a entidade enfrenta grupos poderosos e não se intimida, o que inclusive ocorre como *éthos* dito. “Como não nos intimidamos no passado, não nos intimidaremos agora”, diz a nota.

Soma-se a esse *éthos* de coragem, a imagem de um enunciador que questiona a atuação dos meios de comunicação no Brasil, haja vista que o enunciador cobra “a imediata regulação das responsabilidades dos meios de comunicação”, ou seja, a UNE cobra que o Jornal seja responsabilizado pelas informações que veicula. Além disso, a entidade representativa dos estudantes põe em xeque não somente a veracidade das informações veiculadas pela mídia, já que caracteriza a publicação do jornal *O Globo* como “microfonia” de uma mídia “golpista”, mas também a concessão para exploração dos meios de comunicação, uma vez que o enunciador afirma ser a comunicação no Brasil algo restrito a poucas famílias. Dessa forma, vemos emergir, ainda que de forma menos evidente do que em outros textos, um *éthos* de contestação.

Passando para o plano do vocabulário, verificamos que o enunciador cria, inicialmente, um contexto bélico, que pode ser percebido, principalmente, pelas palavras e expressões “ataque arquitetado”, “alvo” e “mira”. Nesse contexto, ele se coloca na posição de retaguarda, atribuindo os ataques sofridos ao fato de denunciar a mídia como antidemocrática e elitista, como se pode perceber em:

Agora, é pelas páginas do jornal *O Globo* que a microfonia da **mídia golpista** tenta nos atingir. A UNE é **alvo** porque participa da luta democrática para romper o monopólio que meia dúzia de famílias exerce sobre a comunicação no Brasil. A **UNE está na mira** porque demonstra a necessidade de imediata regulação das responsabilidades dos meios de comunicação. (ANEXO F)

O trecho citado evidencia a construção dessa imagem de alguém (uma instância) que sofre ataques em função de sua postura corajosa de denunciar setores poderosos da mídia. Esse *éthos* de contestação se vale de escolhas lexicais que visam, entre outros aspectos, a caracterizar o não comprometimento da mídia com a verdade: trata-se, na visão do enunciador, de um “detalhe”, assim como as versões publicadas estariam “sempre” comprometidas com a minoria da população (elites dominantes), conforme comprova o seguinte trecho: “Infelizmente, para as poucas famílias que exercem o monopólio da comunicação no Brasil, ser verdade ou não é apenas um detalhe. O que importa, para eles, é a versão, sempre comprometida com os interesses das elites dominantes” (ANEXO F).

Também na tentativa de construir o *éthos* de honestidade e austeridade, em oposição à imagem negativa (*éthos* prévio) criada pela denúncia d’*O Globo*, o enunciador faz importantes escolhas lexicais (delimitadas, é claro, pelo “lugar”, ou pela, FD de onde ele fala, o que abordaremos à frente no nosso trabalho). Veja-se que o possível mau uso do dinheiro público é admitido apenas como “equivoco” ou “imperícia técnica”, o que retira das ações da entidade qualquer caráter de má-fé ou de deliberação consciente. Ao mesmo tempo, com o uso reiterado do verbo “esclarecer”, o enunciador procura mostrar um dos traços inerentes à honestidade e à austeridade: a transparência.

Para tanto, explica o emprego dos recursos financeiros colocados em xeque pelo jornal *O Globo* e procura valorizar o evento em que tais recursos foram empregados, como se pode ver na escolha do adjetivo “maior”: “esclarecemos que a compra de alguns itens de vestuário foram feitas (*sic*) para a construção de instalações (artes visuais) e para o figurino de peças de teatro, atividades da Bienal da UNE, o **maior** festival estudantil da América Latina” (ANEXO F). O enunciador busca, pois, valorizar o evento de que a UNE participou, criando a imagem de uma instituição ativa e atuante, que se envolve em eventos relevantes do ponto de vista social e cultural e, isso, vale ressaltar, para reforçar a imagem de uma entidade honesta.

Em suma, o *éthos* apreendido no texto em análise está ligado não apenas à austeridade e à honestidade com que a UNE procura se mostrar ao outro, mas também à coragem, por denunciar a atuação danosa da mídia elitista, ainda que isso possa, no entender da entidade, acarretar duras retaliações. Além disso, percebemos um corpo enunciante jovem, que busca não somente se defender de acusações, como também questionar a atuação dos meios de comunicação no Brasil, seja em relação à veracidade das informações publicadas, seja em relação à concessão para exploração desses meios.

Reiteramos que a imagem que o enunciador busca construir para legitimar suas ações (e, por meio delas, seu discurso) está bastante centrada no *éthos* dito, ou seja, nas informações

que ele dá de si mesmo ao outro. Percebemos, porém, que os fatos apresentados não se sustentam, uma vez que a argumentação que os articula mostra-se, por vezes, contraditória. Isso pode ser visto, a título de exemplo, no trecho em que a UNE afirma não ser alvo de investigação e ao mesmo tempo referir-se a uma investigação solicitada pelo ministério público junto ao Tribunal de Contratos da União, o que deixa evidente que a UNE está, em realidade, sendo investigada pelo TCU.

É importante lembrar aqui a distinção entre o *éthos* visado (pelo enunciador/UNE): o de honestidade e austeridade, e o *éthos* efetivamente construído pelo destinatário, a partir de *éthe* diversos: prévio, dito, mostrado (MAINGUENEAU, 2008c, p. 69). Ainda que nosso objetivo aqui não seja discutir a construção efetiva do *éthos* pelo destinatário, acreditamos poder afirmar que os problemas identificados indicam uma séria possibilidade de não convergência entre *éthos* visado e *éthos* efetivo, sobretudo tendo em vista a sintonia entre a denúncia do jornal e a imagem negativa ligada aos jovens do movimento estudantil na atualidade: associada a festas, álcool e assim por diante.

Um último comentário que merece ser feito é que este texto destoa dos demais na medida em que não aborda temas ligados, por exemplo, à justiça social ou à participação cidadã. Essas questões são apenas insinuadas no contra-ataque da UNE, cujo movimento remete ao *éthos* de engajamento, coragem e, em última instância, ao revolucionário (haja vista a oposição ao controle da mídia pela elite). No geral, no entanto, o discurso empenha-se em conferir à UNE uma “nova” imagem, sobretudo pelo viés do *éthos* dito.

3.1.7. Estudantes versus PM: confrontos na UNIFESP

Em 2012, vários acontecimentos marcaram a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Em 23 de março desse ano, os estudantes do *campus* de Guarulhos decretaram greve e, reivindicando a construção de moradias estudantis, permaneceram parados por mais de 90 dias. No mesmo mês, os professores da universidade também anunciaram a paralisação dos trabalhos e em maio os estudantes decidiram ocupar os prédios da instituição. Em 14 de junho, a PM foi chamada ao *campus* de Guarulhos para cumprir um mandado de reintegração de posse dos prédios ocupados pelos estudantes. Por não atenderem ao mandado de reintegração de posse, expedido pela 1ª Vara Federal de Guarulhos/ SP, vários estudantes foram detidos e conduzidos à sede da Polícia Federal. É nesse contexto que a UNE publicou o texto intitulado “*Liberdade imediata aos estudantes da UNIFESP, abaixo a PM de São*

Paulo” (Anexo G), que passamos a analisar. É importante lembrar que, nesse período, professores e também estudantes de várias universidades pelo país afora encontravam-se em greve.

Iniciando, então nossa análise, podemos observar que quanto ao modo de enunciação, o texto é apresentado em tom imperativo, por meio do qual o enunciador, a exemplo do que fez em outros textos, busca deslegitimar a ação policial levada a cabo na UNIFESP. Esse modo de enunciação contribui para a construção de um *éthos* de autoridade, de alguém que detém legitimidade para dizer o que diz, o que é reforçado pela presença reiterada do verbo “exigir” (como mostram os excertos que seguem), bem como pelas injunções com que o texto termina (“Liberdade imediata aos 26 estudantes da UNIFESP/ Por uma nova universidade brasileira/ Abaixo a agressão da PM paulista contra a população do estado!...).

A União Nacional dos Estudantes e a União Estadual dos Estudantes de São Paulo [...] **exigem** a liberdade imediata dos alunos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em Guarulhos [...].

A UNE já deslocou a sua **assessoria jurídica** e disponibilizou toda a sua estrutura para dar o suporte possível aos estudantes presos. **Exigimos** também a intervenção do Ministério da Educação e do Ministério da Justiça para a soltura dos alunos da Unifesp. (ANEXO G)

Constatamos, desse modo, que as entidades (UNE e UEE/SP) se mostram, no discurso, firmes em relação ao direito que têm e à legalidade das ações que defendem. Ainda no que se refere ao modo de enunciação, podemos observar um tom de forte indignação ou, mais especificamente, de repúdio à arbitrariedade das ações da polícia e à atitude da UNIFESP, o que é lexicalizado por expressões como: “estarecidas e indignadas”, para caracterizar a postura das entidades estudantis no que se refere à ação da PM; e “estranhamento e indignação”, para caracterizar a forma como elas reagiram à possível convocação da polícia por funcionários da UNIFESP. Esse tom ajuda a desqualificar a ação contra os estudantes, tida como violenta e ilegítima, o que destacaremos melhor à frente.

Cabe observar ainda que a esse *éthos* de autoridade junta-se, como já foi visto em outros textos, a imagem de uma entidade de coragem, que não se intimida diante de ações duras e que luta por seus ideais. Isso pode ser apreendido, principalmente, na descrição da ação da PM e na reafirmação de que a entidade continuará a atuar, como se vê em:

A atual mobilização na Unifesp e nas universidades federais brasileiras, positivamente apoiada pela UNE e pela UEE-SP, em favor de um novo modelo para a educação superior do país, **não será vencida** pela agressão de um aparelho militar estatal que está se tornando tristemente marcado por ações como as truculentas

desocupações da reitoria da Universidade de São Paulo (USP) e das comunidades do Pinheirinho, em São José do Campos. (ANEXO G)

Passando para o plano do vocabulário, podemos observar como as escolhas lexicais se mostram relevantes para a construção do sentido do texto, sobretudo quando se busca legitimar a ação dos estudantes e deslegitimar a ação da PM, uma vez que a polícia é caracterizada como violenta e truculenta, enquanto os estudantes atuam pacificamente, conforme ilustram os trechos seguintes:

A União Nacional dos Estudantes e a União Estadual dos Estudantes de São Paulo acompanham, estarecidas e indignadas, a situação dos 26 **estudantes agredidos e presos** pela Polícia Militar do Estado de São Paulo na noite da quinta-feira, dia 14 de junho.

[...] [estudantes] que se organizavam **pacificamente** por melhorias em seu campus, quando foram abordados **de forma absolutamente truculenta** pela **despreparada** corporação policial desse estado, recente protagonista de outros lamentáveis episódios de violência contra jovens, a universidade e a população mais vulnerável. [...]

Vídeo divulgado na internet e nas redes sociais revela, **inequivocamente**, o momento em que a **força de repressão** estatal avança, sem nenhum motivo, sobre os jovens que tentavam lhe explicar a razão de sua manifestação. (ANEXO G)

Veja-se que a atuação dos estudantes é, para o enunciador, pacífica e voltada para o bem comum (melhorias no *campus*), enquanto a polícia, como vimos, é retratada como violenta, truculenta, irracional (avança sem motivos) e mais: despreparada, conforme mostram os itens grifados nos trechos anteriormente reproduzidos. Isso mostra que o enunciador busca caracterizar a ação da polícia de forma negativa, enquanto qualifica positivamente os estudantes e suas atitudes.

Quanto aos temas, o principal deles é a repressão: os estudantes são impedidos de se manifestar ou de agir livremente, tanto pela polícia quanto pela administração da universidade. Como foi visto, às manifestações pacíficas dos estudantes se opõe a ação truculenta da polícia, a “força de repressão estatal” chamada a “reprimir os estudantes”, como se lê em determinados trechos. Além disso, contesta-se a atuação do corpo administrativo da universidade, que teria acionado a PM, conforme mostra este fragmento:

Também nos causa estranhamento e indignação o conteúdo de áudio divulgado pela internet, no qual o **diretor acadêmico da Unifesp e uma funcionária da instituição convocam, por telefone**, a presença da PM no campus, sem motivo justificável, **de forma a reprimir os estudantes**. (ANEXO G).

Essas informações contribuem, assim, para a construção discursiva da imagem de uma entidade corajosa e engajada, portadora também de um *éthos* de autoridade, já, que, como dissemos, as entidades estudantis se mostram firmes e convictas em relação ao que defendem, julgando ter plena legitimidade para fazer as exigências que fazem. Podemos ainda observar a emergência de um *éthos* de contestação, em que o enunciador questiona/critica a atuação tanto da polícia quanto do corpo administrativo da universidade.

Acrescente-se a isso que, assim como ocorreu no texto analisado na seção 3.1.1, o enunciador procura mostrar-se conhecedor das leis, acionando o tema da legalidade como forma de legitimar o próprio discurso. A ação policial é tida como “ataque inaceitável ao princípio democrático de liberdade de expressão e à Constituição Federal, remontando às piores lembranças do movimento estudantil durante o regime militar de exceção” (ANEXO G). Além disso, o enunciador, ao criticar um possível acordo firmado entre a Polícia Federal e a Polícia Militar estadual para fazer intervenções no *campus* universitário, argumenta que isso “violaria o princípio da autonomia universitária e a legitimidade das ações do estado em diferentes esferas”. Assim, cria-se um *éthos* cidadão, no sentido de uma instituição bem informada sobre as leis e sobre seus direitos. Essa crítica reforça o caráter repressor da universidade que as entidades estudantis buscam delinear no texto em análise.

Por fim, cabe ressaltar que o enunciador, mais uma vez, recorre a um momento histórico do Brasil: a ditadura militar, para reforçar a ideia de que os estudantes são perseguidos pela polícia. Nesse sentido, como já foi observado em outras análises, a UNE constrói uma dêixis enunciativa que, para legitimar o seu discurso, situa-o em um aqui/agora análogo ao espaço-tempo da ditadura, quando a liberdade de expressão e os direitos individuais foram restringidos. Segundo a nota em análise, a ação policial contra os estudantes, além de “outros lamentáveis episódios de violência”, remonta “às piores lembranças do movimento estudantil durante o regime militar de exceção”. Essa repressão estende-se, no discurso da UNE, à “população mais vulnerável”, como a da comunidade de Pinheirinhos, citada no texto, o que remete à ideia de que a repressão de que os estudantes são alvo atende a interesses de uma elite conservadora.

Vale lembrar, conforme foi exposto no Capítulo 1, que o período de exceção política no Brasil coincidiu com o apogeu do movimento estudantil e, sobretudo, com o de atuação da UNE. Nesse sentido, a dêixis enunciativa do texto em análise, ao nos permitir depreender tanto um *éthos* de contestação quanto um *éthos* de coragem, remete, claramente, à atuação da UNE no passado.

Em resumo, apreendemos, nesta análise, um *éthos* de autoridade e de contestação, autoridade essa legitimada por uma atuação legal e pacífica e por uma história de luta contra a repressão aos estudantes. Constrói-se também, ainda que de forma menos evidente, um *éthos* cidadão, na medida em que o enunciador/UNE busca fundamentar-se nas leis para legitimar seu dizer. Finalmente constatamos o *éthos* de uma entidade engajada e atuante, atenta às ações autoritárias que ignoram os direitos dos estudantes. Aqui se retoma, portanto, o tom firme e engajado característico de outros textos já analisados (como vimos em 3.1.2. e 3.1.4.).

3.1.8. A produção agrária brasileira: agrotóxicos nunca mais

O texto que passamos a analisar, *Moção*²⁶ de apoio à campanha contra o uso de agrotóxicos (Anexo H), é uma manifestação de apoio da UNE à campanha permanente contra o uso de agrotóxicos, lançada em março de 2011 pela coordenação do movimento dos pequenos agricultores (MPA) e demais organizações da Via Campesina²⁷.

No âmbito dos temas, verificamos que o texto trata da questão dos agrotóxicos não de forma isolada, mas no interior de uma discussão de cunho social mais ampla. Nesse sentido, cumpre reiterar, com Maingueneau (2008a), que importa mais a forma de abordagem do que o tema propriamente dito, como explicaremos nas próximas linhas.

O uso do agrotóxico é relacionado a uma estrutura fundiária injusta e a riscos à saúde de todos pelo benefício de poucos. O tema da injusta organização agrária do Brasil é acionado e, por essa via, vários outros são mobilizados: agricultura familiar *versus* latifúndios, monocultura (que é relacionada aos latifúndios) *versus* policultura; agronegócio *versus* biodiversidade e, naturalmente, o tema principal, convocado já no título: o uso de agrotóxicos, que se opõe, no texto, à sua não utilização, proposta que é encampada pela UNE.

Assim em relação aos temas, percebemos que o discurso nos aponta para um enunciador preocupado com transformações sociais que impliquem a eliminação do lucro de poucos pela exploração e prejuízo de muitos, o que remete à dicotomia individualidade *versus*

²⁶ *Moção*, de acordo com Ferreira (1999), é uma “proposta, em uma assembleia, acerca do estudo de uma questão, ou relativa a qualquer incidente que surja nessa assembleia”. O texto em análise foi redigido durante a realização do 60º Coneg (Conselho Nacional de Entidades Gerais) da UNE, no qual os estudantes se reuniram para elaborar uma plataforma política de atuação para a entidade no período subsequente.

²⁷ A Via Campesina é um movimento internacional que visa a coordenar as organizações de pequenos e médios agricultores em nível internacional.

coletividade, já observada em outros textos. Isso nos revela o *éthos* de um sujeito (entidade) que busca combater as desigualdades sociais.

A dicotomia latifúndio/cultura familiar está na base da construção desse *éthos*. O primeiro elemento está ligado à concentração de terra e renda e à geração de riqueza para poucos à custa do prejuízo de muitos, o que se relaciona, pois, com a ideia de individualidade mencionada anteriormente. O segundo, tido como ideal, já que está relacionado à coletividade, representa a oportunidade de manutenção de muitos, além de uma forma sustentável pelo respeito à biodiversidade, como comprovam os trechos transcritos:

O agronegócio avança no campo **brasileiro acabando com a biodiversidade, destruindo** nossos solos, matas, águas, esmagando a agricultura familiar e camponesa que é a responsável por 70% de nossa alimentação (Dados do IGBE, 2006) e **ameaçando a saúde** do trabalhador e consumidor. [...]

A Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida foi lançada pela Via Campesina e surge da necessidade dos movimentos sociais do Brasil e da América Latina de fazer um enfrentamento direto à utilização de veneno na produção de alimentos, confrontando o modelo do agronegócio e abrindo o diálogo e **defendendo outro modelo pensado para o campo brasileiro, para a pequena agricultura, baseado na segurança alimentar, no respeito à biodiversidade, economicamente viável e ecologicamente sustentável.** (ANEXO H)

Logo, o enunciador posiciona-se contra o latifúndio e o enriquecimento da minoria, defendendo a distribuição de renda pelo incentivo à pequena propriedade familiar e dando apoio aos movimentos sociais que defendem a questão agrária. Essa postura permite-nos postular um *éthos* engajado e atuante, que clama por justiça social. Em outras palavras, trata-se do *éthos* revolucionário, que temos visto ao longo das análises. É possível, pois, perceber que o discurso apresentado pela UNE inscreve-se numa formação discursiva de esquerda, como já afirmamos em outros momentos, o que fica ainda mais evidente nesse texto sobre a campanha contra o uso de agrotóxicos. Essa questão será aprofundada na discussão dos resultados.

Voltando então ao plano dos temas, é possível perceber que a questão central do texto parece aproximar-se das reivindicações do MST (Movimento dos Sem Terra), outro movimento social em atividade no Brasil. O discurso em análise, no entanto, cria, em alguns trechos, uma relação mais direta do enunciador com o tema principal, sobretudo pelo tema da educação (universitária), como mostra o seguinte trecho: “Enquanto os produtores produzem e a sociedade se alimenta, **nossa formação acadêmica** é voltada pra manutenção desse sistema e utilização desses venenos químicos que chegam todo dia à nossa mesa sem nos darmos conta” (Anexo H grifos nossos).

Isso se deve, provavelmente, à tentativa empreendida pela UNE de legitimar seu discurso, ou seja, de aproximar o tema central do texto em foco a temas mais condizentes com o movimento estudantil. Mas é preciso lembrar também que, em outras análises, foi possível observar que o tema da educação no discurso da UNE é, não raramente, abordado de forma crítica, pela defesa de uma democratização do ensino superior, tido como excludente e responsável pela manutenção de severas desigualdades sociais. No trecho anteriormente destacado, ocorre algo similar, na medida em que a formação acadêmica é apresentada como estando direcionada para a manutenção do modelo agrário condenado no texto. Nesse sentido, novamente é possível apreender o *éthos* revolucionário de que falamos, já que o que se propõe são mudanças nas próprias estruturas socioeconômicas do país (o que implica, nesse caso, contestar o modelo vigente – o do agronegócio – e a pensar em outro modelo para o campo)

Outro plano do discurso que merece destaque nesta análise é a dêixis enunciativa, aliada ao vocabulário. Percebemos que o enunciador remete a um espaço-tempo de revolução, quando usa, por exemplo, a palavra “enfrentamento” em: “A Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida foi lançada pela Via Campesina e surge da necessidade dos movimentos sociais do Brasil e da América Latina de fazer um **enfrentamento** direto à utilização de veneno na produção de alimento [...]” (ANEXO H). Assim, percebemos que a campanha que a UNE vem a público defender se insere num contexto de mudanças propostas pela entidade, permitindo-nos depreender um *éthos* revolucionário.

Esse *éthos* também pode ser observado no plano do vocabulário. Ele se mostra, sobretudo, pelas escolhas lexicais feitas pelo enunciador para se referir à ação contrária ao uso de agrotóxicos e ao modelo agrário brasileiro. Além do já citado vocábulo “enfrentamento”, para se referir à utilização de veneno na produção de alimentos, temos “confrontando” o modelo do agronegócio, “enfraquecer” o agronegócio, uma “luta” que tem força social, entre outras palavras.

Cumpramos agora abordar outros *éthe* que o discurso analisado constrói, os quais guardam relação com os que já foram vistos em outras análises. Podemos apreender uma imagem de enunciador perspicaz, capaz de ver a questão dos agrotóxicos de forma mais ampla, ou seja, como algo que se relaciona à estrutura e ao modelo agrário vigentes no Brasil, o que remete não apenas a questões econômicas e sociais, como a concentração de renda. No texto em análise, o problema “perpassa toda sociedade, pois é uma luta pela saúde de nossa população, contra um sistema baseado na exploração e concentração de riqueza”.

A estratégia de estabelecer uma relação entre o uso do agrotóxico e a sociedade de modo geral, desfazendo a ideia inicial de que o tema contemplado seria apenas pontual ou

localizado, parece estar condensada na frase-*slogan* do final do texto, que mostra como todos são, de alguma forma, afetados pelo que acontece no campo: “Quando o campo não planta, a cidade não janta!”

Some-se a isso o fato de que o enunciador apoia sua argumentação em dados do IBGE, conferindo, por meio de números e porcentagens convocados, credibilidade ao seu discurso. O que emerge daí é um *éthos* ponderado e racional – associado, pois, ao *lógos*, na visão aristotélica –, que não apenas apresenta argumentos (dados, fatos) para corroborar o que diz, mas também é capaz de explicitar as consequências do uso de agrotóxicos, mostrando-se, então, profundo conhecedor das bandeiras levantadas pela campanha que vem a público defender.

Nesse sentido, diríamos que se ativa, ao lado do *éthos* revolucionário, o *éthos* cidadão, pois há uma preocupação com a sociedade como um todo. A luta contra o atual sistema produtivo “perpassa toda sociedade, pois é uma luta pela saúde de nossa população, contra um sistema baseado na exploração e concentração de riqueza”, ou seja, busca-se a plenitude (ou algo próximo) da dignidade econômica e social para todos os cidadãos. Em suma: trata-se de um sujeito bem informado, capaz de se movimentar no amplo espaço social, para além das questões meramente voltadas para o universo estudantil.

Assim, verificamos que o enunciador aproveita o apoio público à campanha para acionar outras bandeiras dos movimentos sociais: questão agrária, saúde e educação. Questão agrária, pois o uso de agrotóxicos estaria acabando com os pequenos produtores; saúde, já que os agrotóxicos prejudicam a saúde de quem planta e de quem consome os alimentos “contaminados”; e educação, visto que esta, no país, propicia uma formação acadêmica que favorece a manutenção perversa do sistema de grandes latifúndios. Ao acionar as bandeiras de outros movimentos sociais, o enunciador constrói para si um *éthos* altruísta ou humanista, voltado para os interesses da coletividade, conforme ilustra o trecho seguinte:

As implicações estão em nossa realidade, matando milhares de produtores que ficam expostos dia a dia aos venenos químicos e nos milhares de casos de câncer, chegando a ser encontrados vestígios de agrotóxicos no leite materno, pondo em risco a saúde das futuras gerações. Além disso, temos a devastação das matas, a contaminação de solos e águas e a perda da biodiversidade do nosso país que é tão rica e fundamental na preservação da vida. (ANEXO H)

Podemos observar, no parágrafo citado, uma preocupação geral com a vida, visto que produtores estão morrendo “expostos dia a dia aos venenos”; o leite materno já estaria contaminado; além do grande prejuízo e devastação que o meio ambiente estaria sofrendo em

decorrência do uso de agrotóxicos. Esse *éthos* humanista – e ainda podemos dizer benevolente (ligado, portanto, a *eunóia*) – busca firmar seus argumentos num apelo emocional pela vida.

Cabe observar ainda que o texto da UNE, ao inserir um problema aparentemente pontual, como o uso de agrotóxicos, numa discussão mais ampla sobre as desigualdades, revela um posicionamento crítico em relação à situação social do Brasil, que é injusto e apresenta “concentração de terras”, “latifúndios” e “concentração de riqueza” em poder de poucos. Dessa forma, percebemos, no âmbito de um estatuto de enunciador e enunciatário, uma inscrição em um discurso crítico de brasilidade que retrata o Brasil como um país injusto que necessita de mudanças por força de “luta”, o que, como buscaremos explicar na discussão dos dados obtidos das análises individuais, é um dos traços de uma inscrição da UNE numa FD de esquerda.

O texto analisado apresenta, portanto, vários *éthe* relacionados. O principal e mais proeminente é o *éthos* revolucionário, uma vez que o tema principal do texto aponta para uma busca de justiça social e de enfrentamento do modelo vigente. Ao lado deste, há ainda outros *éthe*: um *éthos* perspicaz, pela forma como o problema é inserido em questões mais amplas que atingem toda a sociedade; e um *éthos* humanista, altruísta, que almeja uma transformação profunda na sociedade, uma “revolução” para eliminar uma série de males que atingem a sociedade como um todo, em especial os setores mais carentes ou vulneráveis, como é o caso dos pequenos agricultores no texto em foco.

3.1.9. O golpe no Paraguai

Em junho de 2012, o então presidente do Paraguai Fernando Lugo foi deposto pelo Poder Legislativo do país, via processo de *impeachment* que durou cerca de 24 horas. No contexto de uma crise político-institucional, a destituição de Fernando Lugo foi considerada um golpe pelos países vizinhos, o que resultou no isolamento político do Paraguai no relacionamento com a maioria das nações latino-americanas. Apesar de o Tribunal Superior Eleitoral paraguaio ter considerado legítimo o processo de *impeachment* votado pelo parlamento, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos²⁸ considerou-o ilegal e ilegítimo

²⁸ A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com sede em Washington, nos Estados Unidos, é um órgão consultivo da Organização dos Estados Americanos (OEA) que cuida da promoção e da proteção dos direitos humanos no continente americano.

por não respeitar o direito ao contraditório e à ampla defesa, uma vez que foram dadas apenas 2 horas para que os defensores do presidente Fernando Lugo recorressem da decisão.

Nesse contexto, a UNE publicou a *Nota contra o golpe no Paraguai* (Anexo I) em que se posiciona contra a atitude do parlamento paraguaio em relação a Fernando Lugo. Para a entidade, o episódio ocorrido no Paraguai constituiu um golpe de Estado, que deve, portanto, ser condenado. O tema central do texto, portanto, é a situação política do país vizinho, tema a princípio distante da realidade estudantil mais imediata. À semelhança do tema *uso dos agrotóxicos*, porém, a UNE buscará legitimar a presença dessa temática em seu discurso, como procuraremos explicar.

Por meio do vocabulário utilizado, percebemos que a UNE denuncia, por trás da aparente legalidade na destituição de Fernando Lugo, um golpe disfarçado, o que podemos perceber pelo uso dos lexemas “branco” e “relâmpago” para caracterizar o “golpe”. Em função disso, a UNE se coloca de forma firme contra o processo ocorrido, pois “condena” o golpe; “repudia” a decisão do Congresso Paraguaio; e se “indigna” com o ocorrido.

Essas escolhas apontam para um movimento estudantil atento, perspicaz e engajado no que diz respeito à preservação da democracia. Revelam ainda uma entidade atenta às políticas externas e que se opõe aos privilégios de grupos poderosos, o que inclusive é realçado pelo modo de enunciação, marcado por um tom firme e enérgico empregado para condenar a destituição de Lugo. A nosso ver, essas duas características podem ser compreendidas como a expressão de dois *éthe* que temos destacado ao longo das análises: o cidadão e o revolucionário.

Isso fica mais evidente quando percebemos que a UNE, ao denunciar o “golpe”, insere aí o tema da reforma agrária, que é indiretamente defendido por ela. Segundo a nota da entidade, Lugo vinha “buscando avançar [...] na reforma agrária” e “conduzindo um enfrentamento com os grandes proprietários de terras”, motivo pelo qual as elites reagiram e financiaram o seu golpe. Assim, observamos, pela inserção desse tema, um enunciador preocupado com reformas sociais (como é o caso da reforma agrária) e que se coloca plenamente favorável a elas, o que nos remete a um *éthos* de engajamento por mudanças sociais ou, como temos postulado, um *éthos* revolucionário.

Para o enunciador, a destituição de Lugo é uma resposta ilegítima das elites à busca de reforma agrária no Paraguai pelo então presidente. Para a entidade, o governo do “primeiro presidente popular **eleito** após mais de seis décadas”, sobretudo em relação à questão agrária, [...] “colocou novamente em alerta a elite que agora financia um golpe relâmpago”. A

destituição de Lugo no discurso da UNE configura-se, assim, como uma medida conservadora e antidemocrática contra um presidente legítimo.

Para justificar seu discurso e a tematização da situação política paraguaia, o enunciador se vale do *éthos* dito, fazendo referência não apenas ao tempo de existência da entidade, mas também às suas atitudes durante o período da ditadura militar no Brasil, que, como foi comentado mais de uma vez, corresponde ao apogeu das mobilizações estudantis: “A UNE – que em seus **75 anos de vida** em defesa da democracia **lutou** contra o nazi-facismo, combateu com **bravura** uma ditadura militar no Brasil, colocou-se **firme** contra o neoliberalismo e outras tentativas de golpes de uma elite nacional” (ANEXO I). Diante disso, podemos dizer que o enunciador/UNE, como está em busca de se legitimar e de dar credibilidade ao seu discurso, enaltece a participação da entidade na luta contra a ditadura, pois não foi uma simples oposição ao regime, mas um combate “com bravura”.

O enunciador usa, portanto, o argumento da “idade” para reforçar seu discurso. Esse *éthos* dito nos permite depreender não somente um *éthos* de coragem e bravura, mas também – e principalmente – de credibilidade e legitimidade, pois a UNE tem vida longa e já participou de acontecimentos importantes na história do Brasil. As escolhas lexicais revelam, com nitidez, a construção dessa imagem: a entidade “lutou” contra o nazi-facismo, enfrentou com “bravura” uma ditadura e posicionou-se de maneira “firme” contra tentativas de golpe. Assim, ela se coloca como guardiã da liberdade e da democracia, podendo, por isso, tratar da questão paraguaia em seu discurso.

Com isso, a UNE se mostra “atenada” em relação ao que ocorre não somente no Brasil, mas também no mundo, revelando sua preocupação com ações democráticas, que respeitem os direitos humanos e que promovam transformações significativas nas estruturas sociais. Isso nos remete a um enunciador que busca se relacionar com seu destinatário pelo compartilhamento de outras fontes de saber; não apenas aquelas relacionadas às bandeiras mais imediatas levantadas pela UNE no domínio acadêmico. Trata-se, em suma, de estatutos do enunciador e do destinatário ligados a valores de um mundo mais justo, menos desigual.

Nesse sentido, cumpre destacar também a dêixis enunciativa construída no/pelo texto, que aponta para um espaço-tempo de (pré)revolução, à maneira do que vimos em outros textos. Veja-se que o texto fala, em relação ao Paraguai, em “mudanças que começaram a ser engrenadas pelo presidente paraguaio”, que “vinha conduzindo um enfrentamento com os grandes proprietários de terras”. Isso é relacionado a um processo mais amplo “um processo de início de revoluções democráticas na América Latina”, o que nos mostra um aqui-agora de (pré)revolução, o que inclusive gera as ações conservadoras denunciadas pelo texto.

Há, portanto, um discurso que podemos caracterizar como de esquerda, como já observamos ao longo de outras análises, o que nos permite depreender o *éthos* de uma entidade estudantil que luta, acima de tudo, por justiça social dentro de um contexto de ordem democrática: numa mescla de *éthos* cidadão e revolucionário. Já adiantamos essa relação em análises anteriores, o que será retomado na discussão dos dados à frente.

3.1.10. Política de cotas e assistência estudantil: bandeiras da UNE

Em 22/10/2012, a UNE publicou em seu site a *Nota oficial da UNE em defesa da política de cotas e por sua implementação com qualidade e assistência estudantil* (Anexo J). O assunto principal do texto, como o título anuncia, é o estabelecimento de cotas nas universidades brasileiras, questão que vem sendo amplamente discutida desde 2001, quando o Brasil participou da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul. As discussões ganharam mais força com a sanção da Presidenta Dilma Rousseff à Lei 12.711/2012, que torna obrigatória a reserva de cotas sociais e raciais nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. É nesse contexto que a UNE publicou a nota que passamos a analisar.

Inicialmente, gostaríamos de destacar, no texto, algo recorrente no discurso da UNE pelo que vimos até aqui: a construção de um *éthos* revolucionário, de um enunciador que se coloca como ativo, engajado em ações que possam levar a uma transformação profunda da sociedade a partir de uma ótica de esquerda. No texto em exame, isso pode ser constatado a partir dos diferentes planos da *Semântica Global* proposta por Maingueneau (2008a).

Nesse sentido, a dêixis enunciativa remete, como em outras ocasiões, a um momento oportuno para a revolução, o que, de acordo com o texto em foco, já começa a acontecer. Aponta-se para um aqui/agora favorável a mudanças, uma vez que, para o enunciador, um “novo capítulo da história brasileira” está sendo escrito e o momento na universidade é de “efervescência criativa”, o que está em plena sintonia com a construção de um *éthos* revolucionário.

Podemos observar ainda que o modo de enunciação do discurso relaciona-se diretamente a essa dêixis enunciativa, na medida em que se pode perceber um tom geral de otimismo, que atravessa o texto. Os trechos a seguir ilustram esse tom de otimismo da

entidade estudantil para com o momento atual, oportuno, no seu entender, para uma revolução na educação:

A União Nacional dos Estudantes (UNE) acompanha, com **interesse e otimismo**, os recentes debates sobre a universidade brasileira, defendendo irrestritamente as políticas públicas **expressas pela Lei 12.711/2012**, a lei das cotas, regulamentada pelo decreto presidencial do dia 11 de outubro.[...]

A expectativa em torno do ambiente acadêmico é a da mais ampla efervescência criativa, que contemple uma diversidade única e característica de nosso povo. [...]

No **histórico** 26 de junho, a UNE levou em marcha até o ministro da Educação Aloizio Mercadante uma pauta formulada em conjunto com mais de 50 Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) de universidade federais, reafirmada em audiência com a presidenta Dilma Roussef em agosto passado. [...]

Orgulhosa de fazer parte desse novo capítulo da história brasileira, a União Nacional dos Estudantes reitera a sua total defesa das políticas de ações afirmativas e acredita em um processo de transformação nacional emanando de dentro das universidades, de norte a sul, valorizando o talento e a pluralidade da juventude e seu poder criativo, igualitário, comprometido com um país mais justo, solidário e positivo. (ANEXO J)

O exame dos temas, por sua vez, reforça as ideias já apontadas. Veja-se que a política de cotas é defendida pelo enunciador dentro de um debate mais amplo que envolve o tema das desigualdades sociais, que se confundem com desigualdades raciais. A política de cotas, nesse sentido, é uma das muitas ações defendidas pela UNE que visam a combater as injustiças sociais do país e incluir grupos até então excluídos, marginalizados, como mostram os trechos a seguir:

Uma instituição pública, gratuita, com qualidade deve trazer para o seu seio o trabalhador, o negro, o índio. É essa parcela, ainda à margem em um país secularmente excludente do ponto de vista social e racial, que poderá concluir o projeto de nação com o qual sonhamos, sem preconceitos e com oportunidades para todos. [...] há um lastro de pobreza intensa e falta de oportunidades em razão da cor [...].

A ação afirmativa por meio das cotas raciais, mais do que uma dívida histórica com os grupos massacrados pela escravidão, por genocídios e preconceitos, é a possibilidade de compor uma aquarela de saberes e conhecimentos no espaço acadêmico, trazendo ao país uma soberania referenciada por seu próprio povo, pela valorização de suas culturas, práticas e anseios para o futuro. (ANEXO J)

Vemos ainda, nos trechos citados, um enunciador que se mostra crítico em relação à história do Brasil e suas mazelas sociais, construindo, com isso, a imagem de uma entidade de esquerda, que luta por uma sociedade menos desigual, mais justa. Trata-se, portanto, de um *éthos* de contestação – e, por que não dizer, um *éthos* virtuoso –, que repudia a exclusão e defende a inclusão social dos menos favorecidos, o que lhes permitirá, entre outras coisas, ter acesso ao ensino público, sem distinção de raça ou de cor. A nosso ver, o *éthos* revolucionário tal como construído pela UNE subsume esses *éthe* mais específicos.

Outro aspecto a ser mencionado é a presença de um *éthos* dito que procura reforçar o *éthos* (mostrado) observado pelo tom maior de otimismo. Ao longo do texto, há várias referências a diferentes ações e manifestações da UNE em prol de políticas públicas educacionais produtivas e inclusivas, medidas essas que enfrentaram a resistência dos setores conservadores e sectários. Nesse sentido, “o movimento estudantil, pelos percursos da história, ocupou o espaço de fiador de todas as maiores conquistas coletivas da nossa sociedade civil” (ANEXO J). A própria implantação da política de cotas, com a provação da Lei 12.711/2012, é apontada pela UNE como uma conquista da qual a entidade estudantil fez parte pelas mobilizações históricas que empreendeu. Segundo o texto, “a ampliação do acesso à universidade, de forma a referenciar igualitariamente a sociedade em que se insere, combatendo as históricas injustiças sociais, raciais e permitindo o real desenvolvimento humano desta nação sempre nortearam as lutas da UNE em seus 75 anos”. Aqui se reafirma a idade da UNE como uma espécie de aval na luta da entidade pela justiça social (e racial), o que mostra, portanto, coerência nas bandeiras encampadas por ela.

Isso nos remete ainda ao estatuto de enunciador e do enunciatório. De forma geral, vemos nesse texto uma posição crítica em relação à realidade social do país, que aponta para saberes partilhados ligados a um discurso crítico de brasilidade. Há inclusive no texto três ocorrências de intertextualidade que explicitam esse estatuto: uma citação da canção *Negro drama*, do grupo de rap *Racionais MC's*, em que se expõe o quadro de exclusão dos negros (“me ver, pobre, preso ou morto, já é cultural”); outras duas de dois Ministros do STF quando do julgamento da constitucionalidade a política de cotas: de Ricardo Lewandowski, que fala da exclusão de determinados grupos e da manutenção de uma mesma elite dirigente como um dos traços do Brasil; e de Ayres Brito, que, em defesa da política de cotas, afirma que “os erros de uma geração podem ser revistos pela geração seguinte”.

Percebemos, então, que o texto em questão apresenta um discurso mais próximo a um discurso de esquerda (sem entrar na discussão recente a cerca deste assunto), o que nos permite construir uma imagem de engajamento, assumida, sobretudo, por um *éthos* revolucionário: o de uma instituição que está em busca de mudanças sociais profundas, o que, numa visão de esquerda, aponta para uma espécie de sociedade sem classes: “o projeto de nação com o qual sonhamos, sem preconceitos e com oportunidades para todos”. Isso fica bem evidente em determinados trechos em que percebemos uma crítica explícita à elite, que, para a UNE, é semeadora dos preconceitos e da exclusão social, como mostra este excerto:

Porém, a política de cotas no Brasil, iniciada de forma pioneira pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Universidade Estadual da Bahia, foi logo **questionada por uma elite embebida de argumentos preconceituosos**, desafiando a capacidade intelectual de um jovem negro ou índio, pobre, egresso da escola pública (ANEXO J).

Cabe ressaltar, ainda que de forma breve, as escolhas lexicais que contribuem para a construção do *éthos* indicado. As políticas de cotas são defendidas por remeterem à “diversidade” – que aparece em mais de uma ocasião – e à “democracia”. Suas consequências, ao lado de outras políticas de transformação na educação, são a possibilidade de uma “verdadeira alforria” e a composição de uma “aquarela” no meio acadêmico, numa clara referência à atual exclusão de índios e negros e sua agora possível inclusão. Estes são tratados ainda como “grupos massacrados” num país “secularmente excludente”. A oposição às cotas, na ótica do enunciador/UNE, é defendida, por sua vez, por “argumentos preconceituosos” e “opiniões racistas”.

Tudo isso colabora para a construção de um *éthos* revolucionário, como dissemos, na medida em que o enunciador busca mostrar que é necessária a completa mudança nas estruturas sociais do Brasil para que haja justiça e oportunidade para todos.

Podemos destacar ainda os lexemas “histórico”, referente aos 26 de junho, e “novo”, relativo ao capítulo da história da educação que se vai começar a escrever. Ambos reforçam a ideia de um momento propício à revolução. Assim, o vocabulário aqui examinado relaciona-se à já comentada dêixis enunciativa e ao igualmente comentado estatuto do enunciador e do destinatário, já que apresenta um discurso crítico de brasilidade em que se destaca a situação histórica de exclusão social no país.

Cumpramos enfatizar, por fim, algo que já percebemos em outras análises: a revolução desejada pelo enunciador deve dar-se dentro da ordem jurídica e política, de forma democrática. Isso remete ao *éthos* que denominamos cidadão e que é construído paralelamente ao *éthos* revolucionário.

Veja-se que a política de cotas é legitimada não apenas como uma correção de uma injustiça histórica, mas também como algo legal. O texto fala da “lei das cotas, regulamentada pelo decreto presidencial do dia 11 de outubro”. Mesmo antes disso, como insiste o texto, “as cotas”, implantadas em algumas instituições, “foram logo *referendadas* também por leis estaduais e por decisões de conselhos universitários (grifo nosso)”, vindo depois a legitimação maior: o “reconhecimento unânime da constitucionalidade das políticas de ações afirmativas e da legitimidade das cotas raciais, proclamado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, no dia 26 de abril de 2012”.

Em resumo, o texto analisado apresenta, assim como os demais, basicamente dois *éthe*: um de cidadão e outro, o mais evidente, de revolucionário. O *éthos* cidadão pode ser apreendido principalmente na busca do enunciador de legitimar seus argumentos a partir da ótica da legalidade e da democracia. Por outro lado, o *éthos* revolucionário se revela, mais uma vez, na busca de mudanças na estrutura social de modo a garantir oportunidades iguais para todos.

3.2. Discussão dos resultados

Nesta seção, vamos apresentar uma reflexão acerca dos dados das análises, destacando as principais ocorrências e discutindo os resultados a partir das noções de formação discursiva (FD) e formação ideológica (FI), que, até agora, não foram contempladas de forma mais objetiva. É importante deixar claro que, em nosso percurso metodológico, partimos do exame dos planos da *Semântica Global* para chegar ao *éthos* (aos *éthe*) da UNE. Nesse sentido, tendo em vista que o *éthos* é uma das dimensões da FD (MAINGUENEAU, 1989, p. 46), resta-nos discutir para qual FD o *éthos/os éthe* observado(s) nas análises aponta(m). Assim, ao invés de ir da FD ao *éthos*, optamos pelo contrário: partimos dos dados que remetem ao *éthos* e deste à FD, que vamos discutir apenas de forma mais ampla, pensando na inscrição última à qual pode ser associado o discurso da UNE.

Partindo, portanto, da *Semântica Global* proposta por Maingueneau (2008a), procuramos em nossas análises destacar aquelas ocorrências relativas aos planos que, em cada texto, contribuía mais diretamente para a construção do *éthos* da entidade. Dessa forma, pudemos observar, de um modo geral, a ocorrência de dois *éthe* básicos: um *éthos* que chamamos de cidadão e outro que denominamos revolucionário. Em outros termos, nas análises dos textos pudemos verificar uma tendência em dois eixos: de um lado, há uma UNE atuante, engajada, corajosa, revolucionária, em busca de profundas mudanças na sociedade; de outro, eventualmente se (con)fundindo com o anterior, temos uma entidade cidadã, preocupada com o futuro do país, com o exercício de direitos legalmente constituídos, com a existência de cidadãos que vivam com dignidade econômica e social.

O *éthos* revolucionário pode ser visto por meio do exame dos temas, que são tratados, via de regra, a partir da possibilidade de transformação da sociedade, com a eliminação das contradições históricas que penalizam certas classes sociais (negros, pobres, índios). Nesse

sentido, o tema das desigualdades sociais, por exemplo, é uma constante no discurso da UNE, que ainda contempla temas conexos (ou subtemas desse tema maior), como a desigualdade de acesso à educação e a injusta organização fundiária. O que observamos, pois, na forma como os temas são tratados é que eles são acionados pelo enunciador para configurar uma realidade que deve ser transformada e para legitimar as manifestações em prol de mudanças na sociedade. Até mesmo temas que parecem à primeira vista pouco servir a esse discurso são tratados a partir dessa ótica. É o caso dos textos sobre o uso dos agrotóxicos e sobre a situação política do Paraguai, temas que foram tratados a partir de uma relação, sobretudo, com a reforma agrária.

A construção do *éthos* revolucionário pode ainda ser percebida pelo modo de enunciação. Os textos analisados, em sua maioria, apresentam um tom forte, assertivo, impositivo, especialmente no que tange a críticas a ações da polícia e do corpo administrativo das/nas universidades e à atuação da imprensa – que, para a UNE, prejudica os movimentos sociais e age em favor dos interesses das elites. Além disso, o modo de enunciação nos permite construir a corporalidade desse enunciador: um corpo jovem e vigoroso, que remete, de forma estereotipada, aos membros da UNE (jovens estudantes).

Não se pode perder de vista que, quando falamos de *éthos* revolucionário, no/pelo discurso da UNE, pensamos num *éthos* mais amplo que subsume outros *éthe*: progressista, desenvolvimentista, mas principalmente o de uma entidade engajada e atuante e corajosa. Essas imagens podem ser vistas especialmente na coragem da UNE em enfrentar e denunciar as autoridades (polícia, corpo administrativo da universidade, mídia etc), em relação ao que consideram ser um autoritarismo imposto, inclusive justificando suas ações com base, entre outras premissas, na da legalidade de os estudantes ocuparem espaços públicos. Já o par progressista/desenvolvimentista pode ser visto, principalmente, na preocupação com o futuro do país. Aqui é importante destacar novamente que o que o discurso estudado pretende, ao usar reiteradamente a ideia de desenvolvimento, não é um avanço em termos de tecnologia, mas um desenvolvimento do ponto de vista social, o que inclusive é uma questão relacionada à FD, de que trataremos à frente.

Ainda em relação ao *éthos* revolucionário, observamos a recorrente construção de dois tipos de dêixis enunciativa: um que aponta para um momento e um lugar de pré-revolução, ou até de revolução em início de curso; e outro que constrói um tempo e um espaço de restrição de liberdades, um aqui/agora análogo a um passado em que a UNE teve importante papel na vida política e social do Brasil: o da ditadura militar. Ambas as dêixis enunciativas são

importantes formas de legitimação do próprio discurso que as engendra, em sintonia com o que defende Maingueneau (2008a).

Como foi mencionado no capítulo 1, entre os anos de 1964-1985 o Brasil foi governado pelos militares, que instituíram um governo autoritário e antidemocrático. É nesse período que o movimento estudantil atinge seu auge de atuação, com importantes ações na busca de mudanças, sobretudo políticas, no país. Percebemos, nos textos atuais, que a menção a esse momento histórico ainda é forte no discurso da UNE, sendo ele constantemente evocado e não raro associado a fatos do presente, em geral, quando há conflitos entre estudantes e polícia/autoridades.

A dêixis enunciativa que constrói um aqui/agora análogo a esse passado ditatorial²⁹ serve assim para legitimar tanto o discurso quanto, por meio dele, as ações da UNE e de estudantes em diversas universidades. Cabe destacar que essa referência é usada principalmente num tom de defesa, sobretudo na tentativa de reversão de um *éthos* prévio associado à falta de responsabilidade, à baderna etc., atribuído aos estudantes (à UNE) por grupos mais conservadores da sociedade. De qualquer modo, ele contribui para ativar o citado *éthos* revolucionário, o de uma entidade que se mostra corajosa e atuante em prol da sociedade (ainda que isso se esteie, em larga medida, no passado), o que remete aos discursos de esquerda, próprios dos movimentos sociais, questão que retomaremos mais adiante.

Essa dêixis enunciativa, que remete ao momento de pré-revolução, pode ser percebida em pelo menos três textos. Num deles, a referência a diversas manifestações sociais que explodiam em diferentes pontos do planeta, reivindicando mudanças, serve de incentivo às manifestações pelo país (em especial em Brasília); em outro, há uma euforia em relação às possibilidades de transformação ligadas à votação do Plano Nacional de Educação; e num terceiro, sobre o revés sofrido por Lugo no Paraguai, há a referência a profundas transformações a que o então Presidente teria dado início no país. Isso é o que cria a dêixis enunciativa de um aqui-agora (pré)revolucionário, um momento oportuno para mudanças, para uma revolução, o que legitima a ação do movimento estudantil.

Cumprir tratar agora do outro *éthos* que observamos no discurso da UNE, o cidadão, que se relaciona, de forma privilegiada, com o *éthos* revolucionário. Esse *éthos* é construído pela expressão não apenas dos ideais de cidadania, tomados em sentido amplo (ou seja, em

²⁹ Trata-se de uma espécie de cena de enunciação validada, na história do Brasil, que, por essa razão, é convocada, com frequência, para sustentar a enunciação atual da UNE (cf. MAINGUENEAU, 2002, p. 91-92).

sintonia com a ideia de que cada cidadão tenha condições de viver com dignidade econômica e social), mas também do respeito à relação direito/dever que permite uma harmonia social.

Ao abordar esses dois *éthe* (revolucionário e cidadão) de forma distinta, não estamos defendendo que essas duas imagens discursivas estejam dissociadas; ao contrário, elas, em geral, se articulam, se complementam, chegando mesmo, em alguns momentos, a se misturarem, se imbricarem. Com efeito, o *éthos* revolucionário vem, muitas vezes, revestido do *éthos* cidadão, sobretudo quando se trata de dar aspecto legal às ações ou propostas da UNE ou dos estudantes.

Como explicamos anteriormente, de forma geral, o discurso da UNE propõe profundas mudanças sociais – característica do *éthos* que denominamos revolucionário –, mas sempre dentro de uma proposta democrática e legal – característica do *éthos* que denominamos cidadão. Assim, percebemos que, no discurso da UNE, a busca por uma “revolução” se dá dentro do espaço democrático, através, por exemplo, de manifestações (como no manifesto ocupe Brasília) que pressionem as autoridades em relação a políticas públicas de ordem social.

Em determinados textos, o *éthos* cidadão é nitidamente construído como forma de legitimar o revolucionário, como sugerimos há pouco. Trata-se dos casos em que se defendem ações que podem ser vistas como contrárias à ordem legal, como as diversas ocupações de espaços públicos pelos estudantes que, em geral, terminaram em confronto com as forças de segurança. Essas ações são sempre, no discurso da UNE, revestidas de legalidade, pois são, como foi explicado nas análises, caracterizadas como exercício de direitos, como atos pacíficos e legítimos, em oposição às ações dos oponentes, tidas como autoritárias, antidemocráticas (Reitoria) e violentas (polícia).

Explicada a relação mantida entre os dois *éthe* principais encontrados no discurso da UNE, podemos destacar melhor o segundo deles, o *éthos* cidadão, que, assim como o anterior, compreende diferentes *éthe*. No que se refere ao enunciador “cidadão”, observamos a construção de diferentes *éthe* como perspicaz, informado e legalista, nos quais nos deteremos agora.

O *éthos* perspicaz aparece, diríamos, mesclado à imagem de uma entidade bem informada, já que o enunciador/UNE, nos textos analisados, mostra-se atento à sociedade como um todo e profundo conhecedor de números e porcentagens relacionados, sobretudo, à realidade nacional. Isso é o que lhe permite contemplar temas que parecem estar distantes da realidade mais imediata do movimento estudantil, como o caso do uso dos agrotóxicos, do momento político do Paraguai e das greves de diversas classes trabalhadoras (tanto ligadas à

educação como de outras categorias profissionais). Esses temas são tratados de forma a aproximá-los das bandeiras da UNE, o que inclusive dá uma dimensão maior à atuação do movimento estudantil, em geral, e da UNE, em particular.

Já o *éthos* legalista, pode ser apreendido pelo recorrente acionamento de um discurso jurídico-legal, que ocorreu em vários dos textos analisados. Isso se relaciona diretamente ao *éthos* cidadão, visto que a UNE preconiza a realização de uma revolução, mas dentro dos moldes democráticos, como já explicamos. Esse discurso é também acionado para legitimar ações dos estudantes e da entidade, sobretudo aquelas que à primeira vista não parecem legais (no sentido do Direito), como a apresentação de notas falsas (segundo a denúncia do jornal *O Globo*) para prestar contas relacionadas ao uso de dinheiro público e a ocupação de espaços públicos pelos estudantes.

Nesse ponto, cabe ressaltar a questão da autonomia universitária, assunto presente em alguns textos trabalhados e questão reclamada pela UNE para legitimar as ações e/ou ocupações dos estudantes no âmbito da universidade. Percebemos que o enunciador apresenta esse tema a partir de uma visão própria e não do ponto de vista legal, como foi mencionado nas análises. Assim, podemos dizer que os textos apresentam esse tema de um ponto de vista permissivo, em contraposição a um ponto de vista repressor. Isso se relaciona, acreditamos, àquilo que é exposto por uma das dêixis enunciativas construídas: a do aqui/agora de repressão. A presença de policiais nos *campi* universitários é tida como algo arbitrário que viola um espaço em que os estudantes deveriam ter plena liberdade.

Ainda em relação ao *éthos* cidadão, cabe mencionar a variedade de temas abordados pela UNE. Ainda na etapa de seleção de textos para a constituição do *corpus*, verificamos essa diversidade, o que já sugere um *éthos* cidadão (informado e atento à realidade que o circunda). Apesar de não abordarmos todos os textos disponíveis, devido ao limite de tempo e espaço a que somos submetidos numa dissertação, pudemos perceber uma preocupação da UNE em dialogar com outros movimentos sociais, bem como seu interesse e conhecimento em relação a acontecimentos no Brasil e no mundo.

Conforme foi exposto no Capítulo 2, optamos por selecionar os textos pelo gênero e não pelo assunto ou seção em que foram publicados. Entretanto, entendemos ser relevante um comentário acerca dos assuntos abordados nos textos que compõem o *corpus* (e mesmo a respeito daqueles não contemplados nesta pesquisa). Podemos perceber que vários assuntos são abordados pela entidade estudantil: economia (como a questão do pré-sal, apesar de este assunto estar relacionado à determinação de mais verbas para a educação); vivência nas universidades (como as notas a respeito dos enfrentamentos entre os estudantes e a PM);

política externa (como o Golpe no Paraguai); questões sociais (como as greves das classes trabalhadoras); cultura e movimentos sociais (como a divulgação – e mesmo a realização de eventos – sobre as comemorações da semana de valorização da cultura negra e a divulgação semanal de uma agenda cultural com eventos por todo o país, principalmente eventos musicais e teatrais gratuitos – assuntos esses não contemplados na presente pesquisa); e mesmo temas aparentemente mais pontuais (como o uso dos agrotóxicos).

Essa tematização variada mostra uma instituição atenta a questões políticas, sociais, culturais e econômicas do Brasil (e do mundo) e, além disso, preocupada com assuntos que possam ter relação com o futuro do país. Podemos ainda pensar nessa diversidade temática como uma característica de outro plano da *Semântica Global* – o estatuto do enunciador e do destinatário –, pois o enunciador evoca saberes partilhados, mostrando-se crítico em relação aos problemas, sobretudo sociais, que afetam o Brasil (e também o mundo) e estabelecendo, dessa forma, uma espécie de cumplicidade com seu destinatário, o que evoca o *éthos* perspicaz. Esse *éthos* e, conseqüentemente, o *éthos* cidadão, que o compreende, se confundem novamente com o *éthos* revolucionário, ávido por mudanças, que parece sempre querer emergir.

Apresentamos, a título de síntese e para dar ao leitor uma visão mais clara do que foi dito nesta seção, o quadro abaixo com os principais *éthe* encontrados nos dez textos analisados:

Quadro 2: Síntese dos *éthe* do discurso da UNE

Anexo	<i>Éthos</i> predominante	Outros <i>éthe</i>
A	Cidadão	Perspícaz Ponderado Engajado Progressista
B	De contestação	De coragem Engajado Racional humanista
C	Revolucionário Cidadão	Idealista De coragem Inconformismo
D	De contestação	De coragem, Engajamento Legalista
E	Revolucionário Cidadão	Reivindicativo Negociador Perspícaz Ponderado Engajado
F	Honestidade	De coragem

	Contestação	
G	Autoridade Contestação	De coragem Cidadão
H	Revolucionário Cidadão	Ponderado Humanista Perspicaz Engajado/ atuante
I	Cidadão Revolucionário	De engajamento, De coragem, Perspicaz
J	Revolucionário Cidadão	De contestação, De engajamento,

O quadro 2 pode ser resumido ainda mais para propiciar uma visão de conjunto dos textos e dos *éthe* dominantes, como mostra a figura a seguir:

Figura 4 - Resultados



Cumpra agora, apontados os *éthe* presentes no discurso estudado, discutir a questão da FD. Percebemos que, de forma geral, o discurso da UNE se inscreve numa FD de esquerda, relação que passamos a destacar aqui, retomando as considerações que fizemos anteriormente. Por discurso de esquerda, entendemos um discurso que se caracteriza, entre outros aspectos, por posicionar-se contra a desigualdade social e a hierarquização da sociedade, bem como por se preocupar com o exercício da cidadania em igualdade de condições entre os indivíduos.

Essa definição pode parecer consensual, mas cabem aqui algumas considerações, sobretudo em razão de um debate, desde os anos 1990, sobre o que se convencionou chamar de “fim” ou de “crise” das ideologias. Não pretendemos nos alongar nesse debate, mas apenas mostrar que, apesar da polêmica, a caracterização do discurso de esquerda que adotamos e que figura neste trabalho é pertinente e – aquilo que é nosso objetivo maior – que tal discurso é assumido pela UNE.

Bobbio (1995) debate a questão da crise de ideologias, defendendo que as noções de direita e esquerda continuam vivas na atualidade. Aliás, para o autor, não há nada mais ideológico do que afirmar o fim das ideologias (BOBBIO, 1995, p. 33). Desse modo, no seu entender, a distinção entre direita e esquerda permanece, sendo o critério mais usado para distinguir uma da outra o ideal de igualdade, defendido pela esquerda. O discurso de esquerda para o autor é, em suma, aquele que apresenta ideais de libertação, no sentido de “*libertar* seus semelhantes das cadeias a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe, etc.” (BOBBIO, 1995, p. 81; grifo do autor).

Motta & Possenti (2008), entrando também nesse debate, demonstram como as ideologias estão vivas e materializadas em formações discursivas de direita e esquerda presentes em textos atuais. Os autores, ao trabalharem com a *Semântica Global* de Maingueneau, propõem inclusive os semas que, a partir de uma definição de esquerda e direita de Bresser Pereira, corresponderiam, certamente, às FDs que expressam esses posicionamentos. Segundo eles, /igualdade/ e /justiça/ são os semas básicos da FD de esquerda, enquanto /diferença/ e /ordem/, os da direita. Em síntese, a direita entende as diferenças (desigualdades) como naturais, o que a levaria a defender a ordem, não raro pela repressão do Estado; a esquerda, por outro lado, defende que as desigualdades são fruto da sociedade, cabendo ao Estado corrigi-las (justiça), promovendo a igualdade (MOTTA & POSSENTI, 2008, p. 304-305).

Essas considerações, se não são exaustivas, demonstram ao menos que a definição de discurso de esquerda que adotamos é pertinente, a despeito do debate mais recente que busca problematizar essas noções. Mais que isso, podemos ver que o discurso da UNE, aqui estudado, apresenta aquilo que essencialmente, tendo em vista as posições acima, parece ligado ao discurso de esquerda. O discurso da entidade se caracteriza pelo forte apelo à igualdade, de modo geral e, em especial, no que concerne à educação e ao acesso ao ensino superior. Essa igualdade deve ser promovida pelo Estado, razão pela qual o discurso da UNE defende políticas públicas de redução das desigualdades e atos que pressionem o Estado nesse sentido.

Gostaríamos de citar ainda outro autor, cuja definição de esquerda, a nosso ver, complementa as ideias anteriores. Para Freitas (2004), “esquerda passou a designar aquele conjunto de forças que luta, essencialmente, por transformações numa determinada ordem social e política, transformações que resultem na instauração de uma nova ordem, ou transformações que resultem na reformulação da ordem vigente”. Essa definição, opondo-se à /ordem/ defendida pela direita, aplica-se bastante bem ao discurso da UNE, uma vez que, conforme temos insistido, nele a sociedade brasileira é mostrada como tendo, entre suas características principais, a de ser marcada por profundas desigualdades sociais (vide o discurso crítico de brasilidade observado em vários momentos nas análises, configurando o estatuto do enunciador e do enunciatário), cujo enfrentamento passa por transformações profundas na sociedade.

Se observarmos os temas presentes nos textos da UNE, podemos perceber igualmente a sua inscrição na FD de esquerda, notadamente pela forma como eles são tratados. Isso está em sintonia com o que diz Maingueneau (2008a, p. 82), para quem, como frisamos em outras ocasiões, mais importante do que o tema em si, que pode ser imposto ou não pela FD, é o tratamento semântico que lhe é conferido pelo discurso.

No discurso da UNE, os temas, mesmo aqueles que a princípio parecem distantes disto, são tratados a partir de uma FD de esquerda: o caso do uso de agrotóxicos, que é discutido numa dimensão maior, relacionado a uma injusta distribuição de terras/riquezas; o da situação política no Paraguai, em que se condena a deposição de (golpe contra) um presidente que vinha, de certa forma, atendendo aos anseios dos movimentos sociais e promovendo a reforma agrária; e o da atuação da mídia, na resposta à denúncia do Jornal *O Globo*, em que se discute a oposição entre interesses das elites (defendidas pela mídia conservadora) e do resto da população. Esses temas, no seu conjunto, são, pois, abordados na relação com a injustiça social, com a necessidade de mudanças profundas na sociedade e de promoção de direitos e oportunidades iguais para todos, questões caras às posições ideológicas/discursos ditos de esquerda, de acordo com o que se disse anteriormente.

O que cumpre ressaltar, porém, para não perdermos o foco no *éthos*, é que os *éthe* destacados nos textos não são gratuitos, mas estão diretamente ligados à FD na qual se insere o discurso da UNE: uma FD de esquerda, inerente aos movimentos sociais. Os *éthe* compreendidos no *éthos* revolucionário, mas também aqueles ligados ao *éthos* cidadão, como o perspicaz, são imagens discursivas construídas em função de uma transformação afinada com a ideologia de esquerda. Como procuramos explicar, esses *éthe* emergem, em geral, de propostas direcionadas para a busca por justiça social, expressando valores como a cidadania,

a igualdade e os direitos humanos, valores caros à FD de esquerda (MOTTA & POSSENTI, 2008, p. 305).

Esses valores estão presentes no discurso da UNE, tal como revela o conjunto de textos por nós analisado, o que pode ser visto nas principais reivindicações do movimento estudantil. Há reivindicações mais pontuais, como, por exemplo, mais segurança nos *campi* universitários, mas sem a presença de corporações policiais. No entanto, de forma geral, é possível perceber que as reivindicações do movimento estudantil, na figura da UNE, são amplas e envolvem a transformação das próprias estruturas sociais: a busca por mais investimentos em educação, para a promoção de um ensino público, gratuito, de qualidade e inclusivo; mais verbas para a assistência estudantil, de modo que os alunos de baixa renda, que passaram a “ter direito” ao curso superior, sobretudo após a aprovação da Lei de cotas, possam permanecer na universidade; uma sociedade mais igualitária no que diz respeito a direitos e oportunidades, e mesmo a democratização da mídia (que, para a UNE, está a serviço de poucos, como se viu no texto sobre a denúncia d’*O Globo* – Anexo F), posições, como foi dito, compatíveis com uma FD de esquerda.

Antes de encerrarmos esta seção, gostaríamos de fazer ainda duas considerações sobre os *éthe* encontrados no discurso da UNE, mais especificamente, no conjunto de textos estudados. A primeira refere-se ao fato de que esses *éthe*, de forma geral, podem ser associados, de acordo com a proposta de Aristóteles (vide Figura 2), à virtude ou *areté*, ainda que, em determinados momentos, o enunciador/UNE adote um discurso mais ponderado e equilibrado, aproximando-se, portanto, do polo do *lógos* – associado à *phrónesis* ou à prudência/razão; quando convoca, por exemplo, números e porcentagens como argumentos –, ou quando apela para a emoção, colocando o *páthos* em evidência – o que remete a *eúnoia* ou benevolência (como ocorre, por exemplo, no texto que trata a questão do uso de agrotóxicos).

O segundo comentário diz respeito à combinação dos *éthe* predominantes que destacamos: o cidadão e o revolucionário, que, como pode ser constatado no quadro 2, apresentam-se, de forma recorrente, na grande maioria dos textos analisados. Essa combinação aponta, como já explicamos, para a uma estratégia de legitimação do movimento estudantil – que atua em prol de avanços sociais dentro da ordem democrática –, mas, ao mesmo tempo, a nosso ver, do enunciador/UNE, que busca projetar-se como um ator social de importante papel, dotado inclusive de legitimidade para criticar, reivindicar, exigir e, ao mesmo tempo, tratar de temas que extrapolam a vida estudantil mais imediata. A referência constante a uma história de atuação que resultou em importantes transformações no país e a projeção atual de uma imagem ligada à possibilidade de transformações sociais profundas

visam, em última instância, a aproximar o enunciador atual de uma UNE histórica, que teve papel fundamental no/para o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste trabalho, em que nos dedicamos ao estudo do discurso atual da União Nacional dos Estudantes (UNE). Cumpre-nos então, nesta seção, fazer um breve balanço de nossa pesquisa, sobretudo levando em consideração os objetivos e questões apresentados inicialmente. Cabe, em resumo, tentar expor o que pode ficar de nosso trabalho a título de contribuição em relação tanto ao objeto de estudo quanto ao nosso campo de investigação.

Buscamos aqui primordialmente analisar a construção do *éthos* discursivo da UNE, tomando como *corpus* textos publicados mais recentemente (2011-2012) pela entidade em seu site. A esse objetivo maior juntamos outros mais específicos, em especial, o de analisar os textos por meio de categorias que pudessem desvelar a(s) formação(ões) discursiva(s) em jogo, bem como a(s) formação(ões) ideológica(s) em que o discurso atual da UNE se inscreve.

Acreditamos que os objetivos foram atingidos, tendo em vista os dados obtidos ao longo do trabalho. A investigação de temas, vocabulário, modo de enunciação, dêixis enunciativa e estatuto do enunciador e do destinatário – planos da *Semântica Global* proposta por Maingueneau (2008a) – permitiu-nos observar os *éthe* do discurso da UNE tal como havíamos proposto.

Nesse sentido, como mostrou a discussão dos resultados, constatamos basicamente a ocorrência de dois *éthe* (que subsumem outros mais específicos): um *éthos* que chamamos de cidadão e outro que denominamos revolucionário. *Esses éthe* apontam para uma UNE preocupada com o futuro do país, com o exercício de direitos legalmente constituídos, com a existência de cidadãos que vivam com dignidade econômica e social, mas, sobretudo, procuram mostrar uma entidade atuante, engajada, corajosa, em busca de profundas mudanças na sociedade. A combinação desses dois *éthe* indica, pois, uma instituição que atua em prol de avanços sociais, mas respeitando a ordem democrática.

Obsevamos ainda que o discurso da UNE, de forma geral, filia-se a uma formação discursiva (e ideológica) de esquerda, entendida como aquela que defende primordialmente a

igualdade (ausência de classes ou de grupos detentores de privilégios), propondo, assim, alternativas e ações que levem a uma transformação profunda na atual e desigual sociedade em que vivemos. Isso, ao mesmo tempo, legitima o papel social da UNE, que, nesse contexto, se coloca como agente e fomentador de ações que visem a tal transformação.

Essa postura está em sintonia com a principal característica dos *éthe* do enunciador/UNE, na proposta aristotélica: *areté*. Em outros termos é construindo um *éthos* mais ligado à dimensão do próprio *éthos* (virtude) que o enunciador/UNE busca influenciar o destinatário/sociedade, cabendo às outras características (*phrónesis* e *eúnoia*) manifestações apenas pontuais, como já frisamos. É com a franqueza, a sinceridade e a coragem próprias à *areté* (agora na releitura de Maingueneau) que a entidade busca no discurso, de um lado, “dar o seu recado” ao governo, às elites, à mídia, ou a qualquer outro sujeito que se coloque contra os movimentos sociais e contra os menos favorecidos; de outro, combater um *éthos* prévio (estereotipado), que circula, atualmente, em alguns setores da sociedade, sobre os estudantes: aquele que os toma como baderneiros, irresponsáveis etc. Nesse sentido, não podemos perder de vista que, nos textos analisados, há, com frequência, a remissão a um “passado glorioso”, em que os estudantes lutaram contra a ditadura militar, período que, como já comentamos, coincide com o apogeu do movimento estudantil em nosso país. Trata-se, em última análise, de uma cena validada a que o movimento atual recorre para legitimar-se e ao seu discurso.

Tendo em vista os resultados obtidos, acreditamos que esta pesquisa deixa uma contribuição, ainda que modesta, não apenas para o campo dos estudos da linguagem (mais especificamente, no da análise do discurso), mas também para a compreensão do movimento estudantil brasileiro de ontem e de hoje, por meio de sua representante maior – a UNE. Lembremos que, como foi dito na introdução deste trabalho, há diferentes opiniões sobre o movimento estudantil da atualidade. Há pesquisadores que acreditam que ele apresenta certa apatia, com pautas mais pontuais; outros acreditam que ele continua atuante. Uma questão importante que as análises deveriam esclarecer, portanto, era sobre como se dá a atuação da UNE hoje em comparação com sua imagem forte do passado. Quanto a essa questão, nosso estudo revelou que o movimento estudantil, na figura da UNE, continua, pelo menos do ponto de vista discursivo, atuante e preocupado com questões sociais (ou poderíamos dizer coletivas) mais amplas.

Em suma, ao que tudo indica, a UNE busca construir, no seu discurso, a imagem de uma entidade corajosa, que não se abate ou se intimida diante de injustiças ou de violência e que luta por um Brasil melhor, porém sem ferir princípios democráticos. Procura, desse

modo, tal como foi no passado – e, repetimos, não raro apoiando-se na sua imagem histórica – , colocar-se como um ator social importante e transformador.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, H. Movimento estudantil está distante do homem moderno. *Jornal do Campus*, São Paulo, 29/05/2009 Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/05/debate-o-movimento-estudantil-representa-hoje-os-estudantes-da-universidade/>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- AMORIM, P. S. M. C. Cidadania e ação popular. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 6, n. 52, nov.,2001. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/2348>>. Acesso em: 11 jun. 2013.
- AMOSSY, R.(Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. *Ethos*. In: CHARAUDEAU, P. MAINGUENEAU, D (Org.). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 220-221.
- ARAÚJO, M. P. Nascimento. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2007.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Coimbra: Imprensa Nacional-Casa da moeda, 2005.
- BARBOSA, A. Educação: teoria e prática – v. 10, n. 19, jul.-dez. 2002, p. 5-14.
- BOBBIO, N. *Direita e esquerda: Razões e significados de uma distinção política*. Tradução NOGUEIRA, M. A. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.
- BORGES, A. 2011: o avanço da onda grevista. Disponível em: <http://altamiroborges.blogspot.com.br/2012/01/2011-o-avanco-da-onda-grevista.html>. Acesso em: 10/05/2013.
- BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M. F. *Movimentos culturais de juventude*. São Paulo: Moderna, 1997.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CRUZ, D. F. *O ethos dos romances de Machado de Assis*. São Paulo: Nankin/EDUSO, 2009.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- EGGS, E. *Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*. In: AMOSSY, R (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-56
- EMEDIATO, Wander. *A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- FERREIRA. A. B. H. *Dicionário Aurélio Eletrônico*. Século XXI. Versão 3.0. Nov. 1999. Leixkon informatica Ltda. Ed. Nova Fronteira.

FIALA, P. Língua de madeira. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Eds.). *Dicionário de análise do discurso*. Trad. Sírio Possenti *et al.* São Paulo: Contexto, 2008, p. 305-306.

FIORIN, J. L. O *éthos* do enunciador. In: CORTINA, A; MARCHEZAN, R. C. (Org.) *Razões e sensibilidades: A semiótica em foco*. Araraquara: Laboratório Editorial/FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004. p.117-138.

_____. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2007.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FREIRE, P. *O Movimento estudantil revisitado: Uma análise da prática social, da ideologia e da hegemonia no gênero entrevista*. 2010. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São João Del Rey.

FREITAS, M.A. A esquerda brasileira em tempos neoliberais. *Achegas.net - Revista de Ciência Política*. nº 17, mai/jun 2004. Disponível em: www.achegas.net/numero/dezessete/marcel_freitas_17.htm. Acesso em 10/12/2013.

GIDDENS, A. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEMOS, F.A. *Nordeste: O Vietnã que não houve*. Ligas Camponesas e o Golpe de 1964. 1. ed. Londrina, PR: Editora da UEL, 1996.

LOPES, M. Semântica Extensiva. In.: CORTINA, A; MARCHEZAN, R. C. *Razões e sensibilidades: a semiótica em foco*. Araraquara, SP: Laboratório Editorial/FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004. p. 33-49.

MACHADO, I. L. Histórias discursivas e estratégias de captação do leitor. *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v.10. dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>. Acesso em: 15/09/2012.

MACHADO, O. L.; PINTO, L.C.; TAVARES, M. A. Análise do discurso do novo movimento estudantil. In: ZAIDAN FILHO, M.; MACHADO, O. L. (Orgs.). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2007. p. 175-190.

_____. Movimentos juvenis e a diversidade das pautas de lutas: por uma nova reconstituição histórica para a cidadania com a participação dos jovens. In: GROPPPO, L.A; MACHADO, O. L; ZAIDAN, M;. (Orgs.). *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2008, p. 187-200.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Uma Semântica Global. In: Idem. *Gênese dos discursos*. Trad. S. Possenti et al. Curitiba: Criar Edições, 2008a.p. 75-97

_____. A propósito do *éthos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 11-29

_____. Problemas de *éthos*. In: idem. *Cenas da enunciação*. Org. de S. Possenti e de M. C. de Souza-e-Silva. Curitiba, PR: Criar, 2008c. p. 52-71.

_____. Unidade tópicas e não-tópicas. In: idem. *Cenas da enunciação*. Org. de S. Possenti e de M. C. Souza-e-Silva. Curitiba: Criar, 2008c. p. 9-24.

MESQUITA, M. R; SANDOVAL, S. A. M. *Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade*. 2006. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MOTTA, Ana Raquel; POSSENTI, Sírio. *Direita e esquerda: volver!* In: NAVARRO, Pedro et al. Anais da 1ª JIED – Jornada Internacional de Estudos do Discurso. Maringá, PR: Departamento de Letras ed., 2008.

NASCIMENTO, J.D. Movimento Estudantil, OVERMUNDO, 08/06/2007. Disponível em <http://www.overmundo.com.br/overblog/movimento-estudantil>. Acesso em: 20/07/2011.

PAES, M. H. S. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1997.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PASQUINO, G. Movimentos sociais. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. (Orgs.) *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UnB, 2010.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.

POERNER, A. J. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RIBEIRO, P. S. *Movimentos sociais: breve definição*. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>. Acesso em: 28 set. 2012.

SCHWARTZMAN, S. A autonomia universitária e a Constituição de 1988. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/cont88.htm> Acesso em: 21 maio 2013,

SOBRINHO, W. P. Movimento estudantil ressurgiu 40 anos depois de seu auge. In: *Folha Com*, 30/04/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u383070.shtml>. Acesso em: 19 jul. 2011.

TOIRAINÉ, A. *Em defesa da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

UNE. www.une.org.br.

ANEXOS³⁰

ANEXO A – Nota da UNE em apoio à greve das classes trabalhadoras

A União Nacional dos Estudantes (UNE) manifesta oficialmente, por meio desta nota, seu apoio irrestrito aos movimentos de greve que tem recentemente mobilizado trabalhadores de diferentes áreas no país. Apoia, em especial aos funcionários dos Correios, bancários e professores de alguns estados que, exercendo seus direitos, demonstram também seu grande e louvável comprometimento com o futuro do Brasil.

As paralisações da classe trabalhadora revelam uma sociedade cada vez mais consciente e organizada, disposta a construir, nas ruas de hoje, o Brasil de amanhã. Os movimentos de greve, garantidos por lei e merecedores do respeito e apoio de toda a população, tem reivindicado melhorias e investimentos em áreas sensíveis e estratégicas para o país, como o serviço postal, a educação pública e o sistema bancário de uma nação continental que precisa e deseja desenvolver-se. Representam, portanto, muito mais do que a luta por benefícios específicos a essas categorias, e sim o compromisso com a luta por um Brasil mais justo e soberano.

A UNE solidariza-se com os grevistas em suas bandeiras e acredita na mobilização da sociedade civil, em todos os seus setores, como o verdadeiro estopim para as mudanças que, historicamente, tanto queremos. Recebam, portanto, toda a simpatia do movimento estudantil brasileiro.

União Nacional dos Estudantes, 06 de outubro de 2011

ANEXO B – Nota da UNE e UEE em repúdio à ação da tropa de choque na USP.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) repudia a violência da Polícia Militar contra estudantes que se encontravam na reitoria da Universidade de São Paulo (USP) na madrugada desta terça-feira (8). A invasão da Cidade Universitária por forças policiais e a detenção dos estudantes é injustificável.

A ação da Polícia Militar fere o princípio da autonomia universitária e compromete a liberdade histórica garantida aos estudantes para se organizarem e defenderem seus princípios na busca por uma educação mais igualitária e pela justiça social em nosso país. O uso da força e da truculência não é a melhor forma de agir frente ao debate que se criou com a decisão autoritária e imediatista da atual gestão da USP, que firmou convênio equivocado com a PM para supostamente aumentar a segurança no campus.

No caso da USP, a questão também envolve outros fatores bem mais importantes, como a formação urbanística no campus, desenhado durante a ditadura militar e que ainda apresenta um modelo indevidamente superado. Foi inclusive durante esse período da ditadura que a ausência da PM nos campus permitiu ao movimento estudantil iniciar os movimentos pela Anistia e liberdades democráticas. Os estudantes lutaram contra essa ditadura, que ainda

³⁰ Todos os textos aqui apresentados são reproduções fiéis dos originais publicados no site www.une.org.br, mantendo, inclusive, eventuais erros gramaticais.

assim invadia universidades para prender e torturar. Venceram, inclusive, pela via da organização coletiva e da democracia.

No entanto, sombras da ditadura permanecem vigentes na USP. Exemplo é o estatuto utilizado para a perseguição e expulsão dos estudantes envolvidos na ocupação da reitoria de 2007 – promulgado durante a gestão do reitor Gama e Silva, redator do texto do AI-5.

É falacioso afirmar que, dentro ou fora da universidade, a simples presença da Polícia Militar seja sinônimo absoluto de segurança para os cidadãos. Sofremos com uma PM atrasada. Defendemos que a USP se debruce em um amplo debate com toda a sociedade para fomentar políticas alternativas à PM no combate à insegurança vivenciada na Universidade. Esse projeto deve passar por uma USP mais aberta à sociedade, com mais iluminação, ocupação criativa dos espaços e transporte acessível.

A UNE acredita que outras soluções devem ser discutidas pela reitoria da USP para que o problema da violência no campus seja solucionado e convida a todos para uma discussão acerca do problema. Para isso, é urgente a liberação de todos os estudantes que estão detidos neste momento no 91.º Distrito Policial, no Jaguaré, zona oeste da capital paulista.

União Nacional dos Estudantes – UNE

União Estadual dos Estudantes de São Paulo – UEE-SP

8 de novembro de 2011.

ANEXO C – Manifesto: #ocupebrasil

Onde há uma praça, um gramado ou um monumento, há também um convite. O chamado retumba dentro de todos aqueles que sabem do que querem se ocupar. Ocupam-se em mudar. Onde há gente existem sonhos, onde há jovens há pólen puro e generoso, pronto para multiplicar as flores. A fertilização das mudanças contamina o Cairo e Barcelona, espalha-se de Nova York a Grécia e Santiago, atravessa os mares e os muros, vence a tirania esclarecida ou camuflada por falsos sorrisos e notas de dinheiro. Onde algo velho e corrompido declina, o coração dos bons ensaia a sua insurgência.

Brasília, 6 dezembro de 2011. Somos muitos e nos juntamos àqueles que, em qualquer parte, procuram a via da coletividade, da participação e protagonismo da juventude como catalisadora do novo. Ocupamos este trecho do Planalto Central em um momento decisivo para as nossas vidas e as dos próximos que virão, com a votação do Plano Nacional de Educação (PNE) e a realização da 2ª Conferência Nacional de Juventude.

O Brasil pode, nas próximas décadas, dar ao mundo um exemplo único de crescimento econômico, democracia, solidariedade e participação popular. No entanto, isso não será possível em companhia da brutal desigualdade social que ainda persiste ancorada, principalmente, nas más condições da educação pública e na histórica exclusão dos jovens, em especial os pobres. Chegou a hora de inverter prioridades. Basta de gerar conhecimento para ganhar mais dinheiro, a nova ordem deverá ser investir mais dinheiro para ampliar e democratizar o conhecimento de qualidade a todos.

Ocupamos este trecho da capital federal para impedir o retrocesso injustificável que se desenhará se o PNE não for aprovado ainda este ano. O Brasil precisa de 10% do Produto Interno Bruto aplicados, exclusivamente, na educação pública, escolas e professores do país. Da mesma forma, vamos ocupar a Conferência Nacional de Juventude com ideias e organização política, para garantir os avanços neste setor como a meia-entrada para os estudantes, o meio-passe no transporte público das grandes cidades, políticas públicas de saúde, comunicação, esporte e cultura para esse público, além da consolidação do Estatuto da Juventude e do Sistema Nacional de Juventude.

Esta é uma ocupação iniciada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG) mas que se abre a todos aqueles, de diferentes cores e idéias, que estão prontos para fazer a diferença.

Junte-se a nós.

Faça parte deste movimento.

União Nacional dos Estudantes

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

Associação Nacional dos Pós-graduandos

ANEXO D – Nota de repúdio à agressão e abuso de autoridade na USP.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP) vêm à público manifestar absoluto repúdio aos injustificáveis episódios de autoritarismo e violência na Universidade de São Paulo (USP), que culminaram na agressão realizada por um policial militar – cuja identidade ele escondeu – ao estudante Nicolas Menezes, aluno da EACH (Escola de Artes, Ciências e Humanidades), no último dia 6 de janeiro.

Registrado em [vídeo](#) e denunciado por meio das redes sociais, o vergonhoso acontecimento de violência contra um estudante e ameaça à sua vida com uso de uma arma de fogo – pelo simples fato de realizar um protesto justo e pacífico – trazem à UNE e à UEE-SP as piores lembranças e preocupações remontadas a um período que antecede o atual estado democrático do país.

Sob a alegação de realizar a desocupação de um espaço dentro do Centro de Vivência da USP, na Cidade Universitária, no campus Butantã, o policial negligência o fato de o espaço pertencer ao Diretório Central dos Estudantes (DCE-Livre) da USP e a ocupação ser um protesto pelo cumprimento de um acordo entre a entidade e a reitoria para a reforma e funcionamento do local.

Pior do que isso, o episódio reflete o conjunto de todas as outras recentes ações desmedidas, arbitrárias e truculentas da reitoria que atentam contra a democracia dentro da maior universidade brasileira e uma das 100 melhores do mundo. Soma-se a uma série de outras trapalhadas autoritárias que o atual reitor da USP vem promovendo ao longo de sua gestão. A bem dizer, João Grandino Rodas, que promulgou por conta própria o convênio para a turbulenta presença da polícia militar no campus, age como um interventor. Vale lembrar que ficou em segundo lugar na eleição para a reitoria da USP, quando foi derrotado pelo professor Glaucius Oliva, do Instituto de Física. Rodas foi empossado pelo governador do estado valendo-se da prerrogativa da lista tríplice, uma inversão que não ocorria desde a ditadura militar.

A UNE e a UEE-SP alertam o conjunto da sociedade de que a onda de autoritarismo atinge espaços dentro da USP voltados para a reflexão sobre a democratização do conhecimento, liberdade para realizar atividades políticas, manifestações culturais, artísticas e de integração. No dia 21 de dezembro de 2011, no apagar das luzes do ano, período em que a universidade se encontra vazia em decorrência das férias, ocorreu a tentativa de demolição do barracão onde o [Núcleo de Consciência Negra \(NCN\)](#) na USP (NCN) desenvolve as suas atividades, também no campus Butantã. A matemática dessa ação é simples: A reitoria quer que o NCN desocupe o barracão onde está localizado mas, até o momento, não apresentou uma alternativa de espaço para que ele desenvolva seus projetos, dessa forma força o fim da entidade. Como

no caso do DCE, é um ataque direto à liberdade de pensamento e de organização dos estudantes dentro do campus.

Para aqueles que lutam por mais democracia, expressam suas idéias dentro da universidade e desafiam o poder repressor instituído, a punição máxima é aplicada. Ainda no apagar das luzes do ano de 2011, seis estudantes da USP foram expulsos. Eles participaram da ocupação legítima de uma sala do Conjunto Residencial da USP (Crusp), em 2010, em protesto contra os critérios de seleção e exclusão da Coordenadoria de Assistência Social, que decide sobre os auxílios-moradia para estudantes carentes. A sala continua ocupada pelos estudantes, que chamam a atenção para a necessidade de mais e melhores políticas de assistência estudantil.

A expulsão ideológica de alunos, a tentativa de extinção do Núcleo de Consciência Negra e o abuso de autoridade da polícia militar contra estudantes no campus são eventos que ocorreram após a ocupação, em outubro do ano passado, dos prédios da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas (FFLCH) e da reitoria, em protesto contra o convênio USP-PM. Essa manifestação ocasionou a desproporcional invasão da tropa de choque na universidade e a prisão de 73 estudantes. Uma assembléia do corpo discente deflagrou greve geral e gerou diversas propostas para substituir a presença da polícia militar no campus.

Na opinião da UNE e da UEE-SP, soluções para a segurança em uma das mais importantes universidades do mundo podem ser facilmente implantadas, em substituição à força repressora do estado. Entre elas estão um projeto contemporâneo de ocupação criativa do campus, com mais iluminação, ciclovias, câmeras e a revitalização de espaços para o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e de lazer, proporcionando a convivência e integração entre toda a comunidade acadêmica, frequentadores do campus e comunidade moradora ao redor da instituição. Concordamos com a opinião da professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Raquel Rolnik, que recentemente escreveu artigo para uma revista mensal no qual diz:

“O modelo urbanístico do campus, segregado, unifuncional, com densidade de ocupação baixíssima e com mobilidade baseada no automóvel é o mais inseguro dos modelos urbanísticos, porque tem enormes espaços vazios, sem circulação de pessoas, mal iluminados e abandonados durante várias horas do dia e da noite. Esse modelo, como o de muitos outros campi do Brasil, foi desenhado na época da ditadura militar e até hoje não foi devidamente debatido e superado”

Acreditamos, sim, no trabalho honesto e competente de parte da PM, mas é notório que não é necessária a sua presença ostensiva no interior de uma instituição que é declarada território livre dos estudantes, protegida pelo princípio da autonomia universitária e que já sofreu em outros tempos com perseguições e mortes de estudantes pelo autoritarismo de uma ditadura militar.

O momento de tensão gerado pela morte de um estudante dentro do campus no ano passado não deve ser a justificativa para qualquer tipo de ação por parte da reitoria que tire a liberdade e a participação da comunidade acadêmica nos debates e decisões a respeito da universidade. A UNE e a UEE-SP não toleram essa inversão da lógica na qual, sob a premissa de agir frente ao triste assassinato de um estudante, chegou-se ao ponto da violência flagrante do estado contra outros, ameaçando inclusive suas integridades físicas.

10 de janeiro de 2012

União Nacional dos Estudantes – UNE

União Estadual dos Estudantes de São Paulo – UEE-SP

ANEXO E – Nota da UNE em defesa da educação e da universidade brasileira.

A União Nacional dos Estudantes, em reunião de sua diretoria executiva, dirige-se a toda a sociedade para expressar o seu total apoio e solidariedade à greve dos professores e ao indicativo de greve dos técnico-administrativos das universidades federais brasileiras e reafirmar a defesa de uma reforma universitária democrática que transforme substancialmente o ensino superior de nosso país. Neste momento de acirramento das lutas na universidade, na qual os estudantes têm empreendido um constante processo de mobilizações, enxergamos no movimento conjunto da comunidade acadêmica a possibilidade de vitórias para os estudantes, para toda a universidade e para todo o Brasil.

Vivemos dias decisivos para a educação em nosso país. As discussões sobre o Plano Nacional de Educação trazem a possibilidade de dialogar sobre o projeto de universidade que queremos para o Brasil. Esse momento de efervescência nas universidades federais tem a marca das mudanças vividas nos últimos anos, que possibilitaram o início de um processo de ampliação no acesso ao ensino superior público, fazendo com que nele comecem a ingressar os filhos da classe trabalhadora, a quem historicamente foi negado o direito de obter um diploma de ensino superior. Esta nova realidade traz novos desafios para a universidade brasileira, que precisa se ampliar cada vez mais, com eficiência e garantia de qualidade, para que possa se conectar com os desafios de nossa nação.

Consideramos, assim, imprescindível a implementação do novo plano de carreira reivindicado pelos professores e pelos técnico-administrativos, como forma de afirmar seus direitos e, ao mesmo tempo, assegurar a qualidade do ensino superior público em todo o país. É legítima a reivindicação de que o governo cumpra o acordo firmado com a categoria no ano de 2011. As dificuldades vividas pelos professores, técnico-administrativos e estudantes da rede federal trazem prejuízos não somente ao conjunto da comunidade acadêmica, mas, num olhar mais amplo, a todo o povo brasileiro, que não desfruta de uma universidade pública que forme profissionais em condições de excelência e produza conhecimento voltado para a solução dos grandes problemas nacionais, como combate à miséria, erradicação do analfabetismo, melhores condições de trabalho e tantos outros.

Infelizmente, os cortes de quase 5 bilhões no orçamento da educação nos últimos dois anos jogam contra o projeto de universidade que a UNE defende. As conseqüências desta nefasta política econômica, que no ano passado destinou 49% do orçamento da União para o pagamento de juros e menos de 5% do seu Produto Interno Bruto para a educação foram responsáveis por estrangular problemas históricos da educação brasileira. O resultado desta política, imposta ao país pelos banqueiros, traz limitações ao processo de expansão da universidade, gerando obras paralisadas, filas gigantes nos restaurantes universitários, congelamento na contratação de professores e investimento incipiente em pesquisa e extensão. Estes problemas decorrem da histórica lógica de “universidade para poucos”, que perdurou no nosso país por mais de um século e impediu que a instituição se preparasse para receber os jovens das classes populares. Para superar essas dificuldades, é fundamental ampliar substancialmente o financiamento da educação e, além disto, discutir a que projeto de país deve servir a universidade: de um lado um modelo elitista, que preserva as contradições históricas de nossa sociedade; de outro, uma universidade popular, pintada de todas as cores e com os olhos voltados para o desenvolvimento da nação.

Neste momento, a UNE reforça a defesa de uma Reforma Universitária democrática que possibilite posicionar a universidade como um centro produtor e difusor de conhecimento para toda a sociedade. Defendemos a ampliação imediata dos investimentos em assistência estudantil para 1,5 bilhão de reais, contratação de sete mil novos professores e servidores técnico-administrativos, um plano emergencial para conclusão das obras de infra-estrutura nas universidades e gestão democrática com paridade nas eleições para reitoria e órgãos de decisão. No bojo das discussões do novo Plano Nacional de Educação, reafirmamos que este é

momento de ampliação de direitos, com a destinação de 10% do PIB e 50% dos royalties e do Fundo Social do Pré-Sal para a educação.

Compreendemos, assim, que o momento é de mobilização e unidade entre as categorias. É com este espírito que os estudantes vêm promovendo greves e assembleias estudantis em dezenas de instituições federais de ensino superior com bandeiras que se solidarizam com a causa dos professores e técnico-administrativos e contribuam para a permanência qualificada do estudante na vida acadêmica.

Assim, conclamamos os estudantes de todo o país a se mobilizarem por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, com assembleias, passeatas, aulas públicas, abaixo-assinados e atos que contribuam para o fortalecimento do debate sobre o projeto de ensino superior que sonhamos. Convocamos todos e todas ao 60o Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE, que acontecerá no Rio de Janeiro de 15 a 17 de Junho, e será um grande espaço de diálogos e mobilizações em defesa das universidades federais brasileiras. Apoiar este movimento é somar forças para a real mudança do ensino superior, garantindo mais mentes e projetos a serviço do desenvolvimento econômico, social e humano do país. Esta causa é de todos, estudantes e trabalhadores de todo o Brasil.

Por isso, referendamos a seguinte agenda de mobilizações: 1. Todos ao 60o Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE! 2. Constituição de um Comando Nacional de Luta Estudantil; 3. Integrar-se a todas as atividades do comando de greve dos docentes e das discussões do indicativo de greve dos servidores técnico-administrativos; 4. Participar do ato dos docentes e servidores dia 5 de Junho, em Brasília, em defesa das greves e mobilizações das universidades federais; 5. Fazer do dia 11 de Junho o Dia Nacional da Luta pela Educação de Qualidade e seguir nas mobilizações no dia 12 e 13 de Junho pela aprovação de um Plano Nacional de Educação democrático que garanta 10% do PIB e 50% dos royalties e Fundo Social do Pré-Sal para educação.

São Paulo, 31 de Maio de 2012

Diretoria Executiva da União Nacional dos Estudantes.

ANEXO F – Nota oficial da UNE sobre a matéria do Jornal O Globo do dia 08 de junho de 2012.

Não nos causa espanto o ataque arquitetado por parte da imprensa conservadora contra a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o conjunto dos movimentos sociais. Primeiro, foi a revista Veja. Agora, é pelas páginas do jornal O Globo que a microfonia da mídia golpista tenta nos atingir. A UNE é alvo porque participa da luta democrática para romper o monopólio que meia dúzia de famílias exerce sobre a comunicação no Brasil. A UNE está na mira porque demonstra a necessidade de imediata regulação das responsabilidades dos meios de comunicação.

É importante deixar claro, em respeito a todos os que acompanham a nossa trajetória de 75 anos de vida, que a UNE não cometeu irregularidades e não é alvo de investigações de nenhum tribunal de contas. Se, o pedido de investigação feito pelo procurador do ministério público junto ao TCU apontar qualquer equívoco em nossa prestação de contas, – não há provas de que tenha ocorrido- será fruto de imperícia técnica, mas nunca de má fé.

Sobre um ponto da matéria publicada nesta sexta-feira, dia 8 de junho, pelo jornal O Globo, cobramos responsabilidade na veiculação e análise das informações e esclarecemos que a compra de alguns itens de vestuário foram feitas para a construção de instalações (artes visuais) e para o figurino de peças de teatro, atividades da Bienal da UNE, o maior festival estudantil da América Latina.

Sobre a compra de bebidas alcóolicas é necessário esclarecer que os valores referentes a estes itens constavam em algumas notas fiscais, mas não foram contabilizados como parte dos gastos com o dinheiro público. Ou seja, a UNE não usou dinheiro público para pagar esses itens. A montagem de camarins e uma intervenção artística sobre a religiosidade afro-brasileira no qual se utilizava cachaça, búzios e velas foram compradas com o dinheiro privado da entidade.

Quanto a existência de notas fiscais supostamente irregulares, a UNE esclarece que o processo de contratação foi feito via pregão eletrônico, por meio da empresa “Terceiro Pregão”, especializada em licitações para o terceiro setor. A UNE cumpriu a sua parte contratual. Caso tenha ocorrido qualquer irregularidade por parte das empresas contratadas, a UNE apoia a investigação do ocorrido e a adoção de medidas legais cabíveis.

A União Nacional dos Estudantes participa das políticas de financiamento público a atividades culturais, esportivas e educacionais desde 1999, sempre cumprindo todas as exigências técnicas de seus convênios. Parte das nossas prestações de contas já estão aprovadas, sendo que algumas se encontram ainda em análise pelos órgãos responsáveis. A UNE reafirma seu compromisso de zelo com os recursos públicos e, se comprovado qualquer tipo de imperícia técnica em qualquer prestação de contas, compromete-se a saná-las de acordo com o que lei determina, inclusive, se for o caso, com a devolução de recursos. Dessa forma, a UNE reafirma também o seu compromisso com o Erário, honrando seus 75 anos de vida.

Infelizmente, para as poucas famílias que exercem o monopólio da comunicação no Brasil, ser verdade ou não é apenas um detalhe. O que importa, para eles, é a versão, sempre comprometida com os interesses das elites dominantes. A UNE já enfrentou batalhas piores contra estes mesmos personagens, por exemplo, durante a ditadura civil-militar. Esperamos que a Comissão da Verdade revele os responsáveis destas empresas pela cooperação com a tortura, o assassinato e outros crimes bárbaros cometidos pelo regime de exceção, assim como a luta contra a corrupção no Brasil revele as relações mantidas entre corruptores, como o bicheiro Carlinhos Cachoeira, e os donos destas mesmas empresas.

Como não nos intimidamos no passado, não nos intimidaremos agora. Pelo contrário, ampliaremos nossa luta pela democratização da mídia, por uma educação para todos e por um Brasil mais justo.

União Nacional dos Estudantes

08 de junho de 2012

ANEXO G – Liberdade imediata aos estudantes da UNIFESP, abaixo a PM de São Paulo.

A União Nacional dos Estudantes e a União Estadual dos Estudantes de São Paulo acompanham, estarrecidas e indignadas, a situação dos 26 estudantes agredidos e presos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo na noite da quinta-feira, dia 14 de junho. Exigem a liberdade imediata dos alunos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em Guarulhos, que se organizavam pacificamente por melhorias em seu campus, quando foram abordados de forma absolutamente truculenta pela despreparada corporação policial desse estado, recente

protagonista de outros lamentáveis episódios de violência contra jovens, a universidade e a população mais vulnerável.

Vídeo divulgado na internet e nas redes sociais revela, inequivocamente, o momento em que a força de repressão estatal avança, sem nenhum motivo, sobre os jovens que tentavam lhe explicar a razão de sua manifestação. Diversos estudantes foram feridos e os detidos foram acusados do crime de formação de quadrilha, um ataque inaceitável ao princípio democrático de liberdade de expressão e à Constituição Federal, remontando às piores lembranças do movimento estudantil durante o regime militar de exceção.

Também nos causa estranhamento e indignação o conteúdo de áudio divulgado pela internet, no qual o diretor acadêmico da Unifesp e uma funcionária da instituição convocam, por telefone, a presença da PM no campus, sem motivo justificável, de forma a reprimir os estudantes. A UNE e a UEE-SP preocupam-se, especialmente, com trecho na qual é mencionado um acordo não conhecido publicamente entre a Polícia Militar do Estado e a Polícia Federal para a intervenção no campus, o que violaria o princípio da autonomia universitária e a legitimidade das ações do estado em diferentes esferas.

A atual mobilização na Unifesp e nas universidades federais brasileiras, positivamente apoiada pela UNE e pela UEE-SP, em favor de um novo modelo para a educação superior do país, não será vencida pela agressão de um aparelho militar estatal que está se tornando tristemente marcado por ações como as truculentas desocupações da reitoria da Universidade de São Paulo (USP) e das comunidades do Pinheirinho, em São José do Campos. Para as entidades parece que, se não despreparada, a Polícia Militar do Estado de São Paulo é orientada para a violência.

A UNE já deslocou a sua assessoria jurídica e disponibilizou toda a sua estrutura para dar o suporte possível aos estudantes presos. Exigimos também a intervenção do Ministério da Educação e do Ministério da Justiça para a soltura dos alunos da Unifesp.

Neste final de semana, iremos debater amplamente o ocorrido e outras questões urgentes ligadas à universidade brasileira em seu 60o Congresso Nacional de Entidades Gerais (Coneg), no Rio de Janeiro.

Liberdade imediata aos 26 estudantes da Unifesp!

Por uma nova universidade brasileira!

Abaixo a agressão da PM paulista contra a população do estado!

#SOMOSTODOSUNIFESP

União Nacional dos Estudantes

União Estadual dos Estudantes de São Paulo

15 de junho de 2012

ANEXO H – Moção de apoio a campanha contra o uso de agrotóxicos.

O modelo de produção de alimentos no Brasil funciona sustentado na concentração de terras - os latifúndios - nos grandes monocultivos voltados para produção de commodities (produção para exportação), e na utilização de tecnologias e químicos para garantir alta e rápida produtividade. O agronegócio avança no campo brasileiro acabando com a biodiversidade, destruindo nossos solos, matas, águas, esmagando a agricultura familiar e camponesa que é a responsável por 70% de nossa alimentação (Dados do IGBE, 2006) e ameaçando a saúde do trabalhador e consumidor.

O Brasil é o campeão mundial na utilização de agrotóxicos no mundo. Os brasileiros chegam a consumir 5,2 litros de agrotóxicos por ano. Enquanto os produtores produzem e a sociedade se alimenta, nossa formação acadêmica é voltada pra manutenção desse sistema e utilização

desses venenos químicos que chegam todo dia à nossa mesa sem nos darmos conta. As implicações estão em nossa realidade, matando milhares de produtores que ficam expostos dia a dia aos venenos químicos e nos milhares de casos de câncer, chegando a ser encontrados vestígios de agrotóxicos no leite materno, pondo em risco a saúde das futuras gerações. Além disso, temos a devastação das matas, a contaminação de solos e águas e a perda da biodiversidade do nosso país que é tão rica e fundamental na preservação da vida.

A Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida foi lançada pela Via Campesina e surge da necessidade dos movimentos sociais do Brasil e da América Latina de fazer um enfrentamento direto à utilização de veneno na produção de alimentos, confrontando o modelo do agronegócio e abrindo o dialogo e defendendo outro modelo pensado para o campo brasileiro, para a pequena agricultura, baseado na segurança alimentar, no respeito à biodiversidade, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Diz-se permanente pela necessidade constante de enfraquecer o agronegócio e garantir a sobrevivência com qualidade de vida dos trabalhadores, não devendo parar enquanto não tivermos comida limpa em nossas mesas, saúde pro nosso povo e uma agricultura de fato sustentável.

Nós, estudantes brasileiros, entendemos essa pauta como fundamental para garantia da soberania alimentar de nossa nação, uma luta que tem força social, respaldada nos grandes movimentos sociais da América latina. Entendemos que o debate sobre a questão agrária, sobre nosso modelo de produção e a luta contra a utilização dos agrotóxicos não deve ser tocado apenas pelos produtores. Ele perpassa toda sociedade, pois é uma luta pela saúde de nossa população, contra um sistema baseado na exploração e concentração de riqueza. Assim, nós, entidades gerais do movimento estudantil, reconhecemos e estamos juntos na luta contra os agrotóxicos e a favor da vida.

Quando o campo não planta, a cidade não janta!

ANEXO I – Nota oficial da UNE contra o golpe no Paraguai.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) condena o golpe ocorrido nesta sexta-feira, dia 22 de junho, no Paraguai, país vizinho que vem consolidando com o seu presidente, Fernando Lugo, um novo ciclo político de valorização do povo paraguaio, aprofundamento da democracia nesse país e contribuindo na integração latino-americana.

A UNE denuncia um golpe branco para derrubar o primeiro presidente popular eleito após mais de seis décadas de uma sofrida historia paraguaia. Por mais de 60 anos, o povo paraguaio esteve nas mãos de uma única elite de um único partido.

As mudanças que começaram a ser engrenadas pelo presidente paraguaio, Fernando Lugo, buscando avançar, por exemplo, na reforma agrária, colocou novamente em alerta a elite que agora financia um golpe “relâmpago”.

A UNE –que em seus 75 anos de vida em defesa da democracia lutou contra o nazi-facismo, combateu com bravura uma ditadura militar no Brasil, colocou-se firme contra o neoliberalismo e outras tentativas de golpes de uma elite nacional– apoia a decisão da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e outros organismos internacionais que manifestaram que não concordam com a destituição e que não vão reconhecer outro presidente.

A UNE repudia a decisão do Congresso Paraguaio de destituir do cargo o presidente Lugo que vinha conduzindo um enfrentamento com os grandes proprietários de terras.

Não podemos nos esquecer que diante de um processo de início de revoluções democráticas na América Latina, países como Venezuela, Bolívia e Honduras sofreram tentativas de reverses parecidos com o que a gente vê no Paraguai, tendo as elites conservadoras como eixos sustentadores de golpes.

A UNE se indigna e se mostra preocupada com o impedimento à continuidade de governos progressistas em nosso continente. O importante agora é garantir a integridade física de Fernando Lugo e do povo paraguaio. Essa história que insiste em se repetir não passará!

União Nacional dos Estudantes

22 de junho de 2012

ANEXO J – Nota oficial da UNE em defesa da política de cotas e por sua implementação com qualidade e assistência estudantil.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) acompanha, com interesse e otimismo, os recentes debates sobre a universidade brasileira, defendendo irrestritamente as políticas públicas expressas pela Lei 12.711/2012, a lei das cotas, regulamentada pelo decreto presidencial do dia 11 de outubro. A ampliação do acesso à universidade, de forma a referenciar igualmente a sociedade em que se insere, combatendo as históricas injustiças sociais, raciais e permitindo o real desenvolvimento humano desta nação sempre nortearam as lutas da UNE em seus 75 anos.

A expectativa em torno do ambiente acadêmico é a da mais ampla efervescência criativa, que contemple uma diversidade única e característica de nosso povo. Uma instituição pública, gratuita, com qualidade deve trazer para o seu seio o trabalhador, o negro, o índio. É essa parcela, ainda à margem em um país secularmente excludente do ponto de vista social e racial, que poderá concluir o projeto de nação com o qual sonhamos, sem preconceitos e com oportunidades para todos.

Debater a diversidade e democracia dentro da universidade foi um dos principais objetivos da UNE, nos últimos meses, com a Caravana UNE Brasil+10, que percorreu 12 capitais de todas as regiões do país. A Caravana promoveu discussões em universidades públicas e privadas sobre o Brasil que a juventude almeja para os próximos 10 anos, quando comemora-se o bicentenário da nossa independência oficial. É consenso, dentro do movimento estudantil, que a verdadeira alforria do povo brasileiro passa pela transformação do ensino superior e da educação como um todo.

Por isso, a política de reserva de vagas nasceu dentro dos movimentos sociais, principalmente os espaços privilegiados de debates nos movimentos de juventude, negros, indígenas e estudantil. A matemática é simples, há um lastro de pobreza intensa e falta de oportunidades em razão da cor, ou como cantam os Racionais MCs em um trecho de sua clássica “Negro Drama”, “me ver, pobre, preso ou morto, já é cultural”.

A ação afirmativa por meio das cotas raciais, mais do que uma dívida histórica com os grupos massacrados pela escravidão, por genocídios e preconceitos, é a possibilidade de compor uma aquarela de saberes e conhecimentos no espaço acadêmico, trazendo ao país uma soberania referenciada por seu próprio povo, pela valorização de suas culturas, práticas e anseios para o futuro.

Porém, a política de cotas no Brasil, iniciada de forma pioneira pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Universidade Estadual da Bahia, foi logo questionada por uma elite embebida de argumentos preconceituosos, desafiando a capacidade intelectual de um jovem negro ou índio, pobre, egresso da escola pública.

O excelente desempenho acadêmico dos estudantes que são beneficiados por esta política, no entanto, só reforçou sua qualidade, desbancando opiniões racistas, proto-fascistas e reacionárias. As cotas foram logo referendadas também por leis estaduais e por decisões de conselhos universitários. Mesmo antes da institucionalização dessa política, muitas universidades já haviam se atentado à importância de desenhar um novo ambiente acadêmico. Em seguida, veio o reconhecimento unânime da constitucionalidade das políticas de ações afirmativas e da legitimidade das cotas raciais, proclamado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, no dia 26 de abril de 2012, ao derrubar uma ação do partido Democratas (DEM) contra a Universidade de Brasília, a primeira federal do país a reservar 20% de suas vagas para autodeclarados negros e pardos.

“Os principais espaços de poder político e social mantêm-se inacessíveis aos grupos marginalizados, ensejando a reprodução e a perpetuação de uma mesma elite dirigente”, disse o ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, relator da ação que julgou constitucional o sistema de cotas raciais.

Para enterrar de vez qualquer dúvida, o Senado aprovou a Lei 12.711/12 no dia 7 de agosto e a presidenta Dilma assinou, no dia 11 de outubro, o decreto que a regulamenta. Assim, a partir de 2013, universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia terão de reservar no mínimo 12,5% das vagas ao ingresso de estudantes cotistas. Ao longo de quatro anos, esse índice deve obrigatoriamente chegar a no mínimo 50%. Cabe lembrar e valorizar exemplos como o da Universidade Federal da Fronteira Sul que já conta com mais de 90% de estudantes oriundos da escola pública. Passa-se, a partir de agora, a questionar as instituições de ensino que não adotam tais políticas como um parâmetro de compromisso social e como um conceito contemporâneo de qualidade.

Todo esse caminho percorrido até a vitória se deu em plena greve dos docentes e técnicos administrativos e grande efervescência dos estudantes nas universidades federais. A mobilização do movimento estudantil pelas cotas tem acontecido junto à luta pela ampliação da assistência estudantil. Para além de aumentar o acesso, é indispensável garantir a permanência, com qualidade, desse novo contingente de alunos que chegam ao ensino superior.

No histórico 26 de junho, a UNE levou em marcha até o ministro da Educação Aloizio Mercadante uma pauta formulada em conjunto com mais de 50 Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) de universidades federais, reafirmada em audiência com a presidenta Dilma Roussef em agosto passado. O documento atentava para a urgência de elevar radicalmente o patamar de financiamento da assistência estudantil. Hoje, o plano para esse setor (PNAES) conta com R\$ 500 milhões. O ministério já sinalizou um aumento imediato para mais de R\$ 600 mi, mas a reivindicação estudantil é de um piso de R\$ 750 mi em 2013. A luta continua para que possamos superar R\$ 2 bilhões, o que significa multiplicar algumas vezes a verba para a reforma e construção de moradias estudantis e restaurantes universitários, além de aumentar o número e o valor das bolsas de permanência e de mérito acadêmico.

A política de cotas também requer um acompanhamento progressivo a cada ano, respeitando a autonomia das universidades que podem inclusive implementar políticas complementares. Torna-se importante uma política de propedêutica e a criação de programas de tutoria, com aulas de nivelamento e reforço pedagógico aos cotistas, ações inclusive já propostas pelo governo. A UNE defende a criação do Conselho Nacional de Acompanhamento da

Implementação das Cotas e a formação de conselhos de apoio aos cotistas, no âmbito de cada IES com a garantia de representação discente.

O movimento estudantil, pelos percursos da história, ocupou o espaço de fiador de todas as maiores conquistas coletivas da nossa sociedade civil. Em diversos momentos, a UNE defendeu medidas para o fortalecimento da democracia popular que enfrentaram a resistência dos setores conservadores e sectários.

Ao defender irrestritamente as cotas nas universidades e a ampliação da assistência estudantil, a UNE reforça a reforma da universidade e da educação brasileira como sua principal bandeira neste século 21. Prova disso é a larga e unificada campanha do movimento estudantil brasileiro em defesa dos 10% do PIB para a educação e pela vinculação à educação de 100% dos royalties e 50% do Fundo Social do Pré-Sal.

Pelo seu caráter de abrangência, mobilização nacional e principalmente unificação de todo o movimento, a campanha dos 10% conecta-se com a luta das cotas e sua capacidade de criar a unidade na diversidade. Está sendo assim também na luta pelo passe livre dos estudantes nos transportes, na defesa da regulamentação da educação privada, nas batalhas diárias de cada CA, DA ou DCE desse país pela melhoria de sua realidade local.

Orgulhosa de fazer parte desse novo capítulo da história brasileira, a União Nacional dos Estudantes reitera a sua total defesa das políticas de ações afirmativas e acredita em um processo de transformação nacional emanando de dentro das universidades, de norte a sul, valorizando o talento e a pluralidade da juventude e seu poder criativo, igualitário, comprometido com um país mais justo, solidário e positivo.

Há apenas 10 anos do bicentenário da independência oficial do Brasil, a UNE acredita firmemente na política de cotas como mais um instrumento para levar-nos à virada de nossa própria história. Como disse o ministro do Supremo Tribunal Federal Ayres Britto, em voto favorável às cotas “os erros de uma geração podem ser revistos pela geração seguinte”.

E é isto o que está sendo feito.

Vamos à luta.

União Nacional dos Estudantes

22 de outubro de 2012